RGCE
RELATÓRIO DE GESTÃO DO COMANDO DO EXÉRCITO
EXERCÍCIO
2024

RGCE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO COMANDO DO EXÉRCITO

EXERCÍCIO

2024

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 4

ELEMENTOS FINAIS

MENSAGEM DO COMANDANTE DO EXÉRCITO

O Exército Brasileiro (EB), instituição regular e permanente, organizada com base na hierarquia e na disciplina, e coesa pelo culto a valores imutáveis, tem cumprido fielmente as suas missões legais e contribuído para o desenvolvimento nacional em seus mais de 376 anos de história.

Buscando o atendimento dos anseios da sociedade brasileira e a conquista dos objetivos nacionais permanentes, o Exército envida todos os esforços para manter o seu estado de prontidão, atuando com o "Braço Forte" e com a "Mão Amiga". Essa dualidade assegura o domínio das capacidades necessárias ao combate moderno em todas as suas dimensões e tem sido materializada com a defesa das nossas fronteiras terrestres e a condução de ações subsidiárias que colaboram para o desenvolvimento nacional, para a preservação ambiental e para o alívio de populações vítimas de desastres naturais e de condições adversas provocadas por atividades ilícitas.

Nesse contexto, o ano de 2024 foi desafiador para a Força Terrestre, que participou de inúmeras operações singulares, conjuntas e em apoio a outros órgãos públicos. No enfrentamento aos delitos transnacionais, por exemplo, foram conduzidas as operações Ágata e Ágata Fronteira Oeste II, com resultados expressivos, alcançados pela aplicação de novas tecnologias e pela cooperação com agências nacionais e com exércitos de países vizinhos que, de forma combinada, realizaram ações espelhadas em seus respectivos territórios, potencializando a repressão ao crime.

No apoio à defesa civil, o Exército Brasileiro teve papel relevante em operações como a Pantanal, a Vulcano e a Tucumã, combatendo incêndios florestais em várias localidades; a Carro-Pipa, distribuindo água potável na região Nordeste; a Estiagem, mitigando os efeitos da falta de chuvas na Amazônia Ocidental; e a Taquari II, minimizando as consequências da catástrofe climática que provocou enchentes e alagamentos no Rio Grande do Sul (RS), com perdas de vidas humanas e prejuízos materiais significativos. A rápida ação das Forças Armadas demonstrou que a prontidão, muito além do efeito dissuasório, também é condição *sine qua non* para as respostas imediatas do Estado aos desastres ocorridos em território nacional. No RS, a Força Terrestre atuou, desde o primeiro momento, mobilizando e desdobrando milhares de militares e de equipamentos para emprego no resgate e socorro de pessoas atingidas, na recuperação de infraestruturas danificadas e na participação da reconstrução nesse estado da Federação.

Nas operações Catrimani I e II, Munduruku e Karipuna, a Força também empenhou pessoal e meios (fluviais, terrestres e aéreos) para ações de distribuição de alimentos, de desintrusão e enfrentamento ao garimpo ilegal em Terras Indígenas, de apoio logístico às atividades governamentais emergenciais e de inutilização de infraestruturas de suporte a atividades ilícitas.

A atuação tempestiva de homens e mulheres do Exército em operações, no ano de 2024, ratificou a DISPONIBILIDADE PERMANENTE, o profissionalismo, a coragem e a dedicação dos nossos militares.

Em uma conjuntura de recursos escassos e de demandas cada vez maiores, o Exército buscou executar o seu orçamento com lisura, transparência e em conformidade com as imposições legais, corroborando o zelo com o patrimônio público.

Nesse sentido, o Relatório de Gestão do Comando do Exército (RGCE) de 2024 tem o objetivo de divulgar como e onde foram aplicados os recursos orçamentários sob gestão da Força, além de demonstrar os resultados traduzidos em entregas à sociedade.

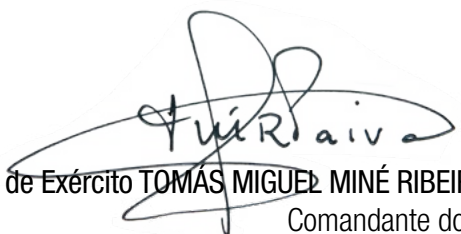
Cumpre destacar que o presente relatório foi confeccionado em consonância com a Decisão Normativa nº 198, de 23 de março de 2022, do Tribunal de Contas da União, e mostra uma visão integrada e objetiva, evidenciando o alinhamento do Planejamento Estratégico do Exército aos planos setoriais do Ministério da Defesa e ao Plano Plurianual do Governo Federal (2024-2027).

O arcabouço legal brasileiro, particularmente a Constituição Federal de 1988; as Leis Complementares nº 97, de 9 de junho de 1999, nº 117, de 2 de setembro de 2004; e nº 136, de 25 de agosto de 2010; a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, norteou a definição dos onze Objetivos Estratégicos do Exército que orientam os esforços da Força para realizar entregas com eficiência e efetividade.

O RGCE está estruturado em quatro capítulos que confirmam os principais resultados alcançados pelo Exército no ano de 2024. No item dedicado ao Exército em Números, são apresentadas informações consolidadas referentes aos programas estratégicos, ao pessoal, ao ensino, às mídias sociais, ao orçamento, às organizações militares, às operações executadas.

O Capítulo 1 descreve a identidade estratégica do Exército, os fatores influentes do ambiente externo, a estrutura organizacional e de governança, bem como a cadeia de valor agregado, a qual evidencia os produtos e serviços entregues à sociedade.

O Capítulo 2 está voltado para os principais resultados do Planejamento Estratégico do Exército, indutor do processo de transformação da Força. Nele, são apontados os programas estratégicos e as principais operações que contaram com a participação do Exército. Ao final, evidencia-se como é conduzida a gestão de riscos estratégicos, bem como os principais desafios e oportunidades na gestão da Força Terrestre.

O Capítulo 3 trata dos resultados da gestão interna, com o intuito de apresentá-la sob as seguintes perspectivas: preparo, logística e mobilização; informação, comando e controle; ciência, tecnologia e inovação; engenharia e construção; dimensão humana; educação, cultura e capacitação física; sustentabilidade ambiental e relacionamento com a sociedade.

Finalizando o relatório, o Capítulo 4 aborda as informações orçamentárias, financeiras, contábeis e de custos que deram suporte às ações do Exército no ano de 2024.

O RGCE reflete o pensamento institucional e reforça o seu dever para com o País. Dessa forma, asseguro a integridade, a fidedignidade, a precisão e a completude dos dados aqui contidos.

Cumpre destacar que o Brasil está envolvido em um ambiente internacional cada vez mais instável em relação à segurança, exigindo que as Forças Armadas estejam prontas para garantir os interesses nacionais. Nesse contexto, a modernização e o consequente processo de transformação do EB são requisitos imperativos para o enfrentamento dos crescentes desafios relativos à defesa nacional e à solução dos problemas internos.

Por fim, reafirmo o engajamento da Força Terrestre na salvaguarda da Pátria e dos mais caros ideais democráticos do nosso povo. Tal responsabilidade tem, reiteradamente, refletido na elevada credibilidade da Instituição entre os brasileiros. Anseio, portanto, que as informações ora prestadas possam demonstrar o compromisso do Exército de Caxias com o Brasil e com o nosso povo.

EXÉRCITO BRASILEIRO! NOVOS DESAFIOS, MESMOS VALORES!

General de Exército TOMÁS MIGUEL MINÉ RIBEIRO PAIVA
Comandante do Exército

Operação Taquari 2
Foto: 1º Sgt Pires/CMS

MATERIALIDADE DE INFORMAÇÕES

No que se refere à materialidade das informações da prestação de contas integrada, a estrutura básica deste relatório e a organização do conteúdo foram definidas conforme a Instrução Normativa nº 84/2020 e a Decisão Normativa nº 198/2022, ambas do Tribunal de Contas da União (TCU).

A estrutura do RGCE 2024 está em conformidade com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e o Planejamento Estratégico do Exército 2024-2027. Essa atualização reflete a nova Cadeia de Valor Agregado do Exército (CVA-EB), publicada recentemente, proporcionando uma visão integrada e coesa das atividades e dos resultados esperados da Força Terrestre.

O RGCE 2024 foi produzido tendo como pano de fundo o lema "Novos Desafios, Mesmos Valores". Os temas incluídos no relatório estão alinhados com as Portarias – C Ex nº 987, de 18 de setembro de 2020; nº 2.146 e nº 2.147, ambas de 20 de dezembro de 2023, que instituíram a Política de Governança do Exército Brasileiro (EB10-P-01.007), publicaram a CVA-EB e o Mapa Estratégico do Exército, respectivamente. Além disso, os temas contemplam as principais entregas realizadas pelo Exército, no exercício de 2024, para o cumprimento da sua missão institucional.

A entrega de valor público pelo Exército abrange, de modo geral, as seguintes partes interessadas: o Estado; os Poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário); e a sociedade brasileira. O diagrama a seguir contempla as etapas para elaboração do RGCE em 2024.

Este Relatório contempla o Comando do Exército e seus órgãos subordinados. Cabe ressaltar que compete às entidades vinculadas - Fundação Habitacional do Exército; IMBEL; e a Fundação Osorio - em seu âmbito de atuação, seguir as recomendações do TCU no que tange à confecção dos seus relatórios de gestão individuais, bem como suas respectivas prestações de contas. Acesse esses relatórios, nos links: https://www.poupex.com.br/institucional/transparencia-e-prestacao-de-contas/, https://www.imbel.gov.br/index.php/transparencia e http://www.fosorio.g12.br/index.php?fosorio=tpconta.

ETAPAS PARA ELABORAÇÃO DO RGCE

EXÉRCITO EM NÚMEROS

A Constituição Federal (CF) confere às Forças Armadas (FA) o *status* de instituições regulares, nacionais e permanentes, bem como estabelece a hierarquia e a disciplina como bases de sua organização, alicerces da cadeia de comando e fiadoras de sua exclusiva subordinação ao Estado.

Há, portanto, uma responsabilidade moral, ética e funcional do Exército Brasileiro (EB) perante o País, de usar os recursos que lhe são disponibilizados para o estrito cumprimento de sua missão, estabelecida pela Constituição Federal. Nesta seção, serão apresentados, resumidamente, alguns números que demonstram a complexidade, a abrangência territorial e a atuação nacional do Exército Brasileiro no ano de 2024.

BRAÇO FORTE

Da Batalha dos Guararapes, quando da expulsão do dominador estrangeiro, lançava-se a semente do Braço Forte, representada por uma Força Terrestre constituída por diferentes tipos de raças e unida por aspirações, desejos e interesses comuns, que forjaram o berço da nacionalidade e o Exército Brasileiro.

Desde então, o legado de Guararapes manteve-se em todas as participações do Exército ao longo da história do País, garantindo a independência, a paz, a liberdade, a soberania das fronteiras, a coesão nacional e a preservação dos ideais democráticos e participando do esforço para a preservação da paz mundial, sob a égide de organismos internacionais.

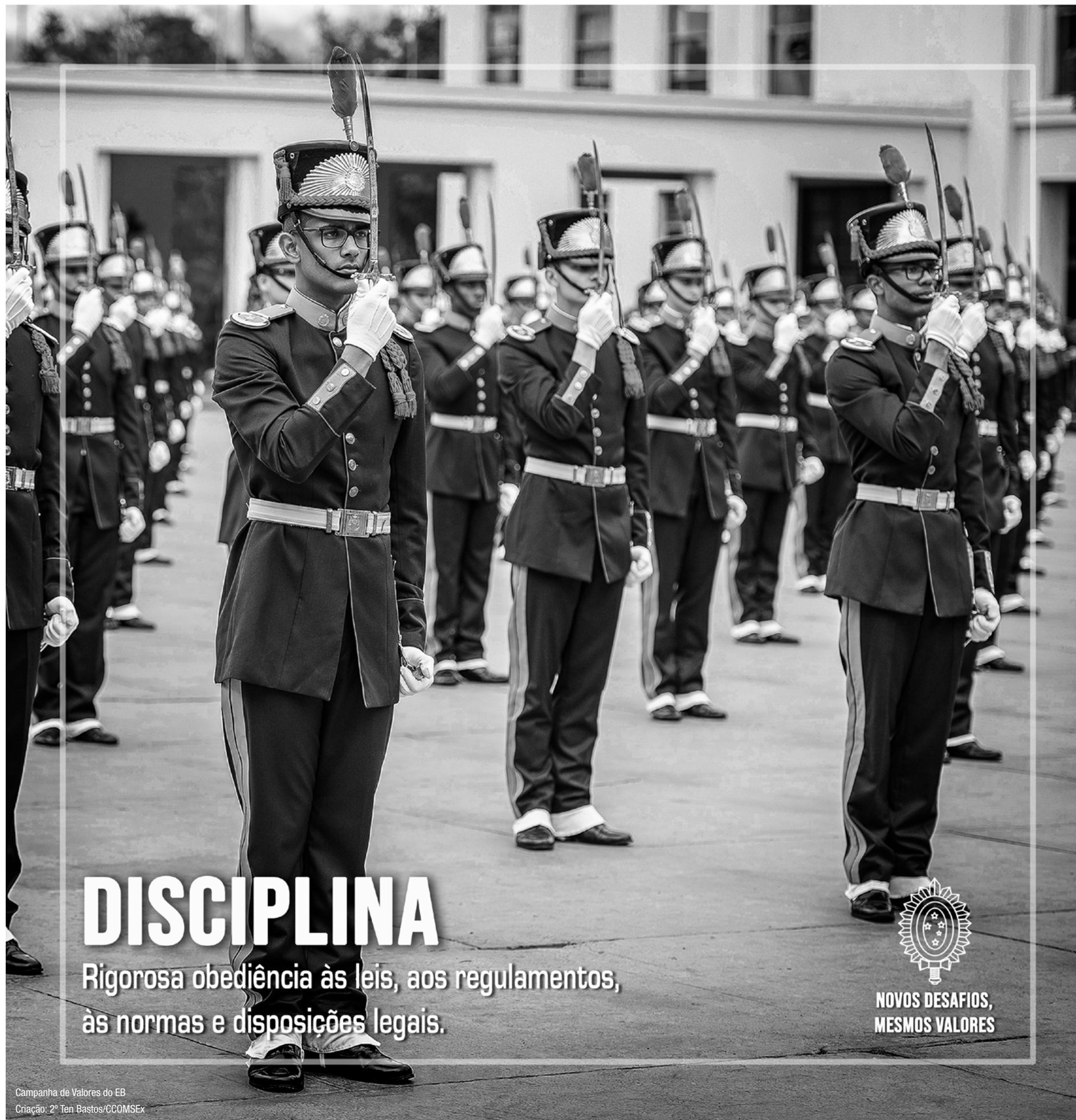
O Braço Forte traduz essa essência finalística da Força Terrestre em perfeita sintonia com os anseios de seu povo, cuja missão se manteve inalterada nas inúmeras constituições nacionais, caracterizando-a como instituição nacional, permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, abrangendo a atuação do Exército na defesa da Pátria, na garantia dos poderes constitucionais e na garantia da lei e da ordem.

As operações militares apresentadas neste Relatório, coroadas de êxito, atestam a efetividade da Força Terrestre no cumprimento de suas missões constitucionais, com o emprego judicioso dos seus meios, mediante regras de engajamento, exaustivamente praticadas pela tropa em ação.

MÃO AMIGA

A Mão Amiga se faz presente em todos os rincões do País, principalmente por sua capilaridade e sua influência marcante na vida de inúmeras localidades, gerando oportunidades de cooperação, ajuda e desenvolvimento social.

Além disso, o Exército contribui com obras de infraestrutura, formação de mão de obra qualificada, estímulo à cultura e ao desporto, atendimento às comunidades carentes ou em situações de calamidade pública, promoção do respeito à natureza e aos povos indígenas, esforço para a redução das carências sociais, atendimento médico e odontológico nas localidades ribeirinhas da Amazônia e do Pantanal, entre outras.

Assim, a Mão Amiga simboliza uma marca do Exército Brasileiro representada pela sinergia dos valores inalienáveis de solidariedade, cooperação e comprometimento com a sociedade brasileira, somados com os atributos anímicos da Instituição, que angariam a confiança de seu povo construída ao longo de sua história.

DISCIPLINA

Rigorosa obediência às leis, aos regulamentos, às normas e disposições legais.

NOVOS DESAFIOS, MESMOS VALORES

Campanha de Valores do EB
Criação: 2º Ten Bastos/CCOMSEx

CAPÍTULO

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

1.1 IDENTIDADE ESTRATÉGICA

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC)

O Exército Brasileiro, alicerçado na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, é uma instituição nacional permanente e regular, que se destina à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Instituição de grande capilaridade, o Exército está presente em todo o território nacional por meio de suas Organizações Militares (OM), tendo a administração central sediada no Quartel-General do Exército (QGEx), situado na Avenida do Exército, Setor Militar Urbano, CEP 70.630-901, Brasília (DF).

O Exército, como Unidade Prestadora de Contas (UPC), é composto pelo Comando do Exército e pelo Fundo do Exército (FEx). A Instituição também integra a UPC do Ministério da Defesa (MD).

MISSÃO E VISÃO DE FUTURO

Missão: contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, preparar a Força Terrestre (F Ter), mantendo-a em permanente estado de prontidão.

Visão de Futuro: ser um Exército capaz de se fazer presente, moderno, dotado de meios adequados e profissionais altamente preparados, composto por capacidades militares que superem os desafios do século XXI e possam respaldar as decisões soberanas do Brasil.

PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS DA ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Marco Legal, no qual se fundamenta o emprego do Exército, é instituído pela Constituição Federal; pelas Leis Complementares nº 97, de 09 de junho de 1999, nº 117, de 2 de setembro de 2004, e nº 136, de 25 de agosto de 2010; e ainda, pelas seguintes normas: Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, que aprova a Estrutura Regimental do EB; Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END), Política Militar de Defesa (PMiD), Estratégia Militar de Defesa (EMiD), Planejamento Estratégico Setorial de Defesa (PESD), Concepção de Transformação do Exército e Diretrizes do Comandante do Exército.

A atuação do Exército, conforme sua missão institucional estabelecida na Constituição Federal e nas leis supracitadas, fica evidenciada na figura ao lado:

DEFESA DA PÁTRIA

GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

GARANTIA DOS PODERES CONSTITUCIONAIS

PARTICIPAÇÃO EM OPERAÇÕES DE AJUDA HUMANITÁRIA

COOPERAÇÃO COM ÓRGÃOS PÚBLICOS

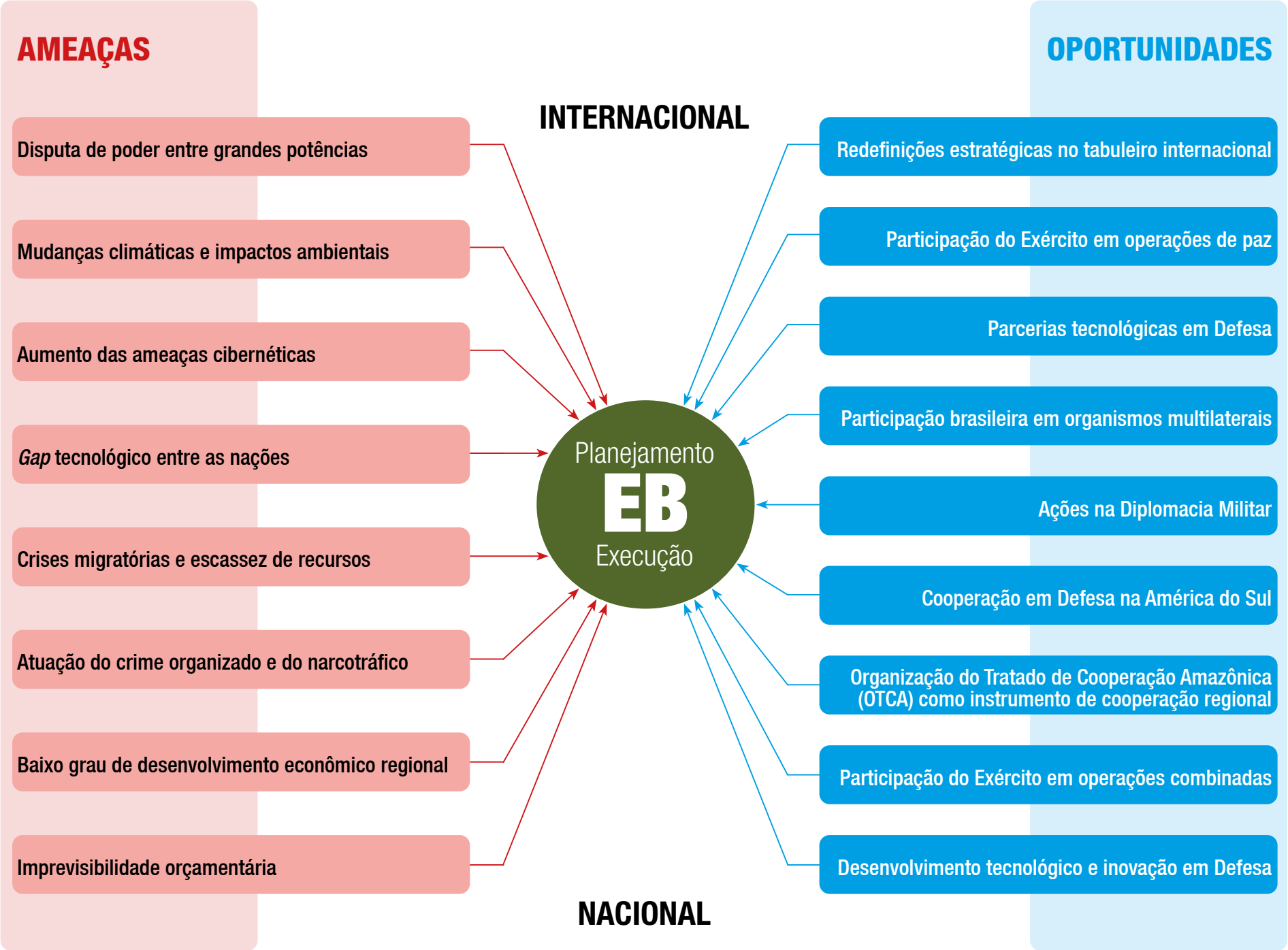
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL E A POLÍTICA EXTERNA

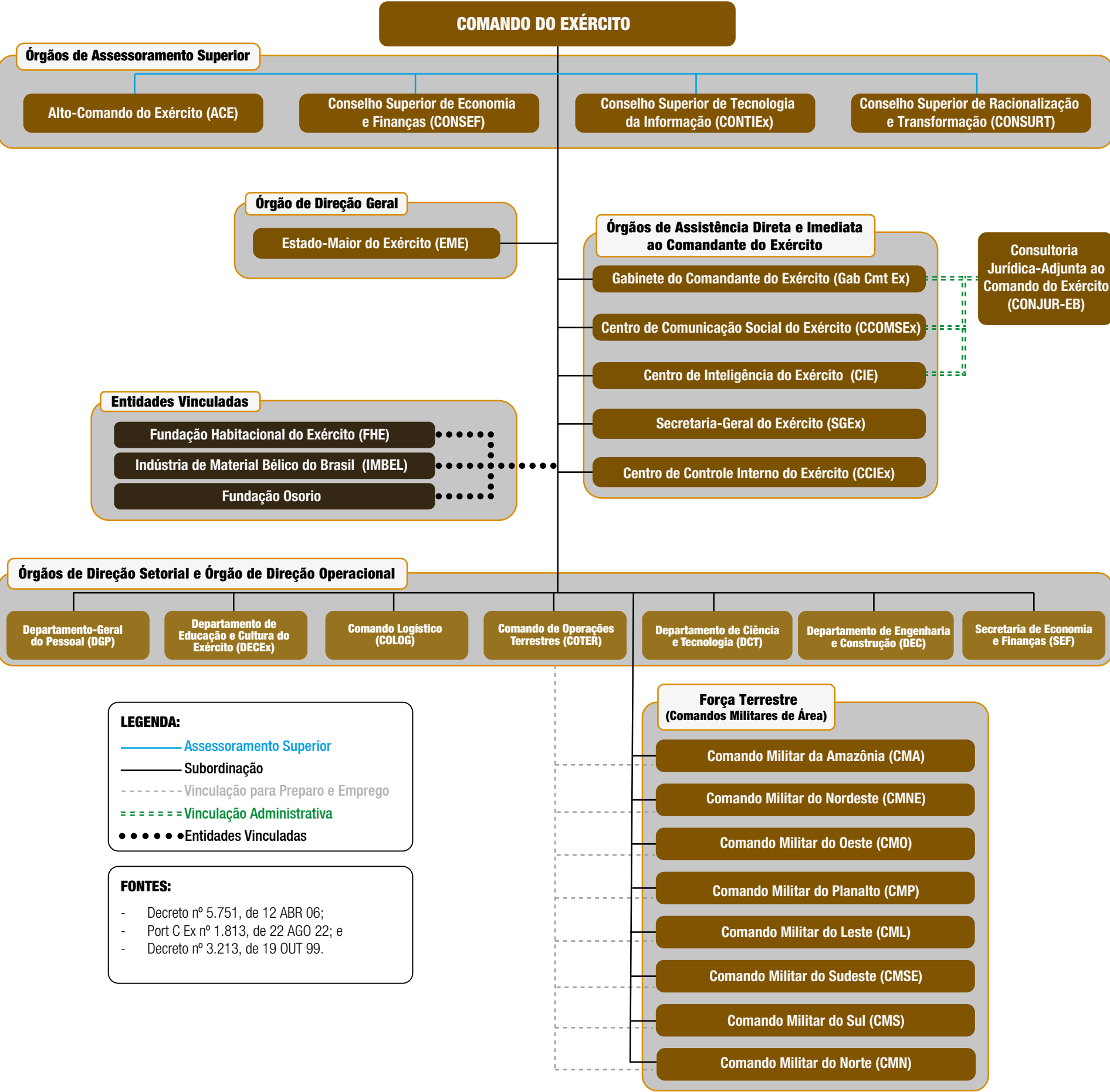
1.2 AMBIENTE EXTERNO

O ambiente externo tem enorme influência sobre a gestão do Exército Brasileiro (EB) na medida em que impacta o emprego da Força Terrestre no cumprimento de suas missões precípuas, no atendimento às demandas subsidiárias e de desenvolvimento nacional.

Os eventos oriundos do ambiente externo podem ser divididos em ameaças e oportunidades. Mais especificamente, o ambiente externo ao Exército envolve toda e qualquer influência oriunda do contexto nacional e internacional (tendências/fenômenos não controláveis pela Instituição) que constitua ou venha a constituir-se elemento favorável (oportunidade) ou desfavorável (ameaça) ao desempenho do EB no cumprimento de sua missão.

As ameaças correspondem ao conjunto de situações que constituem "riscos" ao desempenho do EB. Essas devem ser constantemente monitoradas a fim de mitigar os riscos. Por sua vez, as oportunidades correspondem ao conjunto de situações que contribuem para o bom desempenho do EB, podendo ou não ser aproveitadas, dependendo das condições internas da Instituição. Trata-se, por conseguinte, de perceber as oportunidades como "chances".

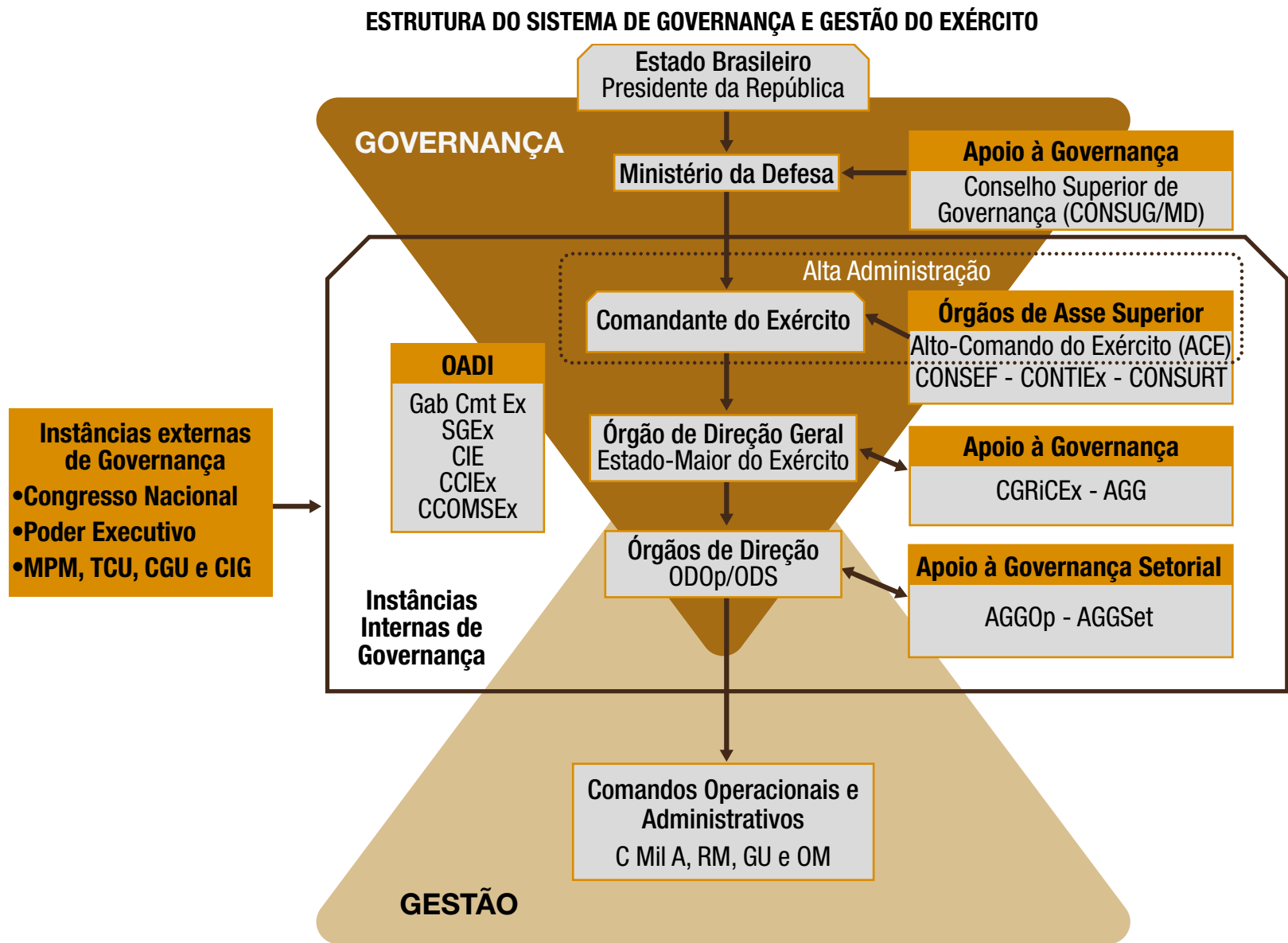
A figura a seguir apresenta uma síntese das principais ameaças e oportunidades, tanto as oriundas do cenário nacional quanto as do internacional, que impactaram o planejamento do EB em 2024. Esta imagem foi elaborada a partir da prospecção de cenário, que serviu de subsídio para o Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx) 2024-2027 e à elaboração do Conceito Operacional do Exército Brasileiro - Operações de Convergência 2040.

Fonte: Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx), 2024.

1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1.4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO EXÉRCITO

1.4.1 ESTRUTURA DO SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO (SG²EX)

O Exército Brasileiro, como instituição de Estado fundamentada na Constituição Federal, atende às necessidades da sociedade por meio das demandas do Estado Brasileiro e dos poderes constituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário. Estes poderes são as principais partes interessadas junto ao Ministério da Defesa e às instâncias externas de governança.

A estrutura do Sistema de Governança e Gestão está representada na figura abaixo:

ESTRUTURA DO SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO

Legenda:

AGG - Assessoria de Governança e Gestão
AGGOp - Assessoria de Governança e Gestão Operacional (COTER)
AGGSet - Assessoria de Governança e Gestão Setorial (ODS)
CIG - Comitê Interministerial de Governança
CGRiCEx - Comitê de Governança, Riscos e Controles do Exército
C Mil A - Comando Militar de Área
CONSEF - Conselho Superior de Economia e Finanças
CONSURT - Conselho Superior de Racionalização e Transformação
CONTIEx - Conselho Superior de Tecnologia da Informação
GU - Grande Unidade
OADI - Órgão de Assistência Direta e Imediata
ODOp - Órgão de Direção Operacional
ODS - Órgão de Direção Setorial
OM - Organização Militar
RM - Região Militar

Fonte: Diretriz de Governança e Gestão do EB, 2021

O Sistema de Governança e Gestão está configurado em instâncias de governança, que são diferentes níveis administrativos envolvidos direta ou indiretamente na avaliação, no direcionamento e no monitoramento do EB:

I) INSTÂNCIAS EXTERNAS DE GOVERNANÇA

As principais instâncias externas de governança, responsáveis pela regulação, fiscalização e controle, que atuam e apoiam o sistema de governança do Exército, são: o Congresso Nacional; o Poder Executivo; o Ministério Público Militar (MPM); o Tribunal de Contas da União (TCU); a Controladoria-Geral da União (CGU); e o Comitê Interministerial de Governança (CIG).

II) INSTÂNCIAS EXTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA

O Conselho Superior de Governança do MD (CONSUG-MD) é responsável pela definição de diretrizes para a política de governança pública do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.

III) INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

São responsáveis por dirigir e avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São também responsáveis por garantir que a estratégia atenda ao interesse público.

No EB, essa instância é composta por:

a. Alta Administração: responsável por implementar a política, a estratégia, os mecanismos e as práticas de governança, que têm por objetivo avaliar, direcionar e monitorar a gestão da Força Terrestre. Abrange o Comandante do Exército e o Alto-Comando do Exército (ACE), conselho permanente de assessoramento ao Comandante do Exército, principalmente nos assuntos relativos à Política Militar Terrestre e às estratégias para a sua consecução.

b. Órgãos de Assessoramento Superior, que são:

- Conselho Superior de Racionalização e Transformação (CONSURT): assessora o Comandante do Exército na condução do processo de transformação; no planejamento, na direção e no controle das grandes aquisições de Produtos de Defesa (PRODE) e dos Materiais de Emprego Militar (MEM) complexos; na condução dos projetos estratégicos do Exército; e na condução dos processos de racionalização, no âmbito da Força Terrestre (F Ter).
- Conselho Superior de Economia e Finanças (CONSEF): assessora o Comandante do Exército na gestão da política econômico-financeira do Comando do Exército.
- Conselho Superior de Tecnologia da Informação (CONTIEx): assessora o Comandante do Exército na gestão da Política de Tecnologia da Informação do Comando do Exército.

c. Órgão de Direção Geral (ODG): o Estado-Maior do Exército (EME) é responsável pela elaboração da Política Militar Terrestre (PMT), pelo planejamento estratégico, pelo gerenciamento do Portfólio Estratégico do Exército (Ptf EE) e pela emissão de diretrizes estratégicas, que orientam o preparo e o emprego da Força Terrestre (F Ter), visando ao cumprimento de sua destinação constitucional.

d. Órgão de Direção Operacional (ODOp), Órgãos de Direção Setorial (ODS) e Órgãos de Assistência Direta e Imediata (OADI): sob orientação e coordenação do Órgão de Direção Geral (ODG), são responsáveis por promover a governança e a gestão em áreas setoriais específicas.

IV) INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA

Responsáveis pela implementação, manutenção, coordenação, monitoramento e avaliação de práticas, ferramentas e atividades de governança e gestão no nível estratégico e setorial, bem como na gestão de riscos e controles internos.

As Instâncias Internas de Apoio à Governança são compostas pela Assessoria de Governança e Gestão (AGG), Assessorias de Governança e Gestão Operacional e Setorial (AGGOp) e (AGGSet), e Comitê de Governança, Riscos e Controles do Exército (CGRiCEx).

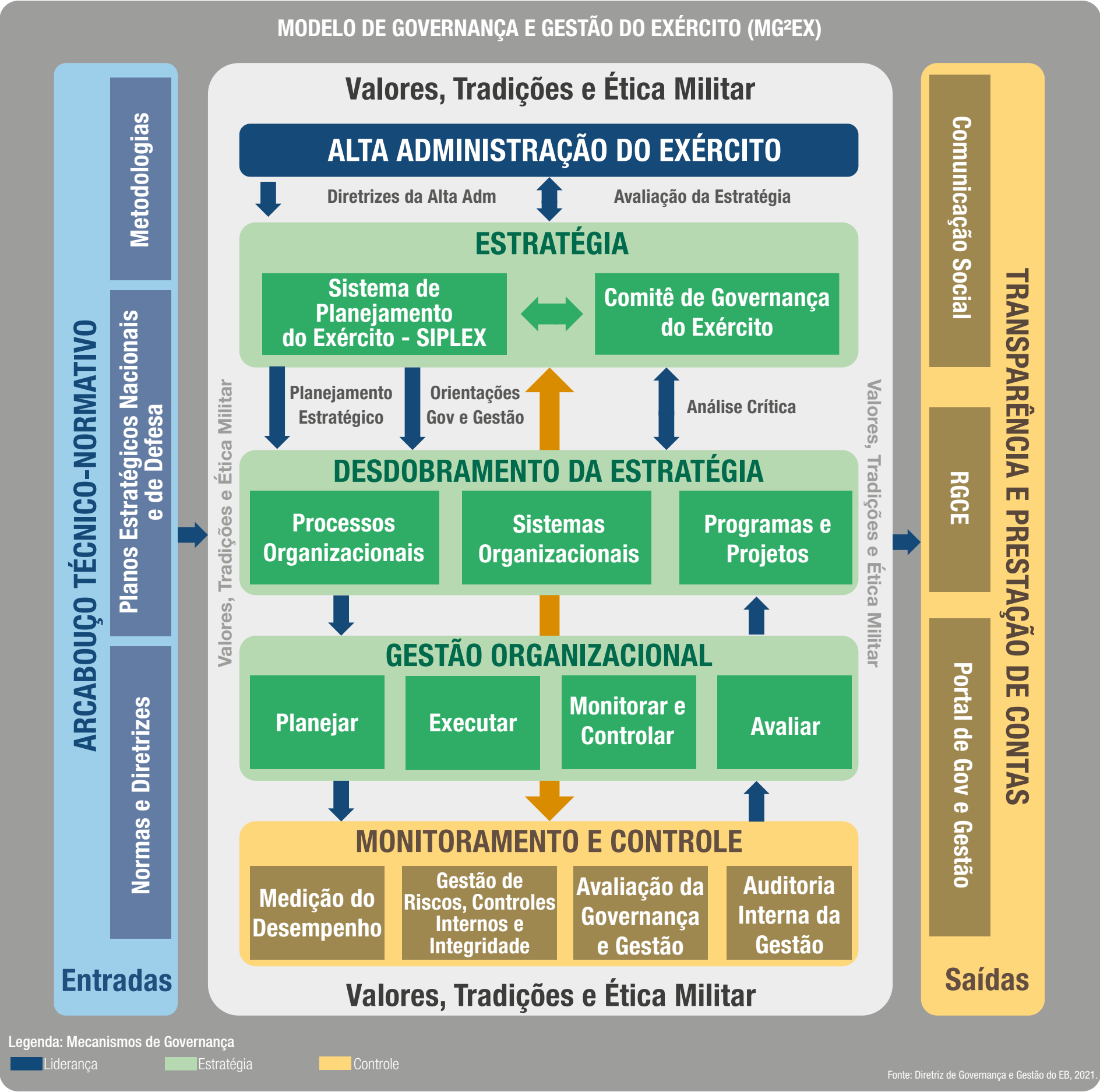
1.4.2 MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO (MG²EX)

O Modelo de Governança e Gestão do Exército (MG²EX) fundamenta-se no arcabouço técnico-normativo, tanto externo quanto interno à Instituição, e nas diretrizes da Alta Administração do Exército. O Sistema de Planejamento do Exército Brasileiro (SIPLEx) traduz a Cadeia de Valor Agregado (CVA), a PMT, a Estratégia Militar Terrestre (EMT) e o Plano Estratégico do Exército (PEEx), os quais direcionam os Planos de Governança e Gestão em todos os níveis.

A estratégia e os planos são monitorados e controlados por mecanismos específicos que avaliam os resultados obtidos, subsidiando a avaliação estratégica pela Alta Administração do Exército Brasileiro.

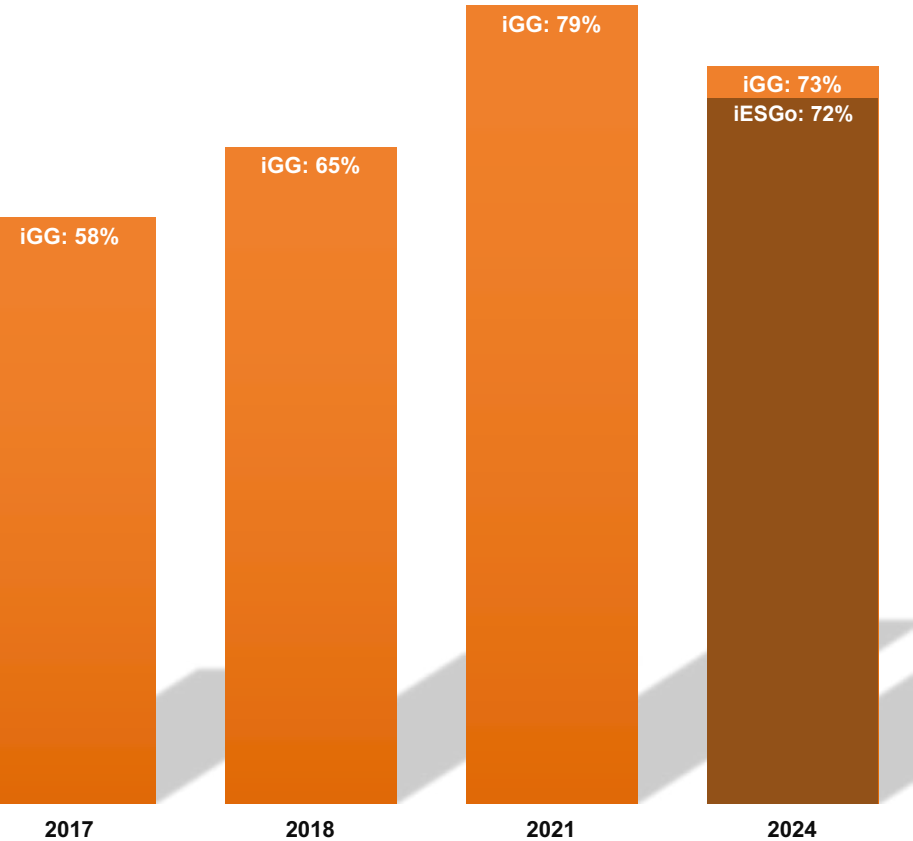
A figura abaixo evidencia a 360º Reunião do Alto-Comando do Exército (RACE).

A figura seguinte apresenta o Modelo de Governança e Gestão do Exército, com seus mecanismos de liderança, estratégia e controle, que atuam para avaliar, monitorar e direcionar a gestão.

Fonte: Diretriz de Governança e Gestão do EB, 2021.

1.4.3 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO EXÉRCITO

O Exército Brasileiro alinha-se às melhores práticas de governança e gestão da Administração Pública, com o objetivo de aprimorar o cumprimento de sua missão constitucional e a sua entrega de valores à sociedade brasileira. O propósito da governança é criar condições favoráveis para a entrega dos resultados esperados pelos cidadãos, traduzidos em sua política e estratégia nacional de defesa, garantindo capacidade de resposta de interesse público, proporcionando benefícios com os recursos destinados à Força Terrestre.

Nesse contexto, o Exército participa dos levantamentos e das avaliações de maturidade em governança e gestão realizados pelo TCU. Os resultados da pesquisa retratam o Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Pública, traduzidos em seu principal indicador – Indice Integrado de Governança e Gestão Públicas (iGG), dos órgãos da Administração Pública Federal, tendo obtido os seguintes resultados, desde sua criação:

RESULTADOS DO COMANDO DO EXÉRCITO

Em 2024, o TCU, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, reformulou o questionário do iGG. Foram acrescentadas as dimensões de sustentabilidade socioambiental do Índice ESG (*Environmental, Social and Governance*). Este novo índice passou a ser denominado iESGo, e o EB alcançou o resultado de 72%, considerado pelo TCU como um nível aprimorado. Em relação à avaliação dos processos de governança e gestão (iGG), o EB obteve um índice de 72,9%.

Conforme o relatório do TCU, a partir de informações e resultados da autoavaliação do Exército, o indicador iESGo 2024 encontra-se disponível no seguinte sítio eletrônico: https://iesgo.tcu.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/iesgo2024_devolutivas/iESGo2024-511-CEX.pdf

Foto: Sd Lucas Almeida/CCOMSEx

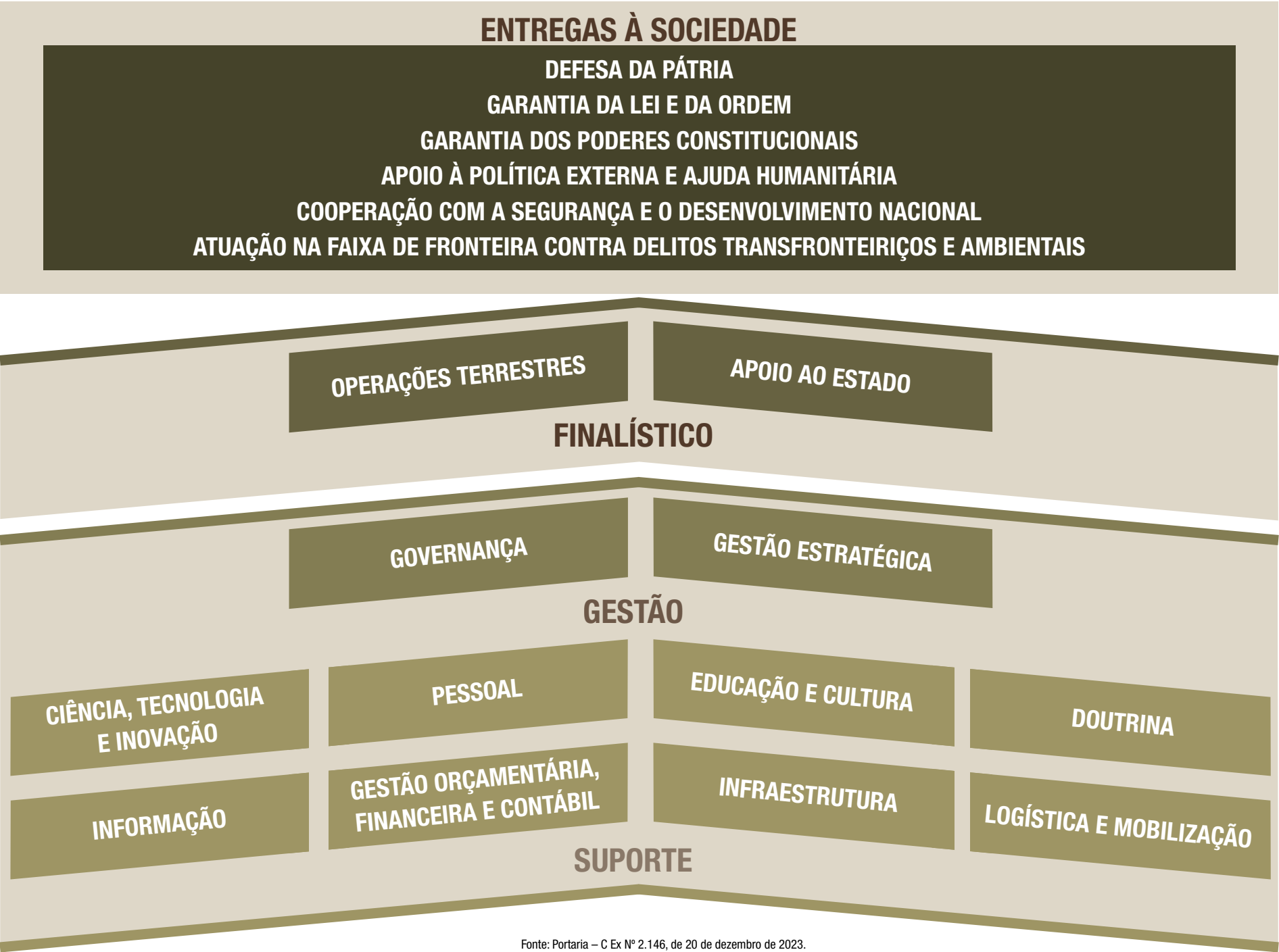
1.5 CADEIA DE VALOR AGREGADO DO EXÉRCITO (CVA-EB)

A Cadeia de Valor Agregado do Exército (CVA-EB) é uma representação gráfica dos macroprocessos organizacionais, que oferece uma visão sistêmica das atividades do Exército Brasileiro, destacando como a Força cumpre sua missão institucional. Sendo estruturada em macroprocessos finalísticos, de gestão e de suporte, o valor final gerado vai além dos limites da organização, refletindo o desempenho do Exército em benefício do Estado e da sociedade brasileira.

A implementação do Modelo de Governança e Gestão do Exército resultou em mudanças significativas no nível estratégico e na percepção do valor público transmitido à sociedade. Essas mudanças ensejaram a atualização de importantes documentos institucionais.

Nesse contexto, a Portaria – C Ex Nº 2.146, de 20 de dezembro de 2023, atualizou a CVA-EB como fruto de um processo de maturidade em governança e gestão alcançada pela Força Terrestre, incluindo um novo macroprocesso finalístico denominado "Apoio ao Estado", que juntamente com o macroprocesso "Operações Terrestres" destacam as grandes entregas institucionais.

Como parte dos mecanismos de governança, a CVA-EB é essencial na elaboração do Plano Estratégico do Exército (PEEx), presente na primeira fase do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), fornecendo a base para a elaboração dos objetivos estratégicos da Força Terrestre.

CADEIA DE VALOR AGREGADO

Fonte: Portaria – C Ex Nº 2.146, de 20 de dezembro de 2023.

DEDICAÇÃO

Superar obstáculos, enfrentar desafios e buscar o aprimoramento

NOVOS DESAFIOS, MESMOS VALORES

Campanha de Valores do EB
Criação: 2º Ten Bastos/CCOMSEx

COESÃO

União por um ideal

NOVOS DESAFIOS, MESMOS VALORES

Campanha de Valores do EB
Criação: 2º Ten Bastos/CCOMSEx

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

2.1.1 INTRODUÇÃO

No âmbito do Exército, o planejamento possui uma metodologia própria, consubstanciada no Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx), que busca o alinhamento com os planos nacionais e setoriais de Defesa e com o Plano Plurianual (PPA).

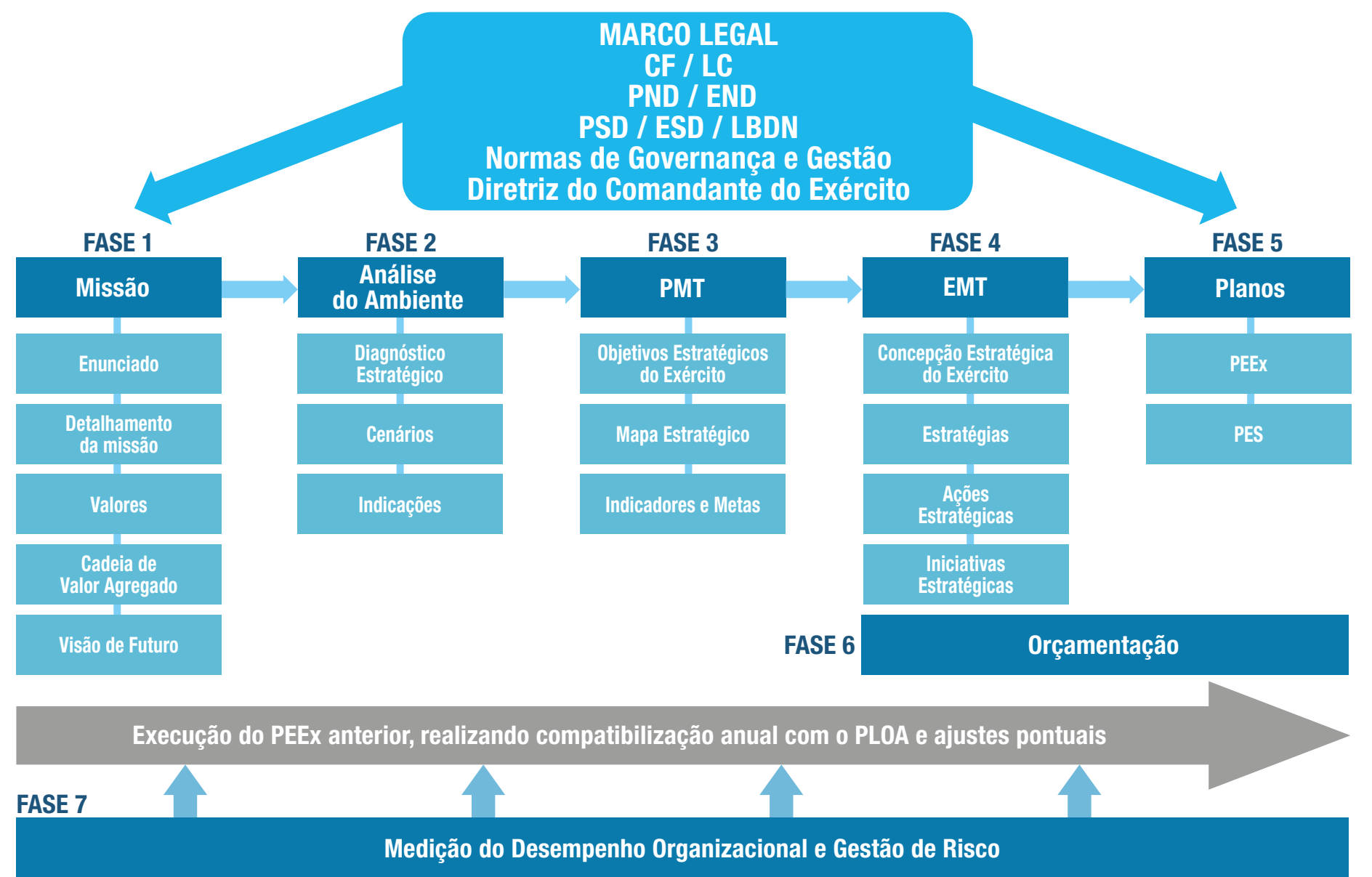
O Plano Estratégico do Exército (PEEx), que faz parte da fase cinco (Planos) do SIPLEx, alinha-se ao PPA e orienta-se pelo Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa, que tem como ponto de partida a Política Nacional de Defesa (PND).

O PEEx, em resumo, é o documento que materializa o planejamento da Instituição. Nele, os OEE são desdobrados em Estratégias, Ações Estratégicas e Iniciativas Estratégicas. São estabelecidas metas e os responsáveis pelos Objetivos Estratégicos, cujo encadeamento visa ao aperfeiçoamento institucional e ao desenvolvimento de capacidades militares.

Os objetivos estratégicos guardam, conforme a CF/88, a LC 97/99, a PND e a Estratégia Nacional de Defesa (END), grande vinculação com as competências institucionais e também com os Objetivos Setoriais de Defesa (OSD).

O sistema de medição estratégica tem como objetivo realizar o acompanhamento das metas e dos indicadores estratégicos do Exército que foram estabelecidos na Portaria – EME/C Ex Nº 1.411, de 4 de outubro de 2024, elaborada pelo EME por meio de sua Assessoria de Governança e Gestão.

2.1.2 SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

A metodologia do SIPLEx percorre sete fases, nominadas e esquematizadas na figura abaixo:

Fonte: Metodologia do SIPLEx; EB20-N-03.002 (Ed. 2021)

O planejamento parte da análise da missão institucional, com a elaboração do enunciado, o detalhamento da missão, a definição dos valores, a estruturação da Cadeia de Valor Agregado e a concepção da visão de futuro pretendida. Inicialmente, considera-se uma análise do ambiente estratégico e, em seguida, determinam-se quais são os objetivos estratégicos e os caminhos para atingi-los, por meio das estratégias, visando à melhoria do patamar de cumprimento da missão. Desse processo, formula-se a Política Militar Terrestre (PMT), assim como são estabelecidas as condições para a elaboração da Estratégia Militar Terrestre (EMT), da Concepção Estratégica do Exército (CEEx) e do Plano Estratégico do Exército (PEEx).

Paralelamente à confecção do PEEx, é elaborada a proposta orçamentária com base nas necessidades gerais do Exército. Após aprovação da Lei Orçamentária Anual, o EME celebra com os órgãos setoriais, os Planos de Descentralização de Recursos (PDR), cuja finalidade é a pactuação de metas físico-financeiras para que sejam cumpridos os objetivos previstos no PPA.

Para o ciclo 2024-2027, a PMT elencou 11 (onze) objetivos estratégicos, conforme o Mapa Estratégico abaixo:

MAPA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

MISSÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, prepara a Força Terrestre, mantendo-a em permanente estado de prontidão.

VISÃO DE FUTURO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Ser um Exército capaz de se fazer presente, moderno, dotado de meios adequados e profissionais altamente preparados, composto por capacidades militares que superem os desafios do século XXI e possam respaldar as decisões soberanas do Brasil.

SOCIEDADE

OEE 1 – Aprimorar a capacidade de dissuasão

OEE 2 – Aprimorar a contribuição com o desenvolvimento nacional, a paz social e a política externa

OEE 3 – Aprimorar a atuação no espaço cibernético, com liberdade e ação

PROCESSOS CRÍTICOS

OEE 4 – Aperfeiçoar o Sistema Operacional Militar Terrestre

OEE 5 – Aperfeiçoar o Sistema Logístico Militar Terrestre

OEE 6 – Aperfeiçoar os Sistemas de Informação e de Comando e Controle do Exército

OEE 7 – Obter prontidão tecnológica

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

OEE 8 – Aperfeiçoar os Sistemas de Educação, Cultura e Capacitação Física

INSTITUCIONAL

OEE 9 – Fortalecer a dimensão humana

OEE 10 – Fortalecer a imagem e a reputação do Exército

OEE 11 – Aperfeiçoar o Sistema de Economia e Finanças do Exército

Fonte: Política Militar Terrestre (Port C Ex nº 2.147, de 20 Nov 23)

2.1.3 DEMONSTRAÇÃO DA VINCULAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO COM A MISSÃO INSTITUCIONAL

O PEEx traduz o emprego coordenado dos recursos orçamentários mais relevantes de investimentos previstos para o ciclo do PPA considerado, ano a ano, de forma a atingir os Objetivos Estratégicos do Exército. Esse planejamento está voltado para o cumprimento permanente das competências institucionais do EB, conforme quadro abaixo:

COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO (OEE)
Defender a Pátria	1-2-3-4-5-6-7-8-9
Garantir os Poderes Constitucionais	2
Garantir a Lei e a Ordem	2
Contribuir para o desenvolvimento nacional e a política externa	2-3-4-5-6-7-8-10-11
Participar em operações de ajuda humanitária	2-4-5
Cooperar com Órgãos Públicos	2-4-5

Fonte: EME, 2024.

2.1.4 VINCULAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EB COM OS OBJETIVOS SETORIAIS DE DEFESA

O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre os atuais planejamentos estratégicos do MD e do EB, inclusive com os Programas Estratégicos prioritários.

ALINHAMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO AOS OBJETIVOS SETORIAIS DE DEFESA

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO	OBJETIVO SETORIAL DE DEFESA (*) (2024-2035)	PORTFÓLIO DO EXÉRCITO
SOCIEDADE	1 - APRIMORAR A CAPACIDADE DE DISSUASÃO 2 - APRIMORAR A CONTRIBUIÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, A PAZ SOCIAL E A POLÍTICA EXTERNA 3 - APRIMORAR A ATUAÇÃO NO ESPAÇO CIBERNÉTICO, COM LIBERDADE DE AÇÃO	1 - APRIMORAR O PREPARO DAS FORÇAS ARMADAS PARA O CUMPRIMENTO DE SUA DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL 2 - CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, A COESÃO E UNIDADE NACIONAIS 3 - INCREMENTAR O APOIO À POLÍTICA EXTERNA	
PROCESSOS CRÍTICOS	4 - APERFEIÇOAR O SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE 5 - APERFEIÇOAR O SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE 6 - APERFEIÇOAR OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DE COMANDO E CONTROLE DO EXÉRCITO 7 - OBTER PRONTIDÃO TECNOLÓGICA	4 - DESENVOLVER OS SETORES ESTRATÉGICOS DE DEFESA 5 - CONTRIBUIR PARA O FORTALECIMENTO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA (BID)	
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	8 - APERFEIÇOAR OS SISTEMAS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E CAPACITAÇÃO FÍSICA	6 - PRESERVAR A EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE ENSINO DAS FORÇAS ARMADAS 7 - AMPLIAR O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ASSUNTOS DE DEFESA NACIONAL 8 - ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E DE INOVAÇÃO DE INTERESSE DA DEFESA	
INSTITUCIONAL	9 - FORTALECER A DIMENSÃO HUMANA 10 - APERFEIÇOAR O SISTEMA DE ECONOMIA E FINANÇAS DO EXÉRCITO 11 - FORTALECER A IMAGEM E A REPUTAÇÃO DO EXÉRCITO	9 - COMPATIBILIZAR OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS ÀS NECESSIDADES DO SETOR DE DEFESA 10 - FORTALECER A DIMENSÃO HUMANA 11 - FORTALECER A IMAGEM INSTITUCIONAL 12 - APERFEIÇOAR A GOVERNANÇA E A GESTÃO	

(*) Resolução CONSUG-MD, Nº 20, de 27 de novembro de 2024.

Fonte: EME, 2024.

2.1.5 SISTEMA DE MEDIÇÃO ESTRATÉGICA DO EXÉRCITO

O Sistema de Medição Estratégica do Exército tem por finalidade avaliar se a estratégia definida pelo Exército está sendo bem sucedida e fornecendo às partes interessadas os principais resultados esperados. Esse sistema é composto por um conjunto de indicadores e metas construídos com base na metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC) ou Indicadores Balanceados de Desempenho.

A coordenação do Sistema de Medição Estratégica é realizada pela Assessoria de Governança e Gestão, com a colaboração das Subchefias do EME e a participação dos ODOp/ODS/OADI, que são responsáveis por realizar a medição dos indicadores.

Em 2024, iniciou-se um novo ciclo do Plano Plurianual (PPA 2024-2027), o qual ensejou a atualização do Planejamento Estratégico do Exército, resultando na revisão do Mapa Estratégico do EB e, consequentemente, na definição de novos Objetivos Estratégicos na PMT.

Além disso, a PMT estabeleceu que, para o ciclo de 2024-2027, o acompanhamento dos resultados dos Objetivos Estratégicos do Exército (OEE) será feito por intermédio do Sistema de Medição Estratégica do Exército, onde cada OEE possui um Indicador de Resultado (IR), com metas anuais definidas pela Portaria– EME/C Ex Nº 1.411, de 4 de outubro de 2024.

Os IR foram obtidos por meio de reuniões com os órgãos de direção setoriais, nas quais foram identificadas as fórmulas de medição e as respectivas metas. Também foram realizadas simulações para validar a metodologia. Anualmente, são feitas verificações parciais e os IR revisados e avaliados.

Nesse contexto, as metas e os indicadores definidos para 2024 são apresentados na tabela abaixo:

INDICADORES E METAS DEFINIDOS PARA OS OEE EM 2024

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO	INDICADORES DE RESULTADO (IR)	METAS PARA 2024	RESPONSÁVEIS PELOS INDICADORES	COORDENADOR DO EME
OEE 1 – Aprimorar a capacidade de dissuasão.	IR 1 - Índice de Aprimoramento de Capacidades.	27%	3ª SCh e 4ª SCh do EME e Escritório de Projetos do Exército (EPEx)	AGG
OEE 2 – Aprimorar a contribuição com o desenvolvimento nacional, a paz social e a política externa.	IR 2 - Índice de contribuição com o desenvolvimento nacional, paz social e a política externa.	60%	1ª SCh, 3ª SCh, 4ª SCh, 5ª SCh, 7ª SCh e EPEx do EME; Comando de Operações Terrestres (COTER); Comando Logístico (COLOG); Departamento-Geral de Pessoal (DGP) e Departamento de Engenharia e Construção (DEC)	5ª SCh EME
OEE 3 – Aprimorar a atuação no espaço cibernético, com liberdade de ação.	IR 3 - Índice de aprimoramento da atuação no espaço cibernético, com liberdade de ação.	14%	Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT)	2ª SCh EME
OEE 4 – Aperfeiçoar o Sistema Operacional Militar Terrestre.	IR 4 - Índice de Preparo e Emprego Militar Terrestre.	62%	Comando de Operações Terrestres (COTER)	3ª SCh EME
OEE 5 – Aperfeiçoar o Sistema Logístico Militar Terrestre.	IR 5 - Índice de Aperfeiçoamento do Sistema Logístico Militar Terrestre.	60%	Comando Logístico (COLOG)	4ª SCh EME
OEE 6 – Aperfeiçoar os Sistema de Informação e de Comando e Controle do Exército.	IR 6 - Índice de aperfeiçoamento dos sistemas de informação e de comando e controle do EB.	48%	Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT)	2ª SCh EME
OEE 7 – Obter Prontidão Tecnológica.	IR 7 - Índice de prontidão tecnológica.	62%	Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT)	2ª SCh EME
OEE 8 – Aperfeiçoar os Sistemas de Educação, Cultura e Capacitação Física.	IR 8 - Índice de aperfeiçoamento do sistema de educação, cultura e capacitação física.	35%	Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx)	1ª SCh EME
OEE 9 – Fortalecer a Dimensão Humana.	IR 9 - Índice de Fortalecimento da Dimensão Humana.	60%	Departamento-Geral do Pessoal (DGP)	1ª SCh EME
OEE 10 – Fortalecer a imagem e a reputação do Exército.	IR 10 - Índice de credibilidade do EB.	70%	Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx)	5ª SCh EME
OEE 11 - Aperfeiçoar o Sistema de Economia e Finanças do Exército.	IR 11 – Índice de desempenho da gestão orçamentária, financeira, contábil e de pagamento de pessoal.	88%	Secretaria de Economia e Finanças (SEF)	6ª SCh EME

Fonte: Portaria– EME/C Ex Nº 1.411, de 4 de outubro de 2024.

Obs: Os indicadores definidos para o exercício e respectivas metas podem ser visualizados juntamente com suas Fichas de Qualificação (FQI) no Portal da Transparência do EB por meio do link: https://www.eb.mil.br/web/ouvidoria/objetivos-metas-indicadores-e-resultados.

RESULTADOS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Para o novo ciclo de medição, o painel abaixo com a medição dos IR estão representados por resultado e sua respectiva meta.

RESULTADOS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO

PEEx 2024-2027

OEE	Objetivo	Resultado	Meta
01	APRIMORAR A CAPACIDADE DE DISSUASÃO	49,79%	27,00%
02	APRIMORAR A CONTRIBUIÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, A PAZ SOCIAL E A POLÍTICA EXTERNA	80,66%	60,00%
03	APRIMORAR A ATUAÇÃO NO ESPAÇO CIBERNÉTICO, COM LIBERDADE DE AÇÃO	11,10%	14,00%
04	APERFEIÇOAR O SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE	66,49%	62,00%
05	APERFEIÇOAR O SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE	69,16%	60,00%
06	APERFEIÇOAR OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DE COMANDO E CONTROLE DO EXÉRCITO	45,33%	48,00%
07	OBTER PRONTIDÃO TECNOLÓGICA	52,45%	62,00%
08	APERFEIÇOAR OS SISTEMAS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E CAPACITAÇÃO FÍSICA	32,62%	35,00%
09	FORTALECER A DIMENSÃO HUMANA	81,34%	60,00%
10	FORTALECER A IMAGEM E A REPUTAÇÃO DO EXÉRCITO	74,00%	70,00%
11	APERFEIÇOAR O SISTEMA DE ECONOMIA E FINANÇAS DO EXÉRCITO	87,61%	88,00%

Fonte: EME, 2024.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Considerando os resultados alcançados, podemos observar que quase todos os indicadores atingiram os parâmetros desejáveis de desempenho dos resultados para o ano de 2024, conforme estabelecido na Política Militar Terrestre, demonstrando a eficácia das iniciativas estratégicas do PEEx para entrega de valor ao Estado Brasileiro. Os resultados dos desempenhos dos indicadores um pouco menores que as metas são justificados pelos sucessivos cortes orçamentários.

Fotomontagem: 2º Ten Bastos/CCOMSEx

2.2 PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO

2.2.1 O PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

O Portfólio Estratégico do Exército (Ptf EE) é um conjunto de programas e projetos relacionados às iniciativas e aos objetivos estratégicos previstos no Plano Estratégico do Exército (PEEx). As entregas de seus programas e projetos estão alinhadas com o PEEx e, em essência, são a materialização das prioridades estratégicas do Exército, que são gerenciadas, coordenadas e integradas pelo Estado-Maior do Exército (EME) na direção da transformação da Instituição, visando os seus objetivos de longo prazo.

Os Programas Estratégicos do Exército são empreendimentos de grande porte e de longa duração, que envolvem as entregas de produtos ou serviços complexos. Seus projetos integrantes são esforços mais pontuais, com objetivos bem definidos e escopos mais limitados. A gestão eficaz desses componentes, por meio de processos de governança e gerenciamento bem definidos, é fundamental para o sucesso do Ptf EE na busca do cumprimento da Estratégia do Exército.

Fonte: EME, 2024.

2.2.2 A GOVERNANÇA DO PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

Para a efetiva gerência e tomada de decisões, a estrutura denominada Governança do Portfólio Estratégico do Exército é responsável por definir processos, normas, atribuições, responsabilidades e obrigações das principais partes interessadas.

O Escritório de Projetos do Exército (EPEx) é o órgão de coordenação executiva do Estado-Maior do Exército (EME), para fins de gerenciamento do Ptf EE, o qual abrange as iniciativas estratégicas prioritárias para o desenvolvimento de capacidades operativas e de aperfeiçoamento dos macrossistemas do EB.

A autoridade patrocinadora do Portfólio Estratégico do Exército é o Comandante do Exército. Ele tem a responsabilidade de, assessorado pelo Gerente do Ptf EE, coordenar o emprego dos principais recursos entre os programas e projetos estratégicos, sejam recursos humanos, materiais e orçamentários.

Dentro da estrutura do Exército, o Conselho Superior de Racionalização e Transformação (CONSURT) ocupa o nível mais elevado no assessoramento ao Comandante do Exército. Suas responsabilidades são amplas e incluem aconselhar sobre a gestão do Planejamento Estratégico do EB, com foco no Portfólio Estratégico e em todos os seus programas e projetos integrantes.

A função de gerenciar o Portfólio Estratégico do Exército é do Chefe do Estado-Maior do Exército. Ele coordena todas as atividades definidas no Plano Estratégico do Exército (PEEx), buscando o alcance dos objetivos estratégicos da Força.

O Comitê Gestor do Processo de Transformação tem o papel relevante de assessorar o CONSURT. Seu foco está nas decisões sobre o portfólio, os programas e os projetos estratégicos da Força.

O Chefe do Escritório de Projetos do Exército atua como coordenador-executivo do Ptf EE, tratando diretamente com o Chefe do EME e reportando todas as informações necessárias sobre o Ptf EE.

Cabe aos ODOp, ODS, OADI e C Mil A a responsabilidade de estabelecer um escritório de projetos ou estrutura equivalente, para tratar da governança, da gestão e do gerenciamento das ações relativas ao Ptf EE ou ao seu portfólio setorial, dentro de sua área de atuação.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

Comandante do Exército
Autoridade Patrocinadora do Portfólio EE

CONSURT

CGPT

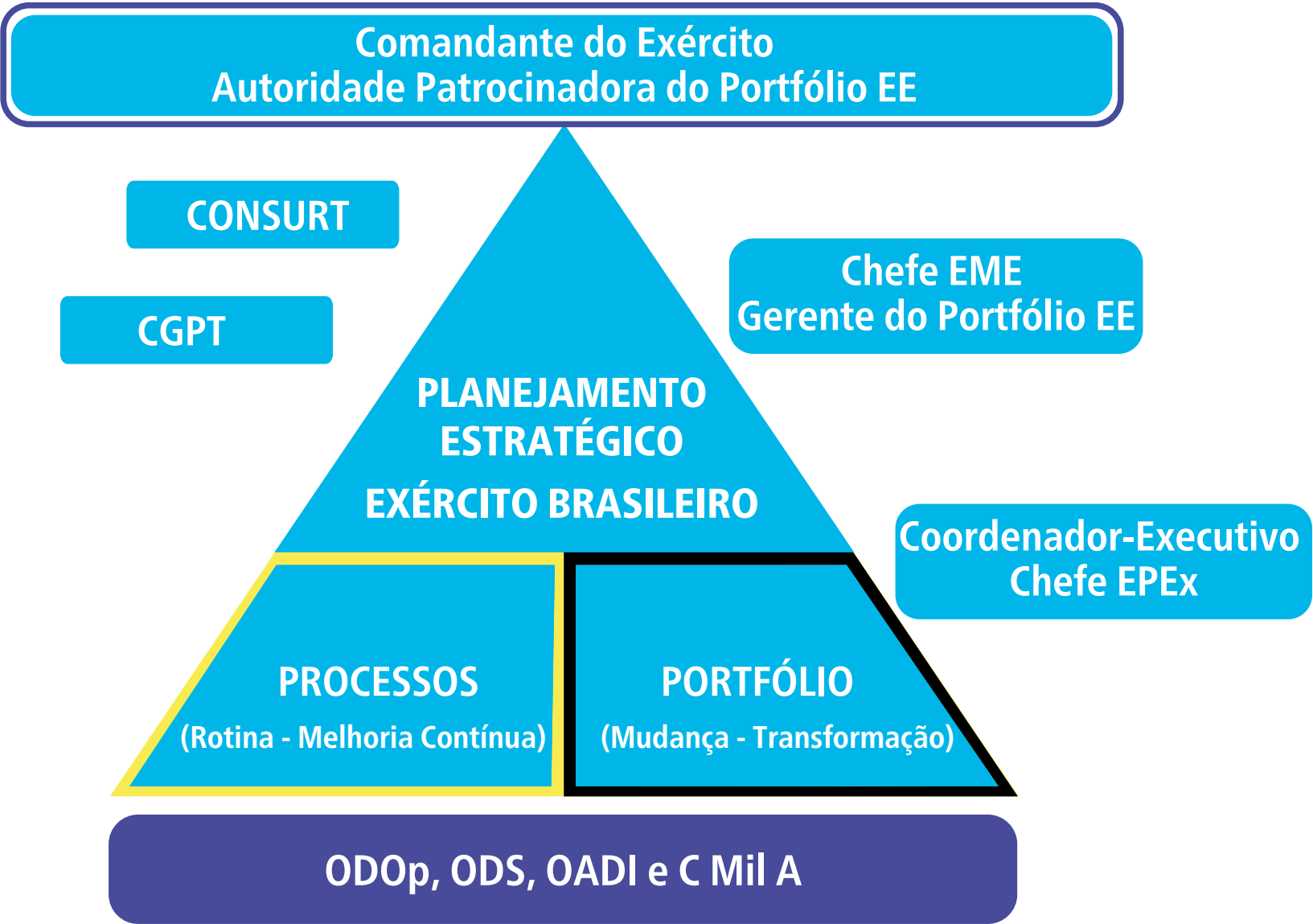
Chefe EME
Gerente do Portfólio EE

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
EXÉRCITO BRASILEIRO

Coordenador-Executivo
Chefe EPEx

PROCESSOS
(Rotina - Melhoria Contínua)

PORTFÓLIO
(Mudança - Transformação)

ODOp, ODS, OADI e C Mil A

Fonte: EME, 2024.

2.2.3 A CONTRIBUIÇÃO DO PORTFÓLIO PARA OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO

Os Programas Estratégicos do Exército (Prg EE) abrangem, entre outras vertentes, projetos destinados à obtenção pelo Exército Brasileiro de meios e equipamentos militares mais modernos, eficazes e adequados ao trinômio controle, mobilidade e presença, previstos na Estratégia Nacional de Defesa. Tais Prg EE contribuem com um ou mais OEE, como se pode ver no quadro a seguir:

RELAÇÃO ENTRE PORTIFÓLIO E OEE

OEE / Prg EE	OEE 1 APRIMORAR A CAPACIDADE DE DISSUASÃO	OEE 2 APRIMORAR A CONTRIBUIÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL E A POLÍTICA EXTERNA	OEE 3 APRIMORAR A ATUAÇÃO NO ESPAÇO CIBERNÉTICO, COM LIBERDADE DE AÇÃO	OEE 4 APERFEIÇOAR O SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE	OEE 5 APERFEIÇOAR O SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE	OEE 6 APERFEIÇOAR OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DE COMANDO E CONTROLE DO EXÉRCITO	OEE 8 APERFEIÇOAR O SISTEMA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E CAPACITAÇÃO FÍSICA	OEE 10 FORTALECER A IMAGEM E A REPUTAÇÃO DO EXÉRCITO
SENTINELA DA PÁTRIA	X	X		X	X	X	X	X
AMAZÔNIA PROTEGIDA	X			X	X	X	X	X
SISFRON	X	X		X		X		
FORÇAS BLINDADAS	X			X	X			
ASTROS	X					X		
OCOP	X					X		
DEFESA ANTIAÉRA	X							
AVIAÇÃO	X							
DEFESA CIBERNÉTICA			X					
CIBERNÉTICA DEFESA NACIONAL			X					
SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE				X				
SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRRESTRE					X			
LUCERNA						X		
EDUCAÇÃO E CULTURA							X	

Fonte: EME, 2024.

2.2.4 RESULTADOS DOS PRG EE

A tabela a seguir apresenta a execução orçamentária dos Prg EE em 2024.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRG EE

PRG EE	RECEBIDOS (R$)*	UTILIZADOS (R$)*
FORÇAS BLINDADAS	657.783.466,00	677.134.436,03
SISFRON	357.047.580,00	368.243.083,36
AVIAÇÃO (3138)	242.943.736,00	267.908.211,13
AVIAÇÃO (21D3)	90.601,00	90.601,00
ASTROS	95.500.000,00	98.377.555,68
OCOP	79.020.960,00	79.020.768,81
DEFESA ANTIAÉREA (13DB)	14.074.349,00	17.477.594,56
DEFESA ANTIAÉREA (21D1)	3.075.626,00	3.077.127,13
CIBERNÉTICA DEFESA NACIONAL	63.936.183,00	63.933.202,00
DEFESA CIBERNÉTICA	10.214.250,00	10.213.975,30
SENTINELA DA PÁTRIA	67.990.328,00	67.990.327,99
AMAZÔNIA PROTEGIDA	29.709.458,00	29.709.458,00
LUCERNA	4.616.049,00	4.617.391,58
SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE	982.562,00	982.560,84
SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE	3.707.515,00	3.707.515,00
EDUCAÇÃO E CULTURA	26.774.780,78	26.757.041,27
TOTAL	**1.657.467.443,78**	**1.719.240.849,68**

Fontes: EME, COTER, COLOG e DECEx

(*) – As Ações de Governo, cujos valores empenhados estão acima e/ou abaixo das dotações atualizadas recebidas, devem-se às variações cambiais positivas e/ou negativas dos materiais/serviços contratados no exterior por intermédio da Comissão do Exército Brasileiro em Washington/DC, conforme contratação de câmbio junto ao Banco Central (BC).

Nos itens seguintes serão apresentados os principais resultados dos Prg EE, com foco nas entregas de 2024.

FORÇAS BLINDADAS

2.2.4.1 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO FORÇAS BLINDADAS - PRG EE F BLD

O Programa Estratégico do Exército Forças Blindadas tem a finalidade de contribuir para a transformação das Brigadas Blindadas e Mecanizadas do Exército Brasileiro, com a obtenção coordenada de meios blindados de combate sobre rodas e sobre lagartas, impulsionando prioritariamente a Base Industrial de Defesa Brasileira pela aquisição de Sistemas e Materiais de Emprego Militar.

No escopo desse Programa, encontra-se a Nova Família de Blindados sobre Rodas (NFBR) composta por viaturas blindadas leves 4X4, viaturas blindadas médias 6X6 e 8X8, viatura obuseiro autopropulsada sobre rodas 155 mm e a modernização da viatura CASCAVEL. Além disso, a revitalização do Blindado sobre Lagartas LEOPARD 1A5 BR e a aquisição de novas viaturas blindadas de combate sobre lagartas, integradas aos Sistemas de Armas, de Proteção e de Comando e Controle.

O Programa é composto, ainda, pelos projetos de pesquisa e desenvolvimento de material de emprego militar, bem como por ações complementares, infraestrutura e preparo, adequando as organizações militares para o recebimento dos novos materiais de emprego militar e contribuindo para a formação de operadores e mecânicos.

Em 2024, a execução orçamentária do programa foi de 2,07%, perfazendo um total acumulado de 14,32% do previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP), em relação ao valor planejado do programa que é de R$ 30.585.160.000,00.

PRINCIPAIS ENTREGAS
2024
PRG EE FORÇAS BLINDADAS

- Aquisição de Viaturas VBTP-MSR 6x6 GUARANI.
- Aquisição de Sistemas de Armas Automatizados.
- Aquisição de Sistemas de Comando e Controle.
- Aquisição de Computadores Tático Militar.
- Contratação de Suporte Logístico Inicial, sob demanda, para as plataformas das VBTP-MSR Guarani 6x6, para as VBMT-LSR 4X4 e para os Sistemas de Armas Torre Automatizada (REMAX).
- Adequação da Infraestrutura das Unidades que receberam Viaturas Blindadas (estruturas de Manutenção e Garagem).

Foto: Luciano Souza/Santa Maria-RS
Campo de Instrução de Santa Maria/RS

SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS

2.2.4.2 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS - PRG EE SISFRON

O Programa Estratégico do Exército SISFRON objetiva proporcionar ao Exército Brasileiro os meios necessários de monitoramento e controle para operação na faixa de fronteira terrestre brasileira. Destina-se ao sensoriamento, ao apoio às operações e à decisão, a fim de permitir a atuação de forma efetiva nas áreas de fronteira da Amazônia, do Centro-Oeste e do Sul. Coopera, dessa maneira, para a segurança, a redução de ilícitos transfronteiriços, a preservação ambiental, a proteção de comunidades indígenas e a obtenção do efeito dissuasório, por meio da utilização da capacidade operacional do Exército Brasileiro, na selva e em outros ambientes do País, isoladamente ou em conjunto com outros órgãos governamentais.

Em 2024, a execução orçamentária do programa foi de 2,86%, perfazendo um total acumulado de 19,75% do previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP), em relação ao valor planejado do programa que é de R$ 15.100.000.000,00 (valor reajustado na revisão do PPA 2024-2027).

PRINCIPAIS ENTREGAS 2024 PRG EE SISFRON

- Aquisição de equipamentos de comunicações, vigilância e sensoriamento (binóculos, óculos e monóculos de visão noturna, rádios, radares, etc) para os Comandos Militares da Amazônia, do Oeste e do Sul.
- Aquisição de drones (SARP Categoria 0) para tropas empregadas na faixa de fronteira.
- Aquisição de equipamentos de TI para os centros de operações localizados na faixa de fronteira.
- Aquisição de material aeroterrestre para a Brigada de Infantaria Paraquedista.
- Aquisição de maquinário pesado e viaturas especializadas de apoio para organizações militares localizadas na faixa de fronteira.
- Aquisição de embarcações diversificadas para operações e apoio logísticos nos Comandos Militares da Amazônia, do Norte e do Oeste.
- Pesquisa e desenvolvimento tecnológico da atualização do Radar SENTIR M20.
- Obras de infraestrutura nos municípios de Boa Vista, Campo Grande, Corumbá, Curitiba, Manaus, Guaporé e Cascavel.

Fotomontagem: 1º Sgt Takeshi/CCOMSEx – Área de monitoramento e controle da faixa de fronteira terrestre pelo SISFRON

AVIAÇÃO

2.2.4.3 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO AVIAÇÃO DO EXÉRCITO - PRG EE AV EX

O Programa Estratégico do Exército Aviação do Exército tem como objetivo geral manter a Aviação do Exército como um vetor de modernidade e eficiência operacional.

Para alcançar o objetivo planejado, o escopo do programa contempla o aperfeiçoamento do Sistema de Aviação do Exército, por meio da modernização da frota existente e da aquisição de aeronaves de manobra e ataque, a fim de contribuir para o cumprimento de missões de combate ofensivas, de reconhecimento, de transporte e de segurança.

O Programa é composto por projetos que visam ampliar as capacidades do Sistema de Aviação do Exército e por ações complementares de infraestrutura e modernização, adequando as organizações militares e buscando estender a vida útil da frota de helicópteros.

Em 2024, a execução orçamentária do programa foi de 9,95%, perfazendo um total acumulado de 30% do previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP), em relação ao valor planejado do programa que é de R$ 4.905.862.000,00.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2024 PRG EE AV EX

- Modernização de 2 aeronaves HM-1A Pantera K2, últimas contempladas pelo Prg EE.
- Aquisição, via FMS (Foreign Military Sales), de 12 (doze) helicópteros UH-60M Black Hawk. Início da capacitação dos aeronavegantes que operarão a frota.
- Infraestrutura do Pelotão de Transporte Aéreo, Suprimento e Serviços Especiais de Aviação (TASA) e do Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx).

Foto: Cees-Jan Van Der Ende

ASTROS

2.2.4.4 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO ASTROS - PRG EE ASTROS

O Programa Estratégico do Exército Astros tem por objetivo dotar a Força Terrestre com um sistema de apoio de fogo estratégico de longo alcance e elevada precisão, capaz de empregar toda a família de foguetes Astros e mísseis táticos de cruzeiro, além de implantar a estrutura física do Forte Santa Bárbara para a Artilharia de Mísseis e Foguetes, em Formosa (GO). É integrado por projetos de pesquisa e desenvolvimento, de aquisição e modernização de viaturas e de construções de instalações, que contribuem para equipar a Força Terrestre e gerar novas capacidades dissuasórias.

Os trabalhos de pesquisa e desenvolvimento envolvem a concepção, o desenvolvimento e o fornecimento de um míssil tático de cruzeiro e de foguetes guiados; um Sistema Integrado de Simulação, desenvolvido com a Universidade Federal de Santa Maria; e o Sistema Transportável de Rastreio de Engenhos em Voo.

Em 2024, a execução orçamentária do programa foi de 2,56%, perfazendo um total acumulado de 63,11% do previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP), em relação ao valor planejado do programa que é de R$ 2.435.000.000,00.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2024 PRG EE ASTROS

- Entrega do pavilhão do Sistema Transportável de Rastreio de Engenhos em Voo (STREV).
- Início da construção do Estande de Tiro do 6º Grupo de Mísseis e Foguetes.
- Entrega de 67%, acumulado no ano, da etapa da infraestrutura da Vila Militar Sustentável do Forte Santa Bárbara (FSB), em Formosa/GO.
- Entrega de 69%, acumulado no ano, da Base Administrativa e Campo de Instrução de Formosa e aquisição de equipamentos.
- Entrega de 74%, acumulado no ano, das atividades do plano de trabalho do Sistema Integrado de Simulação ASTROS (SIS-ASTROS), referente à continuação do TED 20-EME-03-00, firmado com a UFSM, no Rio Grande do Sul/RS.
- Continuação do projeto P&D do STREV.
- Início do Termo de Execução Descentralizada (TED) para o Sistema Digitalizado de Artilharia de Campanha (SISDAC), com a Indústria de Material Bélico (IMBEL).
- Aquisição de dois binóculos JIM COMPACT para equipar as turmas de observação do Sistema de Artilharia de Campanha; Inserção da logística de Fgt no SVTAT – integração com o COMBATER (SIS-ASTROS – TED II com a UFSM).
- Aquisição dos equipamentos de comunicações para instalação do sistema de segurança da área dos paióis do Depósito Central de Munições (DCMun-RJ).
- Produção de 10 bancadas de testes para a manutenção das Viaturas Blindadas de Combate Obuseiro Autopropulsado M109.

Foto: Acervo do CCOMSEx

OBTENÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL PLENA

2.2.4.5 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO DE OBTENÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL PLENA - PRG EE OCOP

O Programa de Obtenção da Capacidade Operacional Plena tem por objetivo dotar as organizações militares do Exército Brasileiro de sistemas e materiais de emprego militar para manter a permanente capacidade operacional, por meio da substituição de materiais e sistemas defasados tecnologicamente ou no final de seu ciclo de vida, da melhoria dos equipamentos individuais e coletivos do combatente e da efetividade da sustentação logística dos meios militares terrestres.

Para alcançar o objetivo planejado, o escopo do programa contempla a obtenção, a pesquisa, o desenvolvimento e a modernização dos sistemas e materiais de emprego militar, buscando, no que couber, a interoperabilidade logística com as demais Forças.

Em 2024, a execução orçamentária do programa foi de 0,38%, perfazendo um total acumulado de 8,39% do previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP), em relação ao valor planejado do programa que é de R$ 20.900.000.000,00.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2024 PRG EE OCOP

- Aquisição de suporte para monóculo de visão noturna.
- Aquisição de adaptador de trilho *picattiny*.
- Aquisição de SMEM Cl VI para o Projeto Material de Engenharia de Combate.
- Aquisição de SMEM para AMAN e ESA.
- Aquisição de suprimento e insumos para manutenção de VTP motocicleta policial.
- Aquisição de blindagem de equipamento de engenharia.
- Aquisição de VTP motocicleta policial.
- Aquisição de VTP motocicleta policial grupo II.
- Aquisição de rádio veicular Mallet.
- Aquisição de SMEM Classe II – Projeto Cobra.
- Fabricação de Morteiro 81mm.
- Revitalização de Morteiro 120mm.
- Recuperação de obuseiro 105mm L118 Light Gun.
- Recuperação de Viatura Toyota Bandeirante.
- Manutenção e recuperação de Viaturas.

Foto: Cap R/1 Edvaldo/CCOMSEx

DEFESA ANTIAÉREA

2.2.4.6 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO DEFESA ANTIAÉREA - PRG EE DAAE

O Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea está organizado com o objetivo de recuperar capacidades já existentes, bem como obter novas capacidades de defesa antiaérea de baixa, média e grande alturas, modernizando as organizações militares de Artilharia Antiaérea da Força Terrestre.

O Programa foi estruturado para viabilizar a participação da indústria nacional de defesa, atribuindo grande importância para a transferência de tecnologia de produtos de defesa ainda não acessíveis no País, com a assimilação de novas capacidades e contribuindo para o incremento dos postos de trabalho de alta qualificação no Brasil.

Em 2024, a execução orçamentária do programa foi de 2,72%, perfazendo um total acumulado de 13,98% do previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP), em relação ao valor planejado do programa que é de R$ 4.130.148.934,00.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2024 PRG EE DAAE

- Protótipo do Radar M200 VIGILANTE (fabricação nacional).
- Conjunto de material de comunicações para mobiliar uma Seção de Defesa Antiaérea.
- Terminal de comunicação por satélite.

Foto: Acervo do CCOMSEx

DEFESA CIBERNÉTICA

2.2.4.7 PROGRAMA DA DEFESA CIBERNÉTICA NA DEFESA NACIONAL - PDCDN

Em 2008, a Estratégia Nacional de Defesa (END) estabeleceu três setores estratégicos para a Defesa Nacional: o nuclear, o espacial e o cibernético. Nesse diapasão, o Ministério da Defesa atribuiu a responsabilidade pelo desenvolvimento do setor cibernético ao Exército Brasileiro (EB), sob a coordenação do Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber), sediado em Brasília (DF) e subordinado ao Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT).

O PDCDN tem como objetivo dotar o MD e as Forças Armadas (FA) da estrutura de defesa necessária para desenvolver eficazmente todo o espectro das ações cibernéticas, possibilitando atuar com liberdade de ação no espaço cibernético de interesse da Defesa Nacional e negando essa possibilidade aos oponentes.

Em 2024, a disponibilidade orçamentária (LME) do programa foi de R$ 63.936.183,00, sendo executados (Empenhado) R$ 63.933.202,00.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2024 PDCDN

- Estruturação do Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC), tendo o ComDCiber como seu Órgão Central, incluindo atividades de ampliação da capacidade cibernética das Forças Singulares e do Ministério da Defesa, no contexto do Sistema.
- Estruturação da ENaDCiber, compreendendo a concepção, definição e aprovação de sua estrutura organizacional e a concepção, planejamento e implantação de sua estrutura física.
- Contratação de cursos para capacitação de militares para atender necessidades do Setor Cibernético de Defesa.
- Contratação de sistemas, materiais e serviços necessários à estruturação do COpDCiber 1ª fase.
- Aquisição de Soluções Tecnológicas para: as Ações e Operações Cibernéticas Conjuntas e Interagências e Sistema de Busca Avançada de Ameaças Cibernéticas, necessárias ao Setor de Defesa Cibernética.
- Estruturação de Sistemas de Gestão e Certificação Digital para o Setor Cibernético de Defesa.
- Aquisição de Soluções Tecnológicas para o Sistema de Busca Avançada de Ameaças Cibernéticas.
- Aquisição de sistemas e materiais e contratação de serviços necessários à infraestrutura de apoio às OM de Defesa Cibernética e ao Setor Cibernético de Defesa.
- Ampliação da atividade de Certificação Digital de interesse do Setor Cibernético de Defesa, contribuindo para a segurança e fortalecimento do ecossistema do setor cibernético.

Foto: Acervo do 1º BGE – Apronto Operacional

2.2.4.8 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO DEFESA CIBERNÉTICA - PRG EE DCIBER

O Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética (Prg EE DCiber) possui alta prioridade no Exército Brasileiro (EB), sendo caracterizado por um conjunto de ações defensivas e ofensivas no contexto de um planejamento operacional militar. Também contribui para a retomada do controle de setores vitais do Estado brasileiro, no caso de perda da qualidade ou mesmo interrupção de um serviço, decorrente de um ataque cibernético, em particular no que se refere às infraestruturas críticas estratégicas nacionais.

O Prg EE DCiber visa inserir o Exército Brasileiro no seleto grupo de nações com capacidade de atuar no espaço cibernético com liberdade de ação, principalmente em função dos resultados observados nos conflitos atuais, pois os ataques cibernéticos constituem ameaças significativas à segurança, tanto para o Estado, e para a sociedade como um todo.

Novas capacidades cibernéticas estão sendo alcançadas mediante a atualização do Prg EE DCiber, visando superar os desafios do setor cibernético.

Em 2024, a disponibilidade orçamentária (LME) do Prg EE DCiber foi de R$ 10.214.250,00, sendo executados (Empenhado) R$ 10.213.975,30.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2024 PRG EE DCIBER

- Aquisição de Soluções Tecnológicas para cibernética.
- Seminário de Guerra Cibernética e Eletrônica.
- Adestramento Cibernético.
- Formação/capacitação de instrutores e monitores na área de proteção cibernética da EsCom.
- Formação/capacitação de instrutores e monitores na área de guerra cibernética do CIGE.
- Simulador de Ações Cibernéticas 1.0 (SACI).
- Produção e distribuição do Módulo de Proteção Cibernética (MPC - 2ª geração).
- Produção e distribuição do Módulo de Ações Cibernéticas (MAC - 1ª geração).
- Implantação do Data Center alternativo do Exército brasileiro no 3º CTA.
- Implementação da solução central do Centro de Operações de Segurança (SOC).
- Proteção multidimensional da EBNET.
- Implantação de laboratórios nas escolas de formação do Exército Brasileiro.
- Novo sistema de correio eletrônico do EB.
- Laboratório de Segurança Cibernética (LaSC) no IME.
- Aquisição e instalação de supercomputador no IME.
- Desenvolvimento de algoritmos de criptografia Pós-Quântica para incremento de Bibliot Criptográfica.

Foto: 2º Sgt Carbos/EsCom – Instrução de Proteção Cibernética

SENTINELA DA PÁTRIA

2.2.4.9 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO SENTINELA DA PÁTRIA - PRG EE SENT PÁTRIA

O Programa Estratégico do Exército Sentinela da Pátria trabalha de forma sistêmica com os demais programas do Portfólio Estratégico do Exército, buscando contribuir para a geração de capacidades militares nos Grandes Comandos, nas Grandes Unidades e nas organizações militares por intermédio da implantação, da transformação ou do reposicionamento, por transferência de sede, de unidades.

O Programa Sentinela da Pátria, alinhado à Concepção Estratégica do Exército, busca fortalecer as capacidades operacionais da Força Terrestre em todo o território nacional, exceto na Região Amazônica, priorizando a adequação da infraestrutura das Organizações Militares. Por meio da modernização e reestruturação das instalações, garante a presença estratégica do Exército, contribuindo para a defesa da soberania e integridade do País.

Além da capacitação militar, o programa também se preocupa com o bem-estar da família militar, promovendo ações que visam melhorar sua qualidade de vida, reconhecendo a importância do apoio familiar para o sucesso das missões, como por exemplo, construção de PNR e instalações de saúde. Com um compromisso firme com a defesa da pátria, o bem-estar de seus integrantes e a adequação de sua infraestrutura, o Programa Sentinela da Pátria se consolida como um pilar fundamental para o fortalecimento do Exército Brasileiro, garantindo sua prontidão para enfrentar os desafios do século XXI.

Em 2024, a disponibilidade orçamentária (LME) do programa foi de R$ 67.990.328,00, sendo executados (empenhados) R$ 67.990.327,99.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2024 PRG EE SENT PÁTRIA

- Construção da Garagem para Viaturas Sobre Rodas do 3º BAvEx, em Campo Grande (MS).
- Construção do Pavilhão do Simulador de Adestramento Comando e Estado-Maior do CA-Sul, em Santa Maria – RS.
- Ampliação da Seção de Saúde do CA-Sul, em Santa Maria (RS).
- Construção da infraestrutura do 11º BPE, na Vila Militar de Deodoro (RJ).
- Restauração do Pavilhão do 1º Esquadrão de Fuzileiros do 2º RCG, no Rio de Janeiro (RJ).

Foto: S Ten Sionir/CCOMSEx

AMAZÔNIA PROTEGIDA

2.2.4.10 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO AMAZÔNIA PROTEGIDA - PRG EE AMZ PTG

Alinhado à Concepção Estratégica do Exército, o Programa Amazônia Protegida é responsável pela gestão de um portfólio de projetos e ações complementares, voltadas para atender às demandas estratégicas do Exército na área da Amazônia, sob a coordenação do Comando Militar da Amazônia (CMA) e do Comando Militar do Norte (CMN). Alinhado à Concepção Estratégica do Exército, o programa realiza a implantação, reestruturação, modernização e aperfeiçoamento das infraestruturas das Organizações Militares, contribuindo diretamente para o fortalecimento das capacidades operacionais da Força Terrestre.

Além de seu foco na capacidade militar, o Programa Amazônia Protegida desempenha um papel crucial na promoção do bem-estar social, beneficiando comunidades indígenas, ribeirinhas e a família militar com ações que visam melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento sustentável na região. Por meio dessas iniciativas, o programa apoia a preservação da soberania brasileira na Amazônia, integrando a defesa nacional com a preservação ambiental e o respeito aos direitos dos povos indígenas.

As ações do Programa Amazônia Protegida são realizadas de maneira integrada e sinérgica com o Programa Calha Norte do Ministério da Defesa e outras iniciativas estratégicas do Exército, ampliando o impacto positivo na geração de capacidades operacionais e na oferta de benefícios sociais para a população brasileira.

Em 2024, a disponibilidade orçamentária (LME) do programa foi de R$ 29.709.458,00, sendo executados (empenhados) R$ 29.709.458,00.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2024 PRG EE AMZ PTG

- Modernização do 3º PEF/5º BIS em São Joaquim (AM).
- Construção do Pavilhão de Manutenção e Transporte do 7º BPE, em Manaus (AM).
- Construção do Pavilhão do Rancho 1º B Com GE SI, em Manaus (AM).
- Infraestrutura dos blocos de PNR da VMPC - 2º BIS, em Belém (PA).
- Construção do Bloco de Apartamentos do Cmdo 23ª Bda Inf SI, em Marabá (PA).
- Adequação da Seção de saúde, vestiário, alojamentos do CMBel, em Belém (PA).
- Adequação do Hangar do Dst Av Ex/CMN, em Belém (PA).
- Construção de Bloco de Apartamentos do Cmdo 2ª Bda Inf SI, em S. Gabriel da Cachoeira (AM).

Foto: S Ten Sionir/CCOMSEx

LUCERNA

2.2.4.11 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO LUCERNA - PRG EE LUCERNA

O Prg EE LUCERNA tem o objetivo de transformar o Sistema de Inteligência do Exército, incrementando sua capacidade de obtenção e análise de dados, adaptando e/ou criando organizações militares (OM) vocacionadas para a Inteligência de Combate, assim, este programa enquadra três projetos: ARES, ATENA e HERMES.

Em 2024, a disponibilidade orçamentária (LME) do programa foi de R$ 4.616.049,00, sendo executados (empenhados) R$ 4.617.391,58.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2024 PRG EE LUCERNA

- Preparo e emprego de Organizações Militares de Inteligência Militar (OMIM) em diferentes ambientes operacionais.
- Aquisição de Materiais de Emprego Militar (MEM).
- Modernização de instalações da Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx).
- Incremento da capacidade de análise das estruturas do Sistema de Inteligência do Exército (SIEx).
- Realização de seminários doutrinários sobre a atividade de Inteligência Militar.
- Elaboração de produtos doutrinários sobre a atividade de Inteligência Militar e de base doutrinária de OMIM.
- Realização de workshop com representantes da ONU.
- Inserção da disciplina Inteligência Militar em estabelecimentos de ensino do Exército Brasileiro.
- Ampliação de cursos e estágios.
- Capacitação de militares em análise e produção do Conhecimento de Inteligência Militar.

SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE

2.2.4.12 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE - PRG EE SISOMT

O Programa Estratégico do Exército Modernização do Sistema Operacional Militar Terrestre (Prg EE SISOMT) foi criado com o objetivo central de modernizar o sistema operacional do Exército Brasileiro, com foco no preparo e emprego da Força Terrestre. O programa visa alcançar esse objetivo por meio de diversas ações, como o aperfeiçoamento do preparo da tropa, a modernização do canal técnico-operacional, a implantação de centros de adestramento e de um sistema de gestão do preparo, bem como a normatização do emprego da Força em diferentes tipos de operações.

O Prg EE SISOMT busca aprimorar a gestão das Forças de Prontidão Operacional (FORPRON) com recursos adequados e desenvolver um sistema para gerenciar informações operacionais. Essas ações integradas visam fortalecer a capacidade do Exército de responder prontamente a diferentes situações, melhorando o adestramento das FORPRON para garantir a segurança nacional e contribuir para a paz social.

Além dos benefícios diretos para o Exército, o Prg EE SISOMT impacta positivamente o Estado e a sociedade. O programa promove o fortalecimento da Base Industrial de Defesa, gerando empregos e impulsionando o desenvolvimento tecnológico nacional. A modernização do sistema operacional terrestre ainda aumenta a capacidade de dissuasão do País, contribuindo para a estabilidade regional. Ademais, o programa reforça a projeção internacional do Exército Brasileiro, demonstrando seu compromisso com a modernização e a excelência em suas operações.

Em 2024, a disponibilidade orçamentária (LME) do programa foi de R$ 982.562,00, sendo executados (empenhados) R$ 982.560,84.

- Prosseguimento do desenvolvimento do software gestão do preparo da Força Terrestre, que se encontra em processo de implantação no Comando Militar do Planalto.
- Prosseguimento da adequação do Centro de Adestramento Leste.
- Prosseguimento da implantação do Centro de Adestramento Sul. Em 2024, foram entregues a Formação Sanitária, a Reserva de Armamento e o Corpo da Guarda.
- Implantação do Centro de Adestramento Amazônia. Encontra-se em processo de conclusão o seu Estudo de Viabilidade.
- Prosseguimento da transformação do Centro de Instrução de Operação de Garantia da Lei e da Ordem em Centro de Instrução de Operações Urbanas.

Apronto operacional da Força de Prontidão do CMS
Foto: 1º Sgt Pires/CMS

SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE

2.2.4.13 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE - PRG EE SLMT

O Programa Estratégico do Exército Sistema Logístico Militar Terrestre destina-se a modernizar a logística no âmbito do Exército. Para isso, criou-se a Rede Logística Estratégica do Exército composta por Pontos Nodais Logísticos (Hubs), posicionados em regiões de interesse estratégico para a Força Terrestre.

Esta concepção nova proporciona flexibilidade e resiliência em benefício da prontidão e sustentação logísticas, de modo a atender, com efetividade e oportunidade as demandas do preparo e emprego da Força Terrestre em qualquer situação, no atual e futuro cenário complexo, com incertezas próprias dos conflitos que a nação deve superar, tudo em benefício da sociedade brasileira e a paz social.

Em 2024, a disponibilidade orçamentária (LME) do programa foi de R$ 3.707.515,00, sendo executados (empenhados) R$ 3.707.515,00.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2024 PRG EE SLMT

- Prosseguimento do desenvolvimento do software de gestão do Sistema Integrado de Gestão Logística.
- Prosseguimento da modernização do Sistema de Transporte Logístico.
- Prosseguimento da adequação da Doutrina Logística.

Inauguração do porto flutuante do Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia (CECMA).
Foto: CMA

SISTEMA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO EXÉRCITO

2.2.4.14 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO EXÉRCITO - PRG EE PENEC

O Programa Estratégico do Exército Sistema de Educação, Cultura e Desporto do Exército (Prg EE PENEC) tem como objetivo central atualizar e qualificar o Sistema de Educação e Cultura do Exército Brasileiro, preparando o militar para os desafios da Era do Conhecimento e as novas demandas do Processo de Transformação do Exército. Para alcançar esse objetivo, o Programa foca no desenvolvimento de novas competências, na cultura de inovação, no pensamento crítico e na formação de líderes, buscando profissionalizar a Força e prepará-la para atuar em um ambiente cada vez mais complexo e dinâmico.

O Prg EE PENEC também prevê ações para modernizar o ensino, como construção e a adequação da infraestrutura dos estabelecimentos de ensino. Além disso, o Programa busca preservar e divulgar a cultura institucional, fortalecendo valores, deveres e ética militar, essenciais para a coesão e o espírito de corpo da Força.

As contribuições do Prg EE PENEC vão além do âmbito militar, impactando positivamente o Estado e a sociedade. O Programa busca desenvolver capacidades que permitam ao Exército cumprir suas missões com eficiência e determinação, conforme previsto na Política de Defesa Nacional. Além disso, o Prg EE PENEC promove a sistematização da preservação da memória e tradições, o incremento na internalização, pelo público interno, dos valores morais, deveres e ética, a adequação da qualificação de pessoal e a sistematização da educação preparatória e assistencial, fortalecendo a imagem institucional e a relação com a sociedade.

Em 2024, a disponibilidade orçamentária (LME) do programa foi de R$ 26.774.780,78, sendo executados (empenhados) R$ 26.757.041,27.

PRINCIPAIS ENTREGAS 2024 PRG EE PENEC

- Prosseguimento da reorganização e revitalização da infraestrutura da AMAN – Projeto Marechal José Pessôa (PMJP).
- Prosseguimento da implantação da Escola de Sargentos do Exército – SPrg ESSE.
- Prosseguimento da implantação do Colégio Militar da Vila Militar/RJ – Pjt Imptc CMVM.
- Prosseguimento da implantação do Colégio Militar de São Paulo – Pjt Imptc CMSP.
- Implantação do Colégio Militar de Belém – Pjt Imptc CMBel.

Foto: Breno Pontes

2.2.5 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DOS PRG EE

Os Prg EE produzem importantes impactos para a Força Terrestre, entre os quais se destacam:

- modernização da defesa terrestre para a promoção da paz social, favorecendo a manutenção da presença do Estado Brasileiro nos mais diversos rincões do nosso território, de forma a contribuir nas ações de segurança do patrimônio, proteção aos serviços essenciais e infraestruturas críticas, proporcionando a redução da ocorrência de crises;
- desenvolvimento de uma estrutura de apoio às ações de segurança pública para o incremento da interoperabilidade dos órgãos e das agências governamentais, ampliando a presença do Estado nas fronteiras e o apoio ao combate a ilícitos transfronteiriços, promovendo, assim, o aumento da segurança nos centros urbanos;
- estímulo ao desenvolvimento nacional pela geração de empregos e renda, pelo fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) e pela capacitação da mão de obra brasileira;
- incremento da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação pelo fomento dos institutos tecnológicos e das entidades acadêmicas, pelo fortalecimento do modelo sustentável, pelo uso dual de tecnologia, pela promoção da independência tecnológica e pelo domínio de tecnologias sensíveis; e
- aumento da capacidade de dissuasão contra ameaças por intermédio do incremento da capacidade operacional da Força Terrestre, da rearticulação de tropas no território nacional e da criação de novas capacidades militares terrestres.

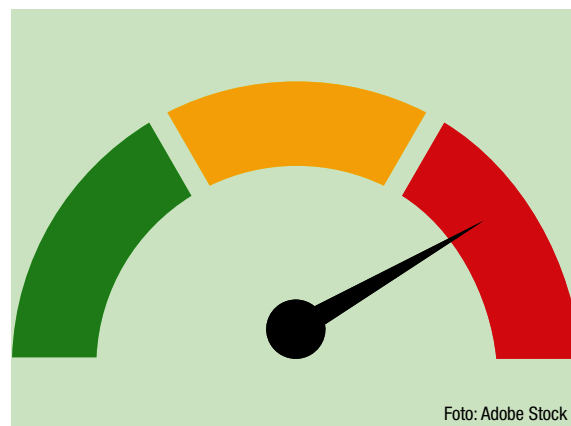
Para maiores informações sobre os Prg EE, acesse: http://www.epex.eb.mil.br/.

Viatura Blindada de Combate Centauro II
Foto: Cap R/1 Edvaldo/CCOMSEx

2.2.6 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

Foto: Adobe Stock

Foto: Adobe Stock

Foto: Adobe Stock

DESAFIOS

O cenário atual apresenta uma série de desafios para os Programas Estratégicos do Exército. A escassez de recursos orçamentários, a complexidade dos programas, o longo tempo de desenvolvimento e a concorrência internacional são alguns dos obstáculos a serem superados. Adicionalmente, o rápido avanço tecnológico exige do Exército um esforço contínuo de atualização e adaptação para evitar a obsolescência de seus equipamentos e sistemas.

No cenário nacional, o Exército enfrenta o desafio de preparar suas capacidades para atuar além da defesa terrestre, abrangendo áreas como cooperação na segurança pública e no desenvolvimento sustentável. A cooperação na promoção do desenvolvimento econômico, o fortalecimento da base industrial de defesa, a proteção do patrimônio ambiental e a resposta a calamidades são exemplos de atribuições que exigem do Exército ações ágeis, eficazes e coordenadas com outras instituições governamentais.

RISCOS

Os riscos associados aos Programas Estratégicos são diversos e podem impactar diretamente no cumprimento da missão do Exército. A descontinuidade das atividades de monitoramento e controle de fronteiras, por exemplo, pode comprometer a segurança nacional. Adicionalmente, uma disponibilidade de recursos aquém das necessidades e a falta de previsibilidade orçamentária podem dificultar a obtenção e o aprimoramento das capacidades militares necessárias ao cumprimento das suas missões constitucionais, incluindo as missões de paz, prejudicando o preparo e o emprego da tropa e a representatividade do País no exterior.

A dependência tecnológica em relação a outros países representa um risco à soberania nacional e à capacidade de defesa, enfatizando a importância do fortalecimento da base industrial de defesa nacional.

Por fim, os riscos de imagem, que podem surgir na execução dos programas ou de crises imprevistas, exigem uma governança efetiva a partir de processos de gestão eficazes, do controle interno e da comunicação social, a fim de preservar a credibilidade da Instituição.

PERSPECTIVAS

Apesar dos desafios e riscos, o Exército mantém uma postura confiante e proativa. A priorização do desenvolvimento e aperfeiçoamento das capacidades militares, a racionalização administrativa e a busca por soluções inovadoras e sustentáveis são os pilares da estratégia da Força Terrestre para o futuro.

A busca pela otimização do uso de recursos de investimento, o aprimoramento dos sistemas de governança e gestão e o investimento em pesquisa e desenvolvimento são cruciais para que o Exército possa continuar a sua busca pela elevação das suas capacidades militares terrestres, isso com o fim de cumprir sua missão constitucional de forma eficaz.

Em um contexto de constantes transformações, a capacidade de adaptação e o compromisso com a missão institucional demonstram a resiliência e a efetividade da gestão de programas estratégicos no Exército Brasileiro. A busca contínua pelo aprimoramento de seus processos, aliada à valorização de seus recursos humanos e à construção de um relacionamento transparente com a sociedade, permite ao Exército enfrentar os desafios do presente e do futuro, garantindo a defesa da Pátria e contribuindo para o desenvolvimento nacional.

2.3 OPERAÇÕES TERRESTRES

2.3.1 INTRODUÇÃO

O Exército, em seu planejamento estratégico, para o ciclo de 2024 a 2027, estabeleceu o desafio de aprimorar a contribuição com o desenvolvimento nacional, a paz social e a política externa (OEE 02), que visa:

a) aprimorar as atividades de cooperação e coordenação com agências, nas quais se incluem a garantia dos Poderes constitucionais, da lei e da ordem; atribuições subsidiárias; prevenção e combate ao terrorismo; a atuação sob a égide de organismos internacionais; e a proteção de estruturas estratégicas terrestres, dispondo de consciência situacional diuturna, objetivando a coordenação efetiva das atividades;

b) cooperar com o desenvolvimento sustentável e priorizar iniciativas que tragam redução de impactos ambientais nas atividades do EB; e

c) potencializar a diplomacia militar e a atuação sistêmica do EB na área internacional, a fim de cooperar com a política externa e com o processo de transformação da Força.

No campo da segurança pública, o Exército Brasileiro conduz diversas operações em cooperação com outros órgãos públicos, o que exige uma coordenação sistêmica. A interação entre o Exército e outras agências tem como objetivo conciliar interesses e coordenar esforços para alcançar propósitos que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções. Em 2024, destacam-se as operações Karipuna, Catrimani I e II, Munduruku, realizadas em Terras Indígenas; as operações Pantanal, Vulcano e Tucumã, no combate a incêndios florestais; as operações Ágata e Ágata Fronteira Oeste II no fortalecimento da segurança na faixa de fronteira e a Operação de Garantia da Votação e Apuração (GVA).

Na execução de ações subsidiárias e de ajuda humanitária, o Exército Brasileiro reforça sua integração com a sociedade e com órgãos de fiscalização e segurança pública, contribuindo para a paz interna, a segurança, a harmonia e o bem-estar da Nação. Nesse contexto, em 2024, destacam-se operações relevantes de apoio à Defesa Civil, como a Operação Acolhida, em Roraima; a Operação Carro-Pipa na região Nordeste; a Operação Taquari II, na região Sul; a Operação Estiagem, na Amazônia; e a Operação de Combate à Dengue, em diversas regiões do País.

No contexto da contribuição para o desenvolvimento nacional, o Exército Brasileiro participa de três programas do Ministério da Defesa: Forças no Esporte; João do Pulo; e Projeto Soldado Cidadão. Houve ainda o apoio ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em diversas regiões do País.

Para a consecução das operações mencionadas, são empregados meios como: tropa militar, aeronaves, embarcações, viaturas, blindados, hospitais de campanha, aeronaves remotamente pilotadas, além de outros materiais de emprego militar.

A contribuição do Exército para a política externa manifesta-se por meio da diplomacia militar, a qual busca promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com o intuito de colaborar na segurança, no desenvolvimento, na estabilidade regional e na paz mundial. Atualmente, o Exército está presente em todos os continentes, com militares cumprindo missões diplomáticas permanentes e transitórias, além de missões operacionais e participação em programas de formação.

Neste capítulo, serão apresentadas as principais operações terrestres realizadas em 2024, bem como seus resultados e benefícios.

2.3.2 PRINCIPAIS OPERAÇÕES EM 2024

2.3.2.1 OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO COM ÓRGÃOS PÚBLICOS

OPERAÇÃO KARIPUNA

Missão:

Garantir o apoio logístico e de comunicações às ações governamentais na Terra Indígena Karipuna (TIKA).

Órgãos/Agências apoiados:

Casa Civil, MTE, MPT, MPI, ABIN, PF, PRF, DPU, FUNAI, Força Nacional, CENSIPAM, Ibama, PJFN.

Local/Área de abrangência:

Terra Indígena Karipuna (TIKA) - Rondônia.

Benefícios:

- Proteção dos direitos dos povos indígenas.
- Preservação da floresta amazônica com redução do desmatamento e da grilagem de terras.
- Combate a crimes ambientais.

Resultados 2024:

AÇÕES 2024	
Operações realizadas	15 (U)
Multas aplicadas	R$ 2.000.000,00

APREENSÕES/INUTILIZAÇÕES 2024	
Edificações	25 (U)
Balsas e embarcações	1(U)
Pontes	17 (U)
Acessos terrestres	3 (U)

RECURSOS UTILIZADOS: **R$ 4.261.979,71**

Fonte: COTER, 2024.

OPERAÇÃO CATRIMANI I

Missão:

Realizar as ações militares e de apoio humanitário e logístico à população na Terra Indígena Yanomami (TIY).

Órgãos/Agências apoiados:

CONAB, FUNAI.

Local/Área de abrangência:

Terra Indígena Yanomami (TIY) - Roraima.

Benefícios:

- Entrega de 15.000 cestas de alimentos às populações necessitadas.

OPERAÇÃO CATRIMANI II

Missão:

Realizar as ações militares e de apoio humanitário e logístico à população na Terra Indígena Yanomami (TIY).

Órgãos/Agências apoiados:

FN, DSEI, FUNAI e CASA GOV.

Local/Área de abrangência:

Terra Indígena Yanomami (TIY) - Roraima.

Benefícios:

- Interrupção e inutilização da infraestrutura utilizada pelo garimpo ilegal.

Resultados das Operações Catrimani I e II:

AÇÕES 2024	
Operações realizadas	17.765 (U)
Atendimentos médicos	1.671 (U)
Multas	R$ 11,4 milhões

APREENSÕES / INUTILIZAÇÕES 2024			
Armamentos	109 (U)	Minérios	119.988 (Kg)
Munições	1.674 (U)	Veículos, Embarcações e Aeronaves	289 (U)
Entorpecentes Ilícitos	11,2 (Kg)	Suprimentos	40.230 (kg)
Maquinário e Equipamentos	3.222 (U)	Instalações	471 (U)
Combustível	151.897 (L)	Pistas de Pouso / Heliponto	48 (U)
Madeira	775 (m³)		

RECURSOS UTILIZADOS: **R$ 19.248.934,35**

RECURSOS UTILIZADOS: **R$ 64.135.765,70**

Fonte: COTER, 2024.

OPERAÇÃO MUNDURUKU

Missão:

Garantir o apoio logístico e de comunicações às ações governamentais na Terra Indígena Munduruku (TIMU).

Órgãos/Agências apoiados:

PF, PRF, ABIN, SECOM, FUNAI, INCRA, ADEPARÁ, IBAMA, PJFNSP, ANP, MPI, CENSIPAM, Casa Civil.

Local/Área de abrangência:

Terra Indígena Munduruku (TIMU) - Pará.

Benefícios:

- Proteção dos direitos dos povos indígenas.
- Preservação da floresta amazônica.
- Combate a crimes ambientais.

Resultados 2024:

RESULTADOS 2024	
Operações realizadas	412
Multas aplicadas	R$ 24.200.000,00

APREENSÕES/INUTILIZAÇÕES 2024			
Armamento	6 (U)	Animais	2 (U)
Munições	24 (U)	Veículos, Embarcações e Aeronaves	17 (U)
Maquinário/equipamento	229 (U)	Suprimentos	5 (Kg)
Combustível	88.480 (L)	Instalações	46 (U)
Minério	2.039 (Kg)		

Fonte: COTER, 2024.

RECURSOS UTILIZADOS: **R$ 13.156.535,48**

OPERAÇÃO PANTANAL

Missão:

Realizar o apoio logístico, de engenharia, de comunicações e de transporte aéreo para combate aos incêndios florestais no Pantanal.

Órgãos/Agências apoiados:

ICMBio, Força Nacional, Defesa Civil, IBAMA, SINFRA, Corpo de Bombeiros, DNIT.

Local/Área de abrangência:

Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Benefícios:

- Proteção do ecossistema e biodiversidade do Pantanal.
- Preservação das comunidades locais e do equilíbrio ambiental.

Resultados 2024:

AÇÕES 2024	
Transporte aéreo	525 transportes realizados, 4.800 passageiros e 150.000 kg de material.
Combate a incêndio	216 missões aéreas e 1.200.000 (L) de água lançados.
Apoio de Engenharia	apoio ao controle dos focos de incêndios (construção de aceiros).
Apoio Logístico	construção de alojamentos, 13,5 mil combatentes hospedados e fornecimento de 27,6 mil refeições.

RECURSOS UTILIZADOS: **R$ 21.123.187,91**

Fonte: COTER, 2024.

OPERAÇÃO TUCUMÃ

Missão:

Apoiar o combate a incêndios.

Órgãos/Agências apoiados:

Ministério da Defesa (MD) e Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR).

Local/Área de abrangência:

Estados de Tocantins, Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Pará.

Benefícios:

- Restabelecimento da situação de normalidade no local atingido.
- Preservação da integridade física da população.

Resultados 2024:

AÇÕES 2024	TOTAL
Horas de Voo	91,5 horas
Cestas básicas distribuídas	4.554 (U)
Medicamentos distribuídos	68 (Kg)
Água potável distribuída	39.520 (L)

Fonte: COTER, 2024.

RECURSOS UTILIZADOS: **R$ 11.026.256,60**

OPERAÇÃO VULCANO

Missão:

Apoiar o combate a incêndios.

Órgãos/Agências apoiados:

Ministério da Defesa (MD) e Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR).

Local/Área de abrangência:

Estado de São Paulo.

Benefícios:

- Restabelecimento da situação de normalidade no local atingido.
- Preservação da integridade física da população.

Resultados 2024:

AÇÕES 2024	
Realização de aceiro na Unidade de Conservação JATAÍ e Estação Experimental de CAJURU	12 km
Lançamento de água	28 surtidas
Reconhecimento das áreas afetadas	8,7 horas de voo

Fonte: COTER, 2024.

RECURSOS UTILIZADOS: **R$ 1.517.679,44**

OPERAÇÃO ÁGATA

Missão:

Atuar na faixa de fronteira terrestre contra delitos transfronteiriços e ambientais.

Órgãos/Agências apoiados:

DPF, DPRF, FNSP, RFB, IBAMA e ABIN.

Local/Área de abrangência:

Faixa de fronteira dos Comandos Militares da Amazônia, do Norte, do Sul e do Oeste.

Benefícios:

- Ampliação da segurança na faixa de fronteira oeste.
- Desenvolvimento das capacidades operativas.
- Presença do Estado nas cidades fronteiriças e principalmente nas regiões carentes localizadas em comunidades ribeirinhas ou em terras indígenas.

Resultados 2024:

AÇÕES 2024	
Operações realizadas	278.695 (U)
Ações Cívico-Sociais (ACISO)	576 (U)

APREENSÕES 2024			
Entorpecentes Ilícitos	89.383 (Kg)	Minério	36.000 (Kg)
Armamentos	153 (U)	Maquinário	875 (U)
Munições	4.588 (U)	Madeira	6.184 (m³)
Veículos, Embarcações e Aeronaves	576 (U)	Dinheiro	R$ 1.628.908,00
Prisões	390 (U)		

RECURSOS UTILIZADOS: **R$ 6.816.993,16**

Fonte: COTER, 2024.

OPERAÇÃO ÁGATA FRONTEIRA OESTE II

Missão:

Intensificar a vigilância nos eixos de acesso ao interior do Território Nacional.

Órgãos/Agências apoiados:

DPF, DPRF, DOF/MS, GEFRON, Polícia Rodoviária Estadual, PC, MAPA, SEFAZ, BP FRON.

Local/Área de abrangência:

Faixa de fronteira com a Bolívia e Paraguai, nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Benefícios:

- Coibição de delitos transfronteiriços e ambientais.
- Aumento da capacidade de monitoramento da região limítrofe do País.

Resultados 2024:

AÇÕES 2024
Operações realizadas 244.303 (U)
Atividades de Comunicação Social 885 (U)

APREENSÕES 2024	
Entorpecentes Ilícitos	73.923 Kg
Contrabando/descaminho	192.825 (U)
Armamentos	30 (U)
Munições	805 (U)
Veículos, Embarcações e Aeronaves	283 (U)
Detidos/presos	136 (U)
Dinheiro	R$ 638.793,00

Fonte: COTER, 2024.

RECURSOS UTILIZADOS: **R$ 14.620.142,45**

OPERAÇÃO GARANTIA DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO (GVA)

Missão:

Apoiar a Justiça Eleitoral na Garantia da Votação e Apuração (GVA) e no Apoio Logístico (Ap Log) às eleições 2024 em municípios e/ou zonas eleitorais.

Órgãos/Agências apoiados:

Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais.

Local/Área de abrangência:

Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste.

Benefícios:

- Garantia de realização de um pleito eleitoral em um ambiente seguro que permitiu aos cidadãos exercerem seus direitos cívicos.

Resultados 2024:

AÇÕES 2024	TOTAL
Apoio na Garantia da Votação e Apuração e Apoio Logistico	Total de 514 municípios apoiados, sendo: 478 apoiados em GVA, 13 em Ap Log e 23 com ambos os apoios.

Fonte: COTER, 2024.

RECURSOS UTILIZADOS: **R$ 33.501.374,53**

2.3.2.2 OPERAÇÕES SUBSIDIÁRIAS E DE AJUDA HUMANITÁRIA

OPERAÇÃO ACOLHIDA

Missão:

Realizar o atendimento aos refugiados e migrantes venezuelanos, na realocação voluntária, segura, ordenada e gratuita dessas pessoas, em situação de vulnerabilidade.

Órgãos/Agências apoiados:

Ministério da Defesa (MD) e Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Local/Área de abrangência:

Estado de Roraima.

Benefícios:

- Melhores oportunidades de integração social, econômica e cultural.
- Redução da pressão sobre os serviços públicos em Roraima, na fronteira norte do Brasil com a Venezuela.

Resultados 2024:

RESULTADOS 2024	
Interiorizados desde 2018	144.013
Interiorizados em 2024	21.312

RECURSOS UTILIZADOS: **R$ 9.783.180,42**

Fonte: COTER, 2024.

OPERAÇÃO CARRO-PIPA

Missão:

Distribuição emergencial de água potável, prioritariamente às populações rurais atingidas por estiagem e seca na região do semiárido nordestino.

Órgãos/Agências apoiados:

Ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e da Defesa (MD).

Local/Área de abrangência:

Região do semiárido nordestino e região norte de Minas Gerais e Espírito Santo.

Benefícios:

- Distribuição de água potável para populações rurais atingidas pela seca no semiárido nordestino.
- Melhoria das condições sanitárias e de saúde da população afetada.
- Garantia de uma fonte essencial de água para consumo em áreas críticas.
- Contribuição para o desenvolvimento nacional.
- Redução do êxodo para as grandes cidades e problemas subsequentes.

Resultados 2024:

AÇÕES 2024	
População assistida	320 mil famílias por ano
Municípios atendidos	Cerca de 300 municípios por mês
Abastecimentos	70 mil por mês

RECURSOS UTILIZADOS: **R$ 602.888.393,49**

Fonte: COTER, 2024.

OPERAÇÃO TAQUARI II

Missão:

Realizar ações necessárias para aporte operacional de ajuda humanitária e socorro à população afetada pelas chuvas na região Sul.

Órgãos/Agências apoiados:

Ministério da Integração de Desenvolvimento Regional, Defesa Civil e demais agências presentes na operação.

Local/Área de abrangência:

Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, em especial as regiões dos Vales dos rios Taquari, Jacuí e Caí.

Benefícios:

- Mitigação dos efeitos de eventos climáticos intensos na região Sul do Brasil.
- Apoio humanitário e socorro à população afetada pelas chuvas.
- Preservação da integridade física da população.

Resultados 2024:

AÇÕES 2024	
Desobstrução de vias	99.582 m³
Transporte de donativos	139.059 m³
Atendimentos de saúde	14.001 (U)
Ações cívico-sociais	14 (U)
Apoio logísticos às agências	18 (U)
Controle de danos em órgãos públicos	158 (U)

Fonte: COTER, 2024.

RECURSOS UTILIZADOS: **R$ 196.590.206,66**

OPERAÇÃO ESTIAGEM (Comando Conjunto AMANACI)

Missão:

Mitigar os efeitos da estiagem na Amazônia Ocidental.

Órgãos/Agências apoiados:

Ministério da Defesa (MD) e Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR).

Local/Área de abrangência:

Estado do Amazonas.

Benefícios:

- Restabelecimento da normalidade nos municípios atingidos pela estiagem na Amazônia Ocidental.
- Preservação da integridade física da população afetada.

Resultados 2024:

AÇÕES 2024	
Cestas básicas distribuídas	21.449 (U)
Medicamentos distribuídos	40.174 (U)
Água potável distribuída	6.192 litros
Famílias atendidas	10.725 (U)
Atendimentos e exames médicos, odontológicos e de enfermagem	4.726 (U)

Fonte: COTER, 2024.

RECURSOS UTILIZADOS: **R$ 2.250.922,47**

OUTRAS OPERAÇÕES EM APOIO À DEFESA CIVIL

Missão:

Mitigar os efeitos das fortes chuvas.

Órgãos/Agências apoiados:

Ministério da Defesa (MD) e Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR).

Local/Área de abrangência:

Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Acre.

Benefícios:

- Restabelecimento da situação de normalidade nos municípios atingidos.
- Contribuição para a preservação da integridade física da população.

Resultados 2024:

AÇÕES 2024	
Cestas básicas distribuídas	18.000 (U)
Água distribuída	150.000 litros
População atendida	390.000 pessoas

Fonte: COTER, 2024.

RECURSOS UTILIZADOS: **R$ 440.302,62**

OPERAÇÃO DENGUE

Missão:

Apoiar as campanhas de conscientização e eliminação de focos de mosquito da dengue.

Órgãos/Agências apoiados:

Ministério da Defesa (MD) e Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Local/Área de abrangência:

Abrangência Nacional.

Benefícios:

- Redução da propagação da doença.
- Mitigação dos impactos na saúde pública.

Resultados 2024:

AÇÕES 2024	
Municípios atendidos	45 (U)
Vistorias realizadas	161.315 (U)
Evacuações médicas	384 (U)
Aplicações de fumacê	3.041 (U)

Fonte: COTER, 2024.

RECURSOS UTILIZADOS: **R$ 268.537,92**

2.3.3 CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

PROJETO SOLDADO CIDADÃO

Missão:

Oferecer aos jovens incorporados às fileiras do Exército Brasileiro cursos profissionalizantes em diversas áreas, proporcionando melhores condições de ingresso no mercado de trabalho ao término do Serviço Militar.

Local/Área de abrangência:

Abrangência nacional.

Benefícios:

- Profissionalização de 3.359 cidadãos para o mercado de trabalho.

RECURSOS UTILIZADOS: **R$ 2.659.619,42**

Fonte: COTER, 2024.

PROJETO FORÇA NO ESPORTE (PROFESP) E PROJETO JOÃO DO PULO (PJP)

Missão:

Atender crianças e adolescentes, de 6 (seis) a 18 (dezoito) anos de idade, em situação de vulnerabilidade social.

Local/Área de abrangência:

Abrangência nacional.

Benefícios:

- Redução da exposição aos riscos sociais e contribuição para a formação cívica, retirando os jovens da rua.
- Iniciação ao esporte educacional.
- Promoção de aulas de reforço escolar.
- Atendimento de 3.117 crianças e adolescentes.

RECURSOS UTILIZADOS: **R$ 888.128,62**

Fonte: COTER, 2024.

OPERAÇÃO ENEM

Missão:

Disponibilizar locais seguros para o armazenamento das provas do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

Órgão/Agência apoiados:

Ministério da Educação (MEC).

Local/Área de abrangência:

Abrangência nacional.

Benefícios:

- Garantia de locais seguros para o armazenamento das provas do ENEM.
- Contribuição para o acesso da população à educação superior.
- Apoio ao Governo Federal nas ações educacionais.
- Fortalecimento da segurança e logística no processo de aplicação do ENEM em âmbito nacional.

Resultados 2024:

AÇÕES 2024	
População assistida	5 milhões

RECURSOS UTILIZADOS: **R$ 526.084,59**

Fonte: COTER, 2024.

Imagem: Frame da camera corporal
Resgate na Operação Taquari 2

2.3.4 CONTRIBUIÇÃO COM A POLÍTICA EXTERNA

O Objetivo Estratégico 02 - "Aprimorar a Contribuição com o Desenvolvimento Nacional, a Paz Social e a Política Externa" – visa aumentar, no contexto internacional, o reconhecimento da capacidade do Exército Brasileiro de atuar em sua missão primária de garantia da soberania nacional, bem como de contribuir para atividades e operações que promovam a estabilidade regional e a paz e segurança mundiais, cabendo à 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército a coordenação dos trabalhos de consolidação dos conteúdos relativos a este OEE.

A contribuição com a Política Externa se faz por meio das atividades de relações internacionais, das operações combinadas com nações amigas e das ações sob a égide de organismos internacionais.

2.3.4.1 ATIVIDADES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Conforme a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI), alinhada ao Planejamento Estratégico do Exército, a Força Terrestre tem participado de diversas atividades que a projetam no cenário internacional e fortalecem os processos de integração e de diplomacia militar com as nações amigas, tais como: Conferências Bilaterais de Estado-Maior (CBEM); Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM); e conferências multilaterais.

RESULTADOS DAS ATIVIDADES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ATIVIDADE	RESULTADOS
Manutenção de Aditâncias no Exterior	• 41 aditâncias no exterior com 66 cargos previstos
Inspeções, Reuniões, Conferências e Visitas	• 11 Conferências bilaterais de Estado-Maior • 03 Conferências especializadas • 09 Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar • Conferência dos Comandantes dos Exércitos Americanos, com representação de 27 países e 02 organismos internacionais
Estágio para Adidos e Auxiliares de Adido	• 4 estágios e 39 militares capacitados

Fonte: 5ª SCh/EME, 2024.

Estágio Internacional de Defesa Cibernética para Oficiais das Nações Amigas
Foto: ENaDCiber

2.3.4.2 OPERAÇÕES COMBINADAS COM NAÇÕES AMIGAS

A Força Terrestre participa de exercícios combinados, tanto em território nacional como no exterior, demonstrando os excelentes níveis de adestramento profissional e prontidão de seu pessoal e material.

2.3.4.2.1 OPERAÇÃO CORE 24

A Operação CORE (*Combined Operations and Rotation Exercises*) é resultado de um programa de cooperação assinado entre o Brasil e os Estados Unidos da América em 2015, que prevê exercícios bilaterais anuais até o ano de 2028.

A atividade, além de manter os laços históricos entre os países, tem por objetivo incrementar a interoperabilidade, a integração e a cooperação entre os dois exércitos.

Em agosto de 2024, foi realizado o Exercício CORE 24, que contou com a participação da 2ª Brigada da 101ª Divisão Aerotransportada, do Exército dos Estados Unidos. Do EB, tomaram parte uma Subunidade do 52º Batalhão de Infantaria de Selva, o 1º Destacamento de Operações Psicológicas, pertencente ao 1º Batalhão de Operações Psicológicas, e um Destacamento de Reconhecimento e Vigilância, integrante do 4º Batalhão de Inteligência Militar, do Exército Brasileiro. O Exercício foi desenvolvido no Fort Jonhson, no Estado da Lousiana – EUA.

Além de contribuir para o adestramento das Forças de Prontidão e para o aprimoramento do Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre do Exército Brasileiro, o Exercício CORE 24 possibilitou a continuidade dos ensinamentos doutrinários em todas as funções de combate, iniciados e desenvolvidos nos exercícios CORE anteriores (CORE 21, no Brasil; CORE 22, nos EUA; e CORE 23, no Brasil), aumentando a interoperabilidade com o Exército dos Estados Unidos e agregando ensinamentos ao Sistema de Prontidão da Força Terrestre.

Integrantes da CORE 24, nos Estados Unidos – Fotos: 1º Sgt Mache/CCOMSEx.

Exercício no terreno na CORE 24, nos Estados Unidos – Fotos: 1º Sgt Mache/CCOMSEx.

2.3.4.2.2 EXERCÍCIO PANAMAX

O Exercício Multinacional PANAMAX integra diversos países do continente americano em um grande exercício de simulação (*Command Post Exercise*), com foco na estabilização da região no Canal do Panamá que, para fins de contextualização do Exercício, encontrava-se acometido por grave crise de segurança.

Na edição de 2024, realizada entre os dias 5 e 16 de agosto de 2024, o Exército Brasileiro participou com 12 (doze) oficiais, integrando células do Estado-Maior da Força Multinacional Sul (MNFS - Multinational Force South) e do Estado-Maior da Força Terrestre Componente (CFLCC - Combined Forces Land Component Command). Esses EM foram desdobrados na *Joint Base San Antonio - Fort Sam Houston*, Estado do Texas (EUA). Houve, ainda, militares integrando a Célula-Branca, com trabalhos junto à Direção do Exercício, localizada em Suffolk - Virginia (EUA).

Para o Brasil, que foi representado por militares do Ministério da Defesa, da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira, o Exc PANAMAX é uma grande oportunidade para o aprimoramento da diplomacia militar e da confiança mútua com nações amigas, bem como de desenvolvimento de capacidades de planejamento e condução de operações conjuntas e combinadas.

Oficial integrando a célula do estado-maior da CFLCC.

Fotos: USARSO IV

Cerimônia de encerramento com a Cmt Cmdo Sul dos EUA, Gen Ex Laura Richardson e o Cmt da CFLCC, Gen Bda Valdivia do Chile.

Fotos: USARSO IV

Oficiais integrando a célula do estado-maior da MNFS.

Representantes do exércitos envolvidos no PANAMAX 2024

2.3.4.2.3 OPERAÇÃO PARANÁ IV

O Exercício Combinado PARANÁ IV, de caráter bilateral, tem por finalidade consolidar os laços de união, cooperação e amizade entre os exércitos da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai, dando continuidade aos trabalhos já desenvolvidos durante os exercícios dos ciclos anteriores, adestrando Estado-Maior Combinado e pequenas frações de ambos os países e compartilhando técnicas, táticas e procedimentos de operações básicas em situação de guerra.

Cabe salientar que, na primeira e segunda edições do Exercício Combinado PARANÁ, a tropa foi adestrada em operações ofensivas. Na terceira edição, dentro de um contexto da Conferência dos Exércitos Americanos, o exercício ocorreu em quadro de ajuda humanitária, ampliando a participação de diversos outros países do continente americano.

No quarto ciclo (2024-2025), o exercício volta a ser bilateral (Brasil - Paraguai) e dentro de um contexto tático de operações ofensivas. Em 2024, ocorreram reuniões de coordenação. Em 2025, serão realizados os exercícios de simulação construtiva (jogo de guerra) e simulação viva (exercício de campanha).

Formatura de início da Operação Paraná IV
Foto: Agência Verde-Oliva

2.3.4.2.4 1º SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO DOS EXÉRCITOS SUL-AMERICANOS

O 1º Seminário de Integração dos Exércitos Sul-Americanos ocorreu entre os dias 28 de outubro e 1º de novembro de 2024, e foi conduzido pela 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME) com participação de palestrantes militares e civis. O evento teve como objetivo a abordagem de aspectos de interesse dos exércitos da América do Sul nos variados campos referentes à Defesa, respeitando a individualidade de cada país, além de estreitar os laços entre os militares.

Ao lado de militares brasileiros, participaram do encontro oficiais da Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname e Uruguai. Além disso, os militares participantes tiveram a oportunidade de discutir temas em consonância com a conjuntura mundial, como os possíveis impactos na Defesa causados por ameaças emergentes; conflitos bélicos e tecnologia; cibernética e o lugar da América do Sul no contexto da competição estratégica global.

Foto: S Ten Edmilson/CCOMSEx

2.3.4.2.5 OPERAÇÃO MARACANÃ

No dia 12 de julho de 2024, o Exército Brasileiro e o Exército dos Estados Unidos realizaram um exercício combinado no estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro. A atividade, denominada como Operação Maracanã, foi uma imersão na realidade operacional na área de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear durante a realização de grandes eventos.

A Operação Maracanã simulou um contexto de ameaça com armamento não convencional. Ainda, durante o Exercício, foi feita uma varredura nas entradas e arquibancadas do estádio, além de simulação de um acidente químico, que mobilizou as equipes para a detecção e contenção da ameaça.

Fotos: Cb Francilaine e Sd Albert/CML

Fotos: Cb Francilaine e Sd Albert/CML

2.3.4.2.6 OPERAÇÃO ARANDU

As Reuniões de Coordenação Presencial do Exercício Combinado ARANDU ocorreram nos períodos de 8 a 12 de abril de 2024 e 4 a 8 de novembro de 2024. Os encontros realizados entre os Exércitos do Brasil e da Argentina tiveram como objetivos definir aspectos relevantes sobre o Exercício Combinado ARANDU, a serem incluídos na XVI Conferência Bilateral de Estados-Maiores (Brasil-Argentina); coordenar a fase de simulação do Exercício ARANDU, bem como contribuir para a manutenção e o fortalecimento da interoperabilidade e das capacidades operacionais mútuas. Foram reforçados, ainda, os laços de amizade entre os dois exércitos do Cone Sul, promovendo a aproximação estratégica e consolidando a confiança entre os dois países, conforme contido na Estratégia Nacional de Defesa.

A comitiva brasileira foi chefiada pelo Comandante da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, e contou com representantes do Estado-Maior do Exército, Comando de Operações Terrestres, Comando Logístico, Comando Militar do Sul, Comando de Aviação do Exército, Comando de Operações Especiais, 3ª Divisão de Exército, 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel), Brigada de Infantaria Pára-quedista, além da participação do adido do Exército na Argentina.

Foto: Acervo do CCOMSEx

2.3.4.3 AÇÕES SOB A ÉGIDE DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS

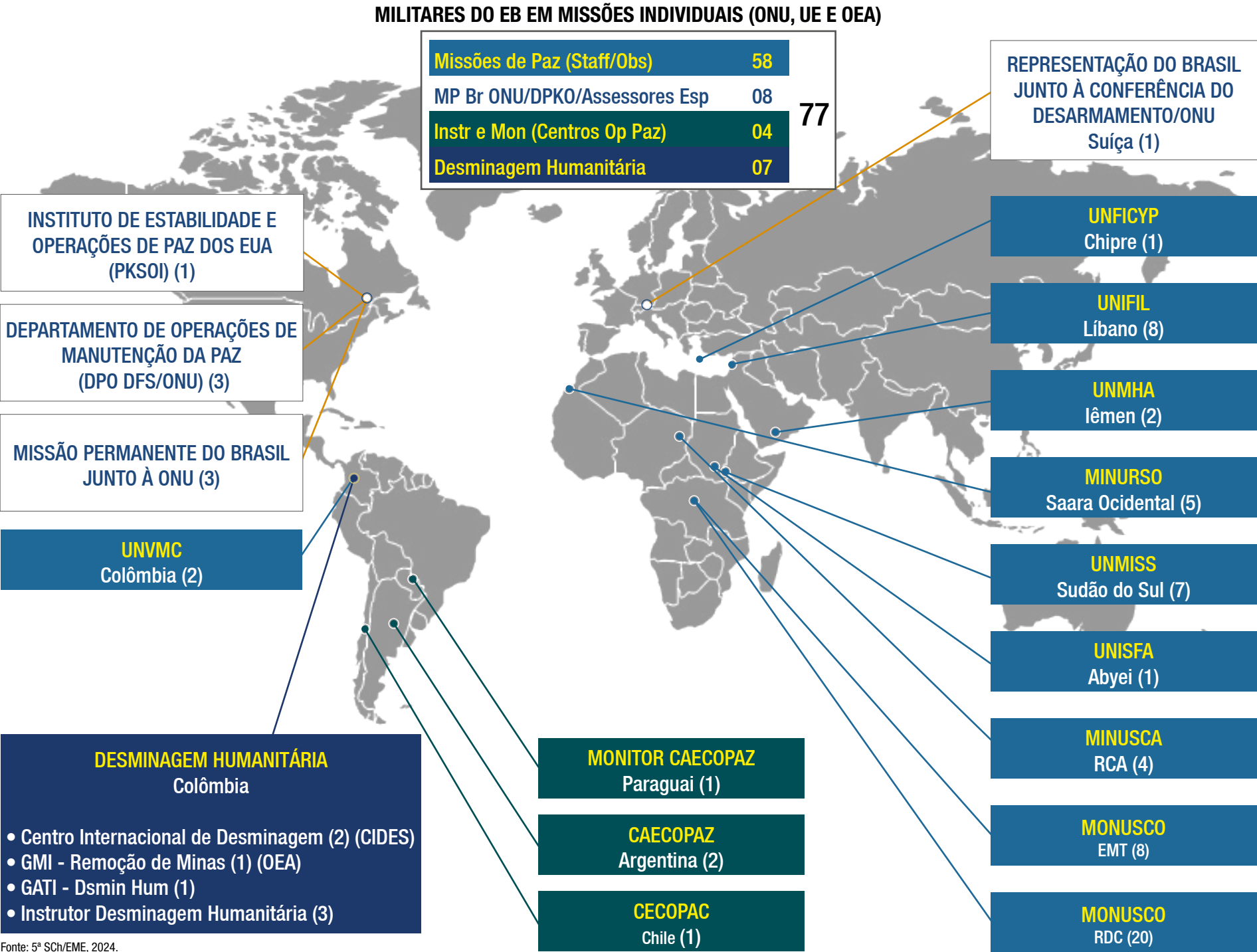
Para o Brasil, como membro fundador da Organização das Nações Unidas (ONU), e Estado historicamente comprometido com a solução pacífica de controvérsias, participar de operações de paz é uma consequência natural de suas responsabilidades internacionais. Conforme o Art. 4º da Constituição Federal de 1988, entre os princípios que regem as relações internacionais do Brasil estão: a defesa da paz, a solução pacífica de conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

O Brasil participa de missões de desminagem humanitária desde o ano de 1993, quando foram enviados os primeiros contingentes para países da América Central. Essas missões são parte do esforço mundial para erradicar as minas antipessoais, com o marco da assinatura do Tratado de Ottawa por diversos países.

Como signatário, o Exército Brasileiro enviou 7 militares com conhecimento na área de desminagem, para as 3 diferentes missões existentes na Colômbia. Esses grupos fizeram parte de um componente externo de monitoramento da atividade de desminagem humanitária, sendo essenciais para a confiabilidade dos trabalhos realizados.

A participação dos militares brasileiros nas citadas missões agregou experiência e possibilitou a atualização de conhecimentos referentes às limpezas de áreas contaminadas por artefatos explosivos.

Como parte do processo de preparação para atuar em missões de paz em organismos internacionais, o Exército Brasileiro certificou um total de 5 tropas, habilitando a atuar na promoção da paz por meio da estabilidade e resolução de conflitos.

MILITARES DO EB EM MISSÕES INDIVIDUAIS (ONU, UE E OEA)

Fonte: 5ª SCh/EME, 2024.

2.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

2.4.1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o gerenciamento de riscos no âmbito do Exército Brasileiro, particularmente a relacionada às atividades de preparo e emprego operacional, permeia a própria história da Instituição e antecede, em muito, a base normativa recentemente estabelecida.

Esse cuidado também pode ser percebido, e já existia, em relação às atividades administrativas, aos principais processos críticos e aos assuntos relacionados à integridade.

No ano de 2018, o Exército Brasileiro, por meio da Portaria do Comandante do Exército nº 1.127, de 20 julho, designou o Estado-Maior do Exército como Unidade de Gestão da Integridade e determinou que este implementasse o Programa de Integridade no âmbito da Força Terrestre.

Em cumprimento a essa determinação, o Chefe do Estado-Maior do Exército, aprovou, em 30 de novembro daquele ano, o Plano de Integridade do Exército Brasileiro, 1ª Edição, 2018.

O Plano de Integridade do Exército Brasileiro (PI I-EB) tem por objetivo formalizar as principais informações e atividades propostas para implementação do Programa de Integridade. Nele, estão presentes os riscos de integridade mais relevantes, a avaliação e classificação desses riscos, as propostas de medidas de integridade, os mecanismos de monitoramento, os seus responsáveis e respectivas metas.

Para mais informações, acesse o Plano de Integridade do Exército: https://www.eb.mil.br/documents/d/ouvidoria/plano-de-integridade.

A gestão de riscos possui como pilar a Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (PGR-EB) (EB10-P-01.004), 2ª Edição, 2018.

Essa Política tem por objetivos melhorar a governança, aumentando a probabilidade de alcance dos objetivos estratégicos e organizacionais, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; aperfeiçoar a eficiência, eficácia e efetividade dos programas, projetos e processos organizacionais; salvaguardar recursos públicos para prevenir perdas de toda ordem, mau uso de bens públicos e danos ao erário; aperfeiçoar os controles internos da gestão; estabelecer uma base confiável de conhecimentos para tomada de decisão e planejamento em todos os níveis; melhorar a identificação de oportunidades e riscos; e contribuir para o Programa de Integridade.

Para mais informações, acesse a Política de Gestão de Riscos: https://www.eb.mil.br/documents/d/ouvidoria/politica-de-gestao-de-riscos-do-eb.

Em 2019, dando continuidade ao processo de implantação da gestão de riscos no EB, foi publicada a Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do EB (EB20-D-02.010), 1ª Edição, cuja finalidade é detalhar as ações previstas na Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro; definir princípios, objetivos, competências, responsabilidades e diretrizes gerais preconizadas na Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro; buscar o alinhamento entre a gestão de riscos e o planejamento estratégico do Exército; definir competências e as medidas gerais necessárias à implantação do Comitê de Governança, Riscos e Controles do Exército (CGRiCEx), do Escritório de Gestão de Riscos e Controles do Exército (EGRiCEx), das Assessorias de Gestão de Riscos e Controles (AGRiC), das Equipes de Gestão de Riscos e Controles (EGRiC) e dos Proprietários de Riscos e Controles (PRisC); orientar os diversos escalões do EB, incluídas as entidades vinculadas, quanto às ações necessárias à implantação da gestão de riscos no âmbito da Força e detalhar as competências e atividades necessárias para a coerente integração da gestão de riscos ao Programa de Integridade do Exército.

Para mais informações acesse a Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro: https://www.eb.mil.br/documents/d/ouvidoria/diretriz-da-politica-de-gestao-de-riscos-do-eb.

A fim de coordenar esforços e aproveitar a estrutura de comando, característica marcante da Instituição, o processo de Gestão de Riscos adotou o modelo de linhas de defesa constante da figura abaixo. A forma apresentada possibilita que o escalão superior verifique se o escalão diretamente subordinado está cumprindo as determinações, de acordo com as orientações emanadas pelos órgãos competentes.

ESTRUTURA DA GESTÃO DE RISCOS NO EB – 3 LINHAS DE DEFESA

ACE
Assuntos de Gestão de Riscos e Integridade para decisão do Cmt Ex
CGRiCEx
Vice-Chefe do EME
Vice-Chefe/SCmt/SSect
ODS/ODOp/Ch
OADI, SCh EME
EGRiCEx
Órgão Técnico-Normativo
Governança
Gestão
Controle Interno
CCIEx
CGCFEx
3ª Linha de Defesa
AGRiC
EME (OM),
ODOp, ODS,
OADI, O Ap,
C Mil A, RM, DE,
Gpt Log, Gpt E,
Bda e demais OM
2ª Linha de Defesa
EGRiC e PRisC
Equipes temáticas organizadas pelas OM, militares e servidores civis responsáveis pelos processos
1ª Linha de Defesa

Fonte: Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro.

A gestão de riscos estratégicos e a integridade do EB estão incorporadas ao Sistema de Governança e Gestão do Exército, assim como integram o Sistema de Planejamento Estratégico do Exército, presentes nas etapas de identificação, análise, tratamento e monitoramento dos riscos.

Em relação ao apetite aos riscos da Instituição, em situação de normalidade, salvo exceções justificadas e, devidamente autorizadas por autoridade competente, a Força Terrestre não se exporá a riscos classificados como "EXTREMOS". A identificação de riscos classificados nessa categoria implicará na obrigatoriedade do imediato estabelecimento de controles internos preventivos e para a mitigação dos danos visualizados.

O cerne da gestão de riscos está no estabelecimento de controles internos, baseados em ações que reduzam a probabilidade de que determinado risco identificado venha a ocorrer ou minimizem os efeitos e as consequências decorrentes da ocorrência de certo evento de risco.

Em 2 de outubro de 2019, por meio da Portaria – EME nº 292, com o objetivo de normatizar procedimentos, foi aprovado o Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro, MTMGR-EB, (EB20-MT02.001), 1ª Edição.

Para mais informações, acesse o Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos: http://www.portalgovernanca.eb.mil.br/images/Publicacoes/eb20-mt-02.001.pdf.

As fontes de risco identificadas pelo EB são as seguintes:

- fontes internas: pessoal, material e administrativa; e
- fontes externas: econômicas, ambientais, políticas, sociais e tecnológicas.

De acordo com essa metodologia estabelecida, buscou-se escalonar os riscos em diferentes níveis, de forma a estabelecer prioridades para tratá-los.

Assim, os riscos aos quais o EB está exposto são classificados em:

2.4.2 RISCOS ESTRATÉGICOS

O Exército Brasileiro está exposto à grande variedade de riscos do ambiente externo, associados, principalmente, a fatores internacionais e nacionais, relacionados à geopolítica internacional, à segurança nacional, ao campo socioeconômico, ambiental e científico-tecnológico.

O Exército participa ativamente na vigilância e no monitoramento da faixa de fronteira terrestre da Amazônia Brasileira, do Centro-Oeste e do Sul do Brasil. O sistema de monitoramento de fronteiras é responsável pelo sensoriamento e controle, redução dos ilícitos transfronteiriços, segurança nacional, proteção das comunidades indígenas, preservação ambiental e obtenção do efeito dissuasório. Além disso, as operações militares e as missões de paz de caráter humanitário permitem incrementar a interoperabilidade e demonstrar o nível de adestramento profissional e a prontidão do pessoal e material. A descontinuidade dessas atividades pode comprometer a eficiência do cumprimento das missões constitucionais do EB.

O constante contingenciamento de recursos orçamentários pode implicar sérias restrições às atividades de preparo da Força, o que representa um risco elevado para o adestramento da tropa e sua consequente prontidão operacional. Nesse contexto, desequilíbrios orçamentários ou contingenciamento de recursos são, para o Exército Brasileiro, um risco relevante, na medida em que podem implicar em atrasos do cronograma dos programas estratégicos da Força.

Ademais, o aumento do hiato tecnológico entre os equipamentos utilizados pela Força Terrestre, quando comparados aos exércitos mais modernos do mundo, também configura risco significativo, uma vez que cria um descompasso entre o poder de combate no cenário mundial.

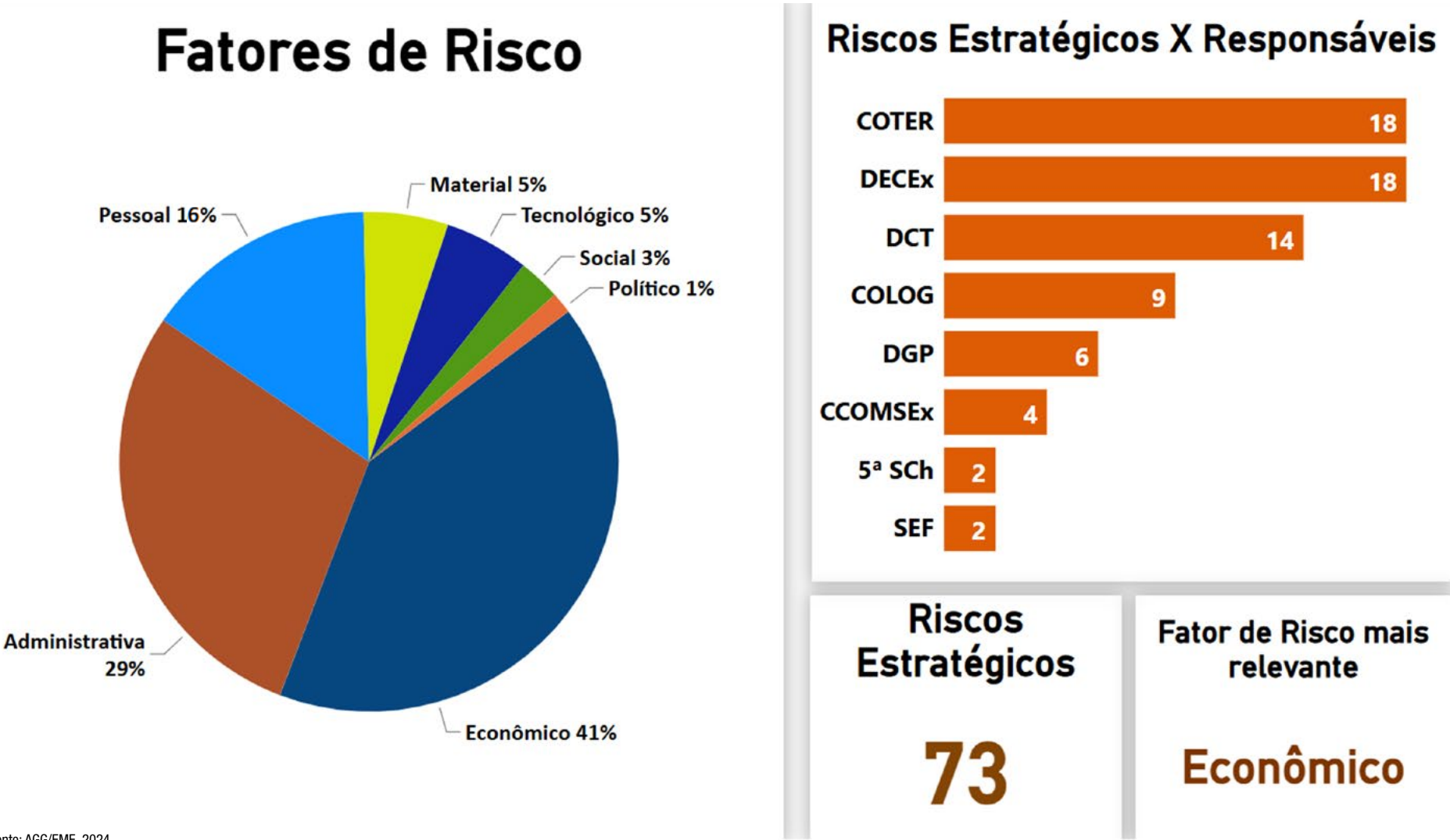
De maneira geral, os principais riscos estratégicos, aos quais o EB está exposto estão relacionados à insuficiência ou ao contingenciamento de recursos, ao não cumprimento dos prazos para execução de programas, projetos e atividades, principalmente as que envolvem parcerias com empresas privadas, assim como à falta de capacitação de pessoal. Em resposta aos riscos identificados, foram elaborados planos de ação e contingência com base na metodologia adotada.

Uma das principais fontes de riscos encontrada no exercício financeiro de 2024 estava relacionada à possibilidade de redução dos recursos orçamentários previstos na PLOA, em relação aos autorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA), o que se concretizou. As atividades previstas, destacando as atinentes ao preparo e emprego da Força, foram afetadas, haja vista que o valor disponibilizado pela LOA 2024, menor do que o proposto, levou à necessidade de ajustes no planejamento inicial.

OS PRINCIPAIS FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

Riscos Estratégicos X Responsáveis

Responsável	Riscos
COTER	18
DECEx	18
DCT	14
COLOG	9
DGP	6
CCOMSEx	4
5ª SCh	2
SEF	2

Riscos Estratégicos	Fator de Risco mais relevante
73	Econômico

Fonte: AGG/EME, 2024.

O EB está atuando para capacitar um número maior de militares, aprovar novos documentos relativos ao tema e aperfeiçoar o processo de gestão de riscos no âmbito da Instituição. Dentre as principais oportunidades surgidas, destacam-se:

- captação em órgãos de fomento, tais como: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e fundações de apoio à pesquisa, ao desenvolvimento e à produção dos Produtos de Defesa, ratificada pela existência de projetos de sucesso desenvolvidos pelo EB;
- atuação na coordenação da implantação e do desenvolvimento do Sistema Defesa, Indústria e Academia de Inovação;
- aproveitamento de novas tecnologias de Defesa, que poderá levar à ampliação do volume de uso dual de Produtos de Defesa produzidos pela indústria nacional em outras áreas das cadeias produtivas, como redes de comunicações, segurança e equipamentos agrícolas pesados; com reflexos em aumento da escala de produção da indústria nacional interna. Isso poderá levar à redução de custos de obtenção de materiais de defesa da indústria nacional;
- capacitação científico-tecnológica dos recursos humanos do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército (SCTIEx), por intermédio de cursos de extensão e pós-graduação, particularmente, mestrado e doutorado, no Brasil e no exterior;
- entrada em operação do Sistema Integrado de Gestão Logística (SIGELOG). Esse sistema, quando finalizado, proporcionará informações mais confiáveis e, por possuir um relatório de crítica, servirá de base para os planejamentos de aquisições, resultando em economia, melhor controle dos estoques, de distribuição e na qualidade dos bens adquiridos; e
- ampliações do volume de exportação de Produtos de Defesa pela indústria nacional com reflexos em aumento da escala de produção interna e do volume de uso dual de Produtos de Defesa produzidos pela indústria nacional em outras áreas das cadeias produtivas, como redes de comunicações, segurança e equipamentos agrícolas pesados, com reflexos em aumento da escala de produção da indústria nacional interna.

Torna-se premente que o EB prossiga nos esforços da racionalização administrativa e no controle e aprimoramento de seus gastos, a fim de aumentar, em todos os níveis, a efetividade do gasto público.

É fundamental para a transformação do Exército, e consequente desenvolvimento nacional, que os planejamentos dos diversos níveis indiquem máxima prioridade na gestão de recursos disponíveis.

2.4.3 DESAFIOS E PERSPECTIVAS

2.4.3.1 DESAFIOS

O conturbado cenário geopolítico atual apresenta crescentes desafios para a paz internacional e para a segurança das pessoas, com reflexos para o preparo e o emprego do Exército Brasileiro.

A prolongada guerra de alta intensidade na Ucrânia, que já está em seu terceiro ano de duração; o conflito na Faixa de Gaza, com repercussões em todo o Oriente Médio e com reflexos, inclusive para o tráfego mercante internacional; a crise climática, que potencializa crises econômicas e humanitárias; além do agravamento das ações do crime organizado transnacional na América Latina, que levaram ao reconhecimento formal pelo governo do Equador da existência de um conflito armado no país são apenas alguns exemplos das instabilidades externas que, por desestabilizarem o sistema internacional, possuem reflexos para a Segurança e a Defesa do Brasil e, consequentemente, para o Exército Brasileiro.

Dessa forma, os principais desafios a serem superados abrangem: dissuadir a concentração de forças adversas nas proximidades das fronteiras terrestres; fortalecer a mobilidade e a capacidade logística, sobretudo na região amazônica; incorporar novas tecnologias e sistemas inteligentes; e manter-se em condições de ser empregado e ampliar a projeção do Exército no cenário internacional.

Além disso, os avanços tecnológicos e o uso rotineiro da internet aumentam as vulnerabilidades cibernéticas e as ameaças corporativas e individuais. Dessa forma, o espaço cibernético, dadas suas peculiaridades, sobretudo a transversalidade em relação aos demais domínios do campo de batalha, terra, mar, ar e espaço; não é imune a ações de forças adversas que ponham à prova a capacidade de reação dos Estados.

Os desafios do cenário internacional se somam aos desafios do cenário nacional, delineando o ambiente no qual o Exército deverá atuar para preparar e empregar seus meios no cumprimento de suas inúmeras missões. Assim, no cenário nacional, demandas no espectro da segurança nacional e socioambientais requerem a participação do EB. Nesse sentido, constituem desafios a serem superados: atuação no combate ao crime organizado e narcotráfico, em sinergia com as forças de segurança nacional; promoção do desenvolvimento econômico sustentável, em apoio às ações do Estado Brasileiro; vigilância e monitoramento constante das regiões de potencial estratégico mineral e do patrimônio ambiental; e ocupação dos vazios demográficos nas áreas de fronteira no território nacional.

No campo financeiro/orçamentário, o grande desafio, no atual cenário de restrições orçamentárias, é garantir os recursos previstos para o desenvolvimento das ações e iniciativas previstas para o processo de transformação da Força Terrestre. A estratégia para enfrentar tal óbice baseia-se em aliar uma gestão austera dos recursos a um vigoroso processo de racionalização administrativa, buscando reduzir custos, aperfeiçoar sistemas de governança e gestão, alinhados aos princípios de integridade e compatíveis com a complexidade de uma Instituição da magnitude do Exército Brasileiro (EB).

No eixo governança e gestão, a busca do alinhamento entre o planejamento estratégico do Exército e a execução dos investimentos por parte das Organizações Militares (OM) têm contribuído para o atingimento da eficiência, economicidade e, sobretudo, efetividade do uso do recurso público.

Ainda há de se considerar o desafio para equacionar a crescente evasão de servidores civis das diversas carreiras no âmbito do Comando do Exército com a falta de recompletamento, devido, principalmente, à escassez de concursos para o provimento dos cargos públicos. Estima-se que o quantitativo de cargos vagos tende a aumentar, considerando que mais de 1.300 servidores civis estão em condições de se aposentar.

Por fim, a busca constante do equilíbrio entre o cumprimento das missões de defesa da Pátria, razão primeira da existência de uma Força Armada, e as crescentes demandas da sociedade brasileira, que impõem responsabilidades subsidiárias à atuação da Força, consiste em uma tarefa desafiadora.

Foto: Acervo do CCOMSEx

2.4.3.2 PERSPECTIVAS

Em um ambiente internacional caracterizado pela elevada complexidade geopolítica, que coexiste com um ambiente interno de restrições orçamentárias, o Exército trabalha no sentido de priorizar o desenvolvimento das capacidades militares fundamentais para a garantia do cumprimento de suas missões constitucionais.

O Exército planeja prosseguir no processo de transformação da Força, tendo como foco a obtenção de capacidades, a racionalização administrativa, a transparência, a sustentabilidade e a inovação.

Com relação à obtenção de capacidades, sob a ótica do Planejamento Estratégico e com atenção ao desenvolvimento sustentável, o Exército visa ampliar a prontidão logística, aumentando a capacidade de pronta resposta da Força Terrestre.

O amadurecimento da cultura de governança e gestão garantirá maior confiabilidade e rastreabilidade das informações, de modo a possibilitar a melhoria dos processos decisórios e contribuir para uma maior transparência do emprego de recursos públicos. Nesse diapasão, estruturas do Exército, sobretudo as administrativas, passam por dinâmico processo de racionalização, a fim de otimizar a aplicação dos recursos e aumentar a eficiência e eficácia dos processos envolvidos.

Nesse sentido, é fundamental a discussão do modelo de aquisições de materiais de defesa, focando-se na eficiência, nas seguranças técnicas e jurídicas e nas características da área demandante e do mercado fornecedor. A partir dessa visão, o setor de aquisições deve ser dotado de capacidade para buscar soluções inovadoras e não apenas operacionalizar licitações.

Sustentabilidade e inovação devem fazer parte do processo, sendo essencial a convergência entre o controle e a possibilidade de agilizar as compras públicas.

Sob a ótica de sustentabilidade, a prática é transversal e possui elevada repercussão internacional. Por consequência, o Exército, por meio da implementação da Política de Desenvolvimento Sustentável, busca promover ações de fortalecimento da cultura de sustentabilidade, inserção de critérios de sustentabilidade nos processos de contratação e nas fases do ciclo de vida dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar (Produtos de Defesa).

As mídias sociais serão cada vez mais exploradas. Esse fato sinaliza a necessidade do incremento da interação direta e instantânea com a sociedade, de modo a garantir canal de fácil acesso para apresentação de demandas e a elucidação de dúvidas, com especial destaque ao emprego de Inteligência Artificial. Nesse sentido, a segurança da informação é preocupação constante ante as novas ameaças do mundo digital.

2.4.4 PRINCIPAIS AÇÕES DE SUPERVISÃO E CONTROLE ADOTADAS PARA GARANTIR A LEGALIDADE, A LEGITIMIDADE, A ECONOMICIDADE E A TRANSPARÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

A legalidade, a legitimidade, a economicidade e a transparência na aplicação dos recursos destinados ao Exército são garantidas por meio da qualidade de gastos alinhados aos objetivos estratégicos do Exército e das ações de supervisão e controle, estabelecidas na Diretriz Especial de Economia e Finanças do Comandante do Exército-2023/2024, que estipula um ciclo virtuoso de planejamento e execução orçamentária e financeira (disponível em: https://www.sef.eb.mil.br/images/pdf/DIRETRIZ_ORCAMENTARIA_FINANCEIRA_2023_1.pdf.

Outras ações estão definidas na Diretriz de Governança e Gestão do Exército, de responsabilidade do ODG, dos ODS, do ODOp e dos C Mil A, abrangendo as atividades de governança e gestão, gerenciamento de riscos, bem como de implementação e monitoramento dos controles internos da gestão, visando ao acompanhamento da aplicação dos recursos públicos relativos aos processos finalísticos e de apoio, sob sua responsabilidade.

Assim, as duas Diretrizes supracitadas propõem algumas das seguintes ações de supervisão e controle:

AÇÕES DE SUPERVISÃO E CONTROLE

Alinhamento dos gastos aos objetivos

Diretrizes para aplicação dos recursos públicos

Alinha capacitação dos agentes da administração gastos aos objetivos

Controle da aplicação dos recursos

Monitoramento das metas físicas e financeiras

Monitoramento dos indicadores de desempenho

Monitoramento dos riscos

Realização de inspeções

Programa de integridade

Política de transparência e de dados abertos

Lei de Acesso à Informação

Fonte: AGG/EME, 2024.

2.4.5 ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Sistema de Controle Interno do Comando do Exército (SisCIEx), considerando a dimensão do controle, atua como 3ª linha de defesa, responsável pela avaliação das ações de 1ª e 2ª linhas. A atuação do SisCIEx ocorre mediante a realização das atividades de Auditoria Interna Governamental, referentes aos serviços de avaliação, de consultoria e de acompanhamento e monitoramento das ações apuratórias de irregularidades administrativas.

O SisCIEx tem, como órgão central, o Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx), Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Comandante do Exército (OADI) e Unidade Setorial da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, integrando o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. O CCIEx orienta, coordena e supervisiona todo o SisCIEx para que as atividades desse Sistema ocorram em conformidade com a legislação em vigor e o planejamento de auditoria.

Os Centros de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército (CGCFEx) atuam como unidades regionais do SisCIEx, executando as atividades de Auditoria Interna Governamental sob a direção, a coordenação, a orientação normativa e a supervisão técnica do CCIEx.

A atividade de Auditoria Interna Governamental, no âmbito do Comando do Exército, é realizada em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), aprovado pelo Comandante do Exército. O PAINT contempla a relação dos trabalhos de auditoria para o exercício, selecionados com base em uma avaliação de riscos e em função de obrigação normativa. O PAINT está disponível no link http://www.cciex.eb.mil.br/images/PAINT/PAINT2024.pdf.

As informações sobre a execução do PAINT e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria realizados pelo CCIEx e pelos CGCFEx são divulgadas no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), disponibilizado no link http://www.cciex.eb.mil.br/index.php/en/auditorias.

2.4.6 APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS E ILÍCITOS

A atividade de responsabilização de militares e de servidores civis também corresponde às ações apuratórias de irregularidades administrativas, com vistas ao ressarcimento de danos causados ao erário, mediante a realização de processos administrativos instaurados pelas OM do Exército, em conformidade com as Normas para a Apuração de Irregularidades Administrativas no Âmbito do Comando do Exército (EB10-N-13.007), aprovadas pela Portaria - C Ex nº 1.845, de 29 de setembro de 2022.

No que concerne aos processos de apuração de eventuais ilícitos, esses são conduzidos de forma descentralizada pelos órgãos responsáveis por sua apuração, análise e decisão, cuja publicidade de suas conclusões são tornadas públicas, conforme os preceitos legais e, ainda, preservando-se o que dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

FÉ NA MISSÃO

Defender a Pátria

NOVOS DESAFIOS,
MESMOS VALORES

Campanha de Valores do EB
Criação: 2º Ten Bastos/CCOMSEx

RESULTADOS DA GESTÃO

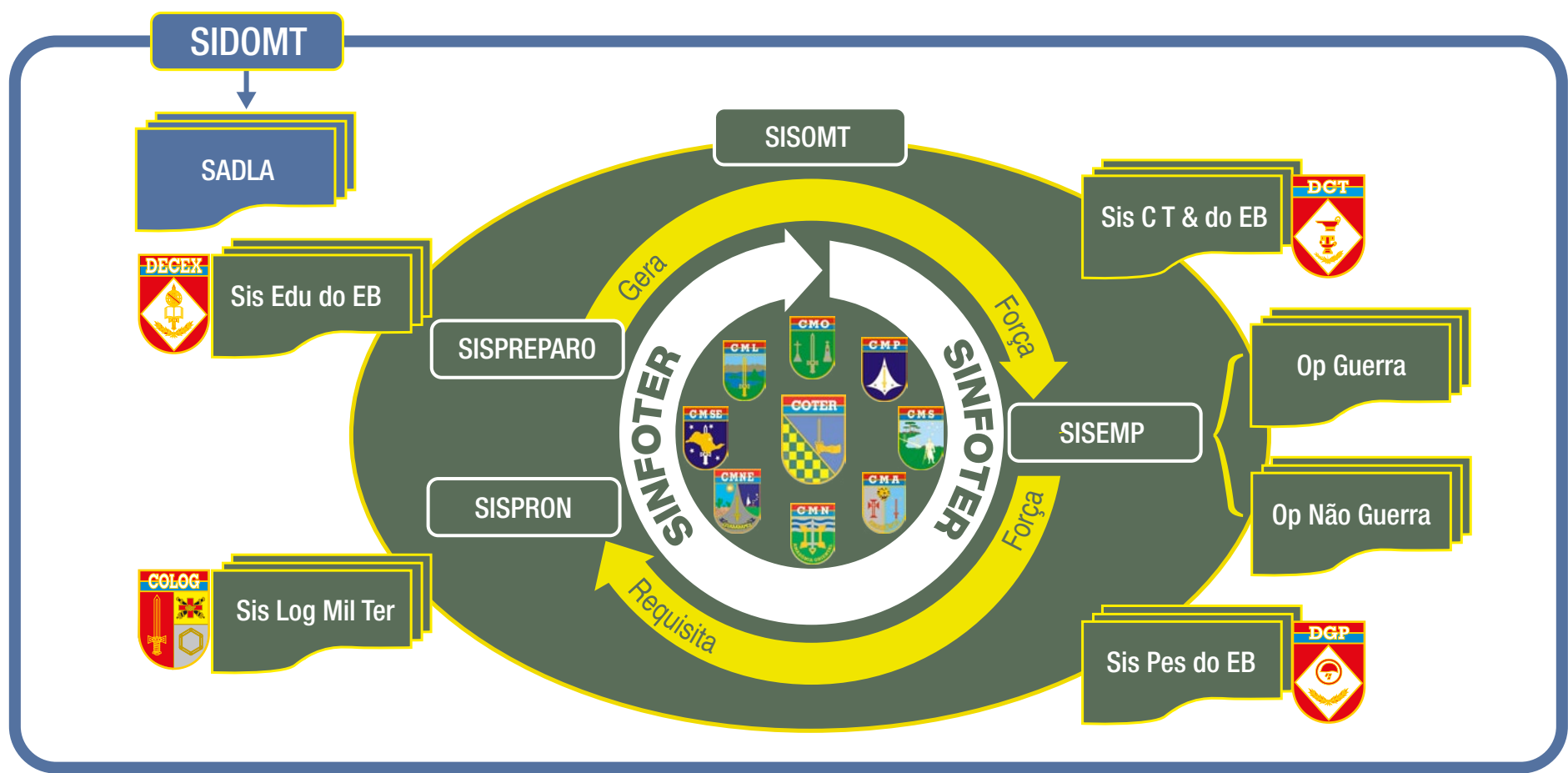
3.1 PREPARO DA FORÇA TERRESTRE

3.1.1 INTRODUÇÃO

Conforme a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, o preparo compreende as atividades permanentes de planejamento, organização e articulação, instrução e adestramento, desenvolvimento de doutrina e pesquisas específicas, inteligência e estruturação das Forças Armadas.

O Exército Brasileiro orienta e coordena o preparo e o emprego da F Ter, enfatizando o efetivo profissional, por meio do Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT), cuja Diretriz Organizadora é estabelecida na Portaria – EME/C Ex nº 528, de 21 de setembro de 2021.

O SISOMT tem por base o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT), tendo o Comando de Operações Terrestres (COTER) como seu órgão central, e como subsistemas o Sistema de Preparo Militar Terrestre (SISPREPARO), o Sistema de Informações Operacionais Terrestres (SINFOTER), o Sistema de Prontidão Operacional Terrestre (SISPRON) e o Sistema de Emprego (SISEMP), conforme apresentado na figura a seguir:

MODELAGEM DO SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE
(SISOMT = SISPREPARO + SISEMP + SINFOTER + SISPRON)

Fonte: Portaria – EME/C Ex nº 528, de 21 de setembro de 2021.

O SISPREPARO é o sistema responsável pelas atividades de formação da reserva mobilizável e de preparo da F Ter (preparação orgânica e completa). É estruturado pelo Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB) e apoiado pelo Programa de Instrução Militar (PIM) e pelo Sistema de Simulação da Força Terrestre (SSFTer).

O SINFOTER tem o objetivo específico de realizar a gestão das Informações Operacionais Terrestres necessárias ao preparo, à prontidão operacional e ao emprego da Força Terrestre.

O SISPRON é uma iniciativa adotada pelo Exército para aprimorar a capacidade de mobilização e operação da F Ter, cujo objetivo é manter tropas em permanente estado de prontidão para o cumprimento das missões finalísticas da F Ter. É composto pelas Forças de Prontidão Operacional (FORPRON) – Brigadas, Forças Especializadas de Emprego Estratégico (FEEE) e Módulos de Apoio (Modul Ap) certificados pelo COTER - que deverão estar em permanente estado de prontidão operacional.

A Prontidão Operacional deve ser entendida como a capacidade das forças, mediante utilização de seus próprios recursos em pessoal e material, estarem em condições de ser empregadas em suas áreas operacionais em pronta-resposta a qualquer ato hostil de origem externa ou interna. Dessa capacidade, depreende-se que essas forças devem ser mantidas em condições de atuar no território nacional e no exterior, em todos os períodos do ano, inclusive naqueles em que houver redução dos efetivos da F Ter.

O SISEMP tem como objetivo manter a F Ter apta a atender às hipóteses de emprego (HE) previstas nos planos estratégicos de emprego conjunto das FA. Assim, o Exército enfatiza o preparo da Força Terrestre (F Ter) condicionado pelo seu emprego, sendo estas atividades indissociáveis, sob a ótica dos resultados esperados. As operações realizadas pelo EB, em 2024, são apresentadas no item 2.3 deste relatório.

Por fim, a Doutrina Militar Terrestre, também gerida pelo COTER, estabelece o arcabouço conceitual que aproxima as atividades do preparo das necessidades do emprego, de forma a manter os conceitos doutrinários atualizados, por intermédio da prospecção doutrinária e da dinâmica de atualização e difusão do conhecimento.

Os projetos destinados ao aperfeiçoamento e investimento do SISOMT constam no OEE 04 do atual PEEx, em especial no Programa Estratégico do Exército de Modernização do Sistema Operacional Militar Terrestre (Prg EE SISOMT), que é coordenado pelo COTER, cujos resultados são apresentados no item 2.2 deste relatório.

3.1.2 RESULTADOS DO PREPARO DA FORÇA TERRESTRE

O preparo da F Ter é regulado pelo SIMEB, tanto em sua fase de instrução individual, como em sua fase coletiva (adestramento). Por sua vez, os estágios de área, conduzidos pelos C Mil A, visam capacitar militares para atuar em operações ou áreas específicas.

O preparo também abrange a gestão do SSFTer, em específico a manutenção e atualização dos diversos simuladores empregados na instrução individual e no adestramento da F Ter, bem como o preparo das Forças de Prontidão.

Ainda neste contexto, inserem-se a adequação e manutenção de infraestrutura de apoio à instrução militar.

No ano de 2024, foram alcançados os seguintes resultados:

RESULTADOS DO PREPARO DA FORÇA TERRESTRE EM 2024

DESCRIÇÃO	UTILIZADOS (R$)
Habilitação de soldados como combatentes mobilizáveis	4.834.022,05
Adestramento nas OM operacionais	3.807.014,89
Realização de 174 Estágios de Área e 09 Estágios Setoriais	2.415.247,34
Manutenção, aquisição e atualização de simuladores do SSFTer	3.448.676,09
Preparo das Forças de Prontidão	2.795.493,01
Manutenção da infraestrutura de apoio à instrução militar	1.786.727,17
TOTAL	**R$ 19.087.180,55**

Fonte: Tesouro Gerencial e COTER, 2024.

3.1.3 DOUTRINA MILITAR TERRESTRE (DMT)

A Doutrina Militar Terrestre proporciona suporte às atividades do EB, principalmente as operacionais, de modo a permitir o êxito nas atividades de preparo e de emprego da F Ter. A atualização da Doutrina acompanha a evolução da arte da guerra, tendo por objetivo a renovação do pensamento militar e o incremento da pesquisa.

Em 2024, as principais entregas da DMT foram as seguintes:

DOUTRINA MILITAR TERRESTRE – PRINCIPAIS ENTREGAS EM 2024

ENTREGAS	QUANTIDADE
Requisitos Operacionais aprovados para obtenção de MEM	3
Quadros de organização de OM operacional revisados/elaborados	2
Pareceres produzidos para o Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa	46
Notas doutrinárias produzidas para modernização e padronização da doutrina vigente	4
Necessidade Operacional Geral elaborada para modernização das capacidades operacionais da Força Terrestre	4

Fonte: COTER.

Foto: Acervo do CCOMSEx

3.2 GESTÃO DA LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE E MOBILIZAÇÃO

3.2.1 INTRODUÇÃO

A Gestão da Logística Militar Terrestre e da Mobilização é um macroprocesso de suporte da CVA-EB e está vinculada ao Planejamento Estratégico do Exército ao objetivo (OEE 5) - Aperfeiçoar o Sistema Logístico Militar Terrestre, tendo como gestor o Comando Logístico (COLOG).

O Sistema Logístico Militar Terrestre (SLMT) é o conjunto integrado de organizações, recursos humanos, materiais, administrativos, financeiros e institucionais que interagem por meio de processos organizacionais, viabilizando a execução das funções logísticas.

A Prontidão Logística representa a capacidade de suprir as necessidades de apoio logístico da F Ter, tanto em situações de paz quanto durante operações, com base na implementação de doutrinas, organização eficaz, treinamento especializado, gestão eficiente de informações, efetividade no ciclo logístico e desenvolvimento contínuo dos recursos humanos.

Além disso, é incumbência do COLOG gerir o Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados, que tem por finalidade controlar e fiscalizar todas as atividades com produtos controlados pelo Exército, visando assegurar os interesses da defesa do País; a manutenção da segurança e do bem-estar público e o desenvolvimento da indústria nacional desses produtos.

Por fim, a Mobilização Militar tem o propósito de preparar a expressão militar para a passagem da estrutura de paz para a estrutura de guerra, fazendo frente a uma situação de emergência decorrente da iminência de concretização ou efetivação de uma hipótese de emprego.

Fonte: Acervo do CCOMSEx.

3.2.2 PRONTIDÃO LOGÍSTICA

A Prontidão Logística para o preparo e emprego da Força Terrestre (F Ter) ocorre por meio da previsão, provisão e manutenção dos meios e serviços necessários à execução das suas missões, e saúde operacional da F Ter.

A Logística de Suprimento trata da previsão e provisão de todos os itens necessários às organizações e às forças apoiadas. Tem como atividades: o levantamento das necessidades, a obtenção e a distribuição.

A Logística de Manutenção é o conjunto de atividades que são executadas visando a manter o material em condição de utilização durante todo o seu ciclo de vida e, quando houver avarias, restabelecer essa condição.

A Logística de Transporte executa o deslocamento de recursos humanos, materiais e animais por diversos meios, no momento oportuno, e para locais predeterminados, a fim de atender às necessidades da F Ter.

A Logística de Salvamento preserva e resgata os recursos materiais, suas cargas ou itens específicos, por diversos meios, no momento oportuno, e para locais predeterminados, a fim de atender às necessidades da F Ter.

RESULTADOS DA PRONTIDÃO LOGÍSTICA

DESCRIÇÃO	UTILIZADOS (R$)	RESULTADOS
Logística de Suprimento	1.230.924.902,32	• As necessidades de fardamentos foram atendidas em 100%, de 662 OM. • Alimentação de todo o efetivo das 662 OM. • As necessidades de equipamentos foram atendidas em torno de 50%, em favor de um total de 662 OM. • Fornecimento de combustível automotivo para 241 Organizações Militares/PCA do Exército Brasileiro: - Óleo Diesel – 18.890.000 L; e - Gasolina – 4.077.000 L.
	39.125.532,15	Aquisição de combustível de aviação e de suprimentos para as aeronaves.
Logística de Manutenção	191.037.176,12	Manutenção de viaturas blindadas, viaturas não blindadas e armamento em 662 OM.
	14.120.668,71	Manutenção das aeronaves de sete OM.
Logística de Transporte	11.971.611,00	Atendimento a 18 Órgãos Provedores do Plano Geral de Transporte: 3.738.729 kg e Cubagem – 581.938,58 m³.
	187.368,39	Contratos de transporte de suprimentos e componentes das aeronaves.
Logística de Salvamento	16.203,00	Operações de salvamento de aeronave acidentada na região de Surucucu/AM.
TOTAL	1.487.383.461.69	

Fonte: COLOG, 2024.

3.2.3 SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS

O Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados (SisFPC) é resultado da sinergia de atuação de diversas organizações militares que desenvolvem, em âmbito nacional, a Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército (PCE).

Por Produtos Controlados pelo Exército, compreendem-se as armas de fogo, acessórios de armas de fogo, munições, explosivos, propelentes, artifícios pirotécnicos, agentes químicos de guerra e precursores de agentes químicos de guerra, blindagens e proteções balísticas, e outros produtos de interesse militar e uso dual — civil e militar.

As atividades de Fiscalização de Produtos Controlados são desenvolvidas com as finalidades de se obter conhecimento sobre a capacidade industrial mobilizável do País e de se buscar a segurança e tranquilidade públicas no que se refere ao trato com tais produtos.

RESULTADOS DA FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS

UTILIZADOS (R$)	PRINCIPAIS RESULTADOS
CUSTEIO: R$ 24.310.264,41	1. Atividades de Fiscalização - 65.738 2. Materiais Apreendidos: • arma de fogo[1] – 1.619 Und; • arma de pressão – 859 Und; • explosivos[2] – 33.468 Kg; • menos letal – 0; • munição[3] – 167.394 Und; • pirotécnico – 875.774 Und; • produto químico – 791 L; • proteção balística – 687 Und; e • outros PCE (Máquina Recarga) – 5 Und. 3. Destruição de Armas de Fogo e Munição: • armas de fogo – 77.059 Und; e • munições – 459.191 Und. 4. Atividades de Registro: • solicitação de concessão de Certificado de Registro de Pessoa Física e Jurídica – 99.601; • solicitação de autorização de aquisição no mercado nacional (CAC) – 105.507; • solicitação de emissão de guia de tráfego – 765.666; • solicitação de emissão de Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF) – 82.027; e • solicitação de autorização para aquisição de PCE por importação (LI e LSI) – 11.457.
INVESTIMENTO: R$ 40.689.963,47	• Aquisição de Viaturas. • Aquisição de Equipamentos de TI. • Outros equipamentos e mobiliários.
TOTAL 65.000.227,88	

Fonte: COLOG, 2024.

OBS: (1) Somente armas de fogo, não incluindo peças e componentes.
(2) Inclui pólvora e podem ser mensurados por peso (Kg), comprimento (m) ou volume (L).
(3) Inclui a munição e (ou) suas partes.

3.2.4 MOBILIZAÇÃO MILITAR

Em 2024, as atividades de mobilização militar contribuíram para várias operações realizadas pelo EB, conforme dados a seguir.

RESULTADOS DA MOBILIZAÇÃO MILITAR

DESCRIÇÃO	UTILIZADOS (R$)	RESULTADOS
Aquisição e manutenção de equipamentos, materiais gerais de suprimento e despesas com alimentação	101.169.795,17	15 Operações apoiadas
Despesas para atender as horas de voo	74.094.039,22	07 Operações apoiadas
TOTAL	175.263.834,39	

Fonte: COLOG, 2024.

3.3 COMANDO, CONTROLE E INFORMAÇÃO

3.3.1 INTRODUÇÃO

No âmbito do Exército, a gestão da informação é um macroprocesso de suporte da CVA-EB e está vinculada ao Planejamento Estratégico do Exército ao Objetivo Estratégico do Exército 06 (OEE 06) - Aperfeiçoar os Sistemas de Informação e Comando e Controle do Exército tendo como gestor o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT).

O OEE 06 visa aperfeiçoar e promover a integração do Sistema de Informação do Exército (SINFOEx) ao Sistema de Comando e Controle do Exército (SC²Ex), ampliando as capacidades necessárias para a eficaz utilização de ativos de informação, à luz dos objetivos e das orientações gerais fixados pela Política de Informação do Exército, contribuindo para o preparo da F Ter, em um cenário no qual deverá estar apto a gerir volumes crescentes de dados e informações, atuar sobre os sistemas de informação de interesse e proteger os sistemas de informação próprios.

O arcabouço normativo, que trata da informação no Exército Brasileiro, tem por base a Política de Informação do Exército (EB10-P-01.006), aprovada pela Portaria-C Ex nº 856, de 12 de junho de 2019.

Naquilo que se refere à Tecnologia da Informação (TI), o arcabouço normativo está abrangido pela Política de Tecnologia da Informação e Comunicações do Exército (EB10-P-01.000), aprovada pela Portaria-C Ex nº 1.545, de 30 de junho de 2021, a qual estabelece objetivos e orientações gerais para o EB acerca da condução da Governança da Tecnologia da Informação.

A estrutura de Governança de TI do EB é representada em seu mais alto nível pelo Conselho Superior de Tecnologia da Informação (CONTIEx), responsável por assegurar que a governança de TI seja adequadamente tratada, aconselhar a direção estratégica de TI, sob a responsabilidade do EME, e revisar os grandes investimentos. No nível diretivo, o CONTIEx é assessorado pelo Comitê de Governança Digital (CGD), sendo este responsável por priorizar os investimentos estratégicos, acompanhar o status dos projetos de TI, resolver conflitos por recursos e monitorar os Níveis de Serviço e as melhorias de TI implantadas no EB.

A gestão da informação abrange os processos de gestão da tecnologia da informação e a geração de capacidades operativas.

3.3.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Gestão da Tecnologia da Informação é um processo estratégico que envolve uma série de atividades essenciais para garantir o funcionamento eficaz e seguro das operações tecnológicas em uma organização. Esse processo pode ser dividido em três áreas principais: gestão da infraestrutura; gestão dos serviços e materiais de TI; e desenvolvimento de sistemas.

A gestão da infraestrutura de TI envolve a administração e manutenção dos componentes físicos e virtuais que sustentam as operações de TI, como servidores, redes, data centers e dispositivos de armazenamento, garantindo seu funcionamento contínuo e eficiente. Por sua vez, a gestão dos serviços e materiais de TI abrange a administração dos serviços de TI essenciais para as operações diárias, como a aquisição e gerenciamento de softwares, hardwares e contratos com fornecedores.

A segurança da informação é um aspecto crítico da gestão de TI, focado na proteção de dados e sistemas contra ameaças como ataques cibernéticos e acessos não autorizados. Envolve a implementação de políticas, procedimentos e tecnologias para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações, protegendo os ativos digitais da organização e mantendo a confiança de clientes e parceiros. O desenvolvimento de sistemas, por sua vez, engloba a criação, implementação e manutenção de software e aplicativos personalizados às necessidades da organização, assegurando que as soluções tecnológicas sejam eficientes e competitivas, com monitoramento e atualizações contínuas para acompanhar as mudanças tecnológicas e as demandas do mercado.

No ano de 2024, foram realizadas as seguintes atividades:

RESULTADOS DA GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

ATIVIDADES	UTILIZADOS (R$)	RESULTADOS
Gestão da infraestrutura	26.886.116,85	Melhoria de infraestrutura garantindo disponibilidade aos desenvolvedores.
Gestão dos serviços e materiais de TI	12.608.360,25	Equipamentos novos e manutenção das ferramentas/plataformas de desenvolvimento.
Desenvolvimento de sistemas	5.820.694,87	Entrega de novos sistemas e novas funcionalidades nos sistemas atuais.
Manutenção de sistemas	2.997.802,81	Melhorias de performance e adequação tecnológica dos sistemas atuais.
TOTAL	**48.312.974,78**	

Fonte: DCT, 2024.

3.3.3 GERAÇÃO DE CAPACIDADES OPERATIVAS

Este processo abrange as atividades de Cibernética, Comando e Controle, Guerra Eletrônica e Geoinformação.

3.3.3.1 CIBERNÉTICA

No contexto militar, a cibernética refere-se ao estudo e à aplicação de sistemas de controle e comunicação em máquinas e seres vivos, com um enfoque especial na defesa e segurança cibernética. A cibernética militar envolve a integração de tecnologias avançadas, como inteligência artificial, automação e redes de comunicação, para aprimorar as capacidades de comando, controle e combate.

RESULTADOS DA GESTÃO DA CIBERNÉTICA

ATIVIDADES	UTILIZADOS (R$)	RESULTADOS
Aquisição e desenvolvimento de soluções tecnológicas para o SMDC	20.088.383,67	Fortalecimento da capacidade cibernética das Forças Singulares e proteção das infraestruturas críticas de interesse da Defesa.
Implantação integrada do Centro de Operações de Defesa Cibernética	44.893.569,84	Coordenação de ações cibernéticas conjuntas, garantindo liberdade de ação no espaço cibernético e dificultando o uso adversário.
Capacitação especializada de recursos humanos para Defesa Cibernética	3.787.634,80	Recursos humanos altamente capacitados para proteger ativos de informação estratégicos.
Emprego de IA para transcrição de áudios obtidos em operações	95.000,00	Aceleração da decisão militar com difusão ágil de dados para análise em operações nacionais.
TOTAL	68.864.588,31	

Fonte: DCT, 2024.

3.3.3.2 COMANDO E CONTROLE

Comando e Controle (C2), no contexto militar, refere-se à capacidade de um comando centralizado tomar decisões estratégicas, coordenar forças e gerenciar operações em tempo real, garantindo que as ordens sejam implementadas de forma eficaz e eficiente. Essa função é fundamental para a execução de operações complexas, garantindo a comunicação fluida entre as unidades, o acompanhamento de recursos e a adaptação a mudanças no campo de batalha.

No Exército Brasileiro, o Sistema Estratégico de Comando e Controle (SEC²Ex) exemplifica essa capacidade ao integrar diferentes sistemas de comunicação, dados e monitoramento, proporcionando uma visão abrangente e a possibilidade de comando em diversos níveis. Iniciativas como o EBNet e o EBChat são componentes fundamentais dessa estrutura, assegurando a continuidade do controle operacional e a coordenação eficiente das tropas em um país de dimensões continentais.

RESULTADOS DA GESTÃO DO SISTEMA DE COMANDO E CONTROLE

ATIVIDADES	UTILIZADOS (R$)	RESULTADOS
Modernização do Sistema de Radiocomunicação Digital Troncalizado	19.500.000,00	Melhor interoperabilidade com instituições de segurança pública, gerando economia de recursos com estruturas compartilhadas de Comando e Controle.
Priorização do recompletamento de Meios de Comunicações	4.347.908,79	Aumento da disponibilidade de materiais de comunicação, com a otimização do uso de recursos vocacionados para este fim.
TOTAL	23.847.908,79	

Fonte: DCT, 2024.

3.3.3.3 GUERRA ELETRÔNICA

Guerra Eletrônica (GE) é um conjunto de técnicas e estratégias usadas para controlar o espectro eletromagnético e, assim, obter vantagem tática e estratégica em conflitos militares. Ela envolve a utilização de sinais eletrônicos e a manipulação de equipamentos.

RESULTADOS DA GESTÃO DE GUERRA ELETRÔNICA

ATIVIDADES	UTILIZADOS (R$)	RESULTADOS
Aquisição de Sistemas de Guerra Eletrônica	240.000,00	Incremento da capacidade de Guerra Eletrônica das tropas empregadas nas diversas missões constitucionais realizadas em todo o território nacional.
TOTAL	**240.000,00**	

Fonte: DCT, 2024.

Foto: Acervo do CCOMSEx.

3.3.3.4 GEOINFORMAÇÃO

A Geoinformação, no contexto militar, refere-se ao uso e à análise de informações geográficas e espaciais para apoiar a tomada de decisões e a execução de operações. Envolve a coleta, processamento, análise e interpretação de dados relacionados ao espaço geográfico, incluindo mapas, imagens de satélite, dados de sensores e outras fontes de informação geoespacial.

Em 2024, foram realizadas as seguintes atividades:

RESULTADOS DA GEOINFORMAÇÃO

ATIVIDADES	UTILIZADOS (R$)	RESULTADOS
Perícia Técnica Ação Cível Originária 1831 (STF)	6.910.907,48	Laudo pericial para auxiliar o STF no litígio entre Piauí e Ceará.
Mapeamento para a Força Terrestre	984.262,29	Produção de geoinformação estratégica para operações e planejamento territorial.
Apoio à Operação Taquari II	377.280,12	Especificação técnica para levantamento LIDAR e dados geoespaciais da região afetada.
Produção de cartas topográficas	1.071.220,21	Mapas detalhados para operações militares e planejamento.
Geração de Modelos Digitais de Superfície	255.018,20	Dados de altimetria para criação de Modelos Digitais de Superfície.
Produção de Cartas Ortoimagem e Geoinformação	115.852,21	Produtos geoespaciais para ações estratégicas militares.
Levantamento Topográfico de Áreas Patrimoniais	162.601,59	Identificação e registro de limites e áreas de campos de instrução militar.
TOTAL	**9.877.142,10**	

Fonte: DCT, 2024.

3.4 PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

3.4.1 INTRODUÇÃO

As prioridades de Pesquisa e Desenvolvimento estão estabelecidas no Objetivo Estratégico do Exército 07 (OEE 07) – Obter Prontidão Tecnológica - que visa prover as tecnologias necessárias à geração das capacidades militares requeridas pelo Exército, em especial as tecnologias críticas e/ou sensíveis de uso restrito; e incorporar a cultura da inovação e da prospecção tecnológica, associadas à reestruturação do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército (SCTIEx), incrementando a pesquisa e o desenvolvimento, as obtenções complexas e a fabricação.

O responsável pelo OEE 07 é o DCT, também gestor do macroprocesso de suporte Ciência, Tecnologia e Inovação, que compreende as atividades de gestão da inovação tecnológica; pesquisa, desenvolvimento e avaliação de SMEM; e obtenção de SMEM.

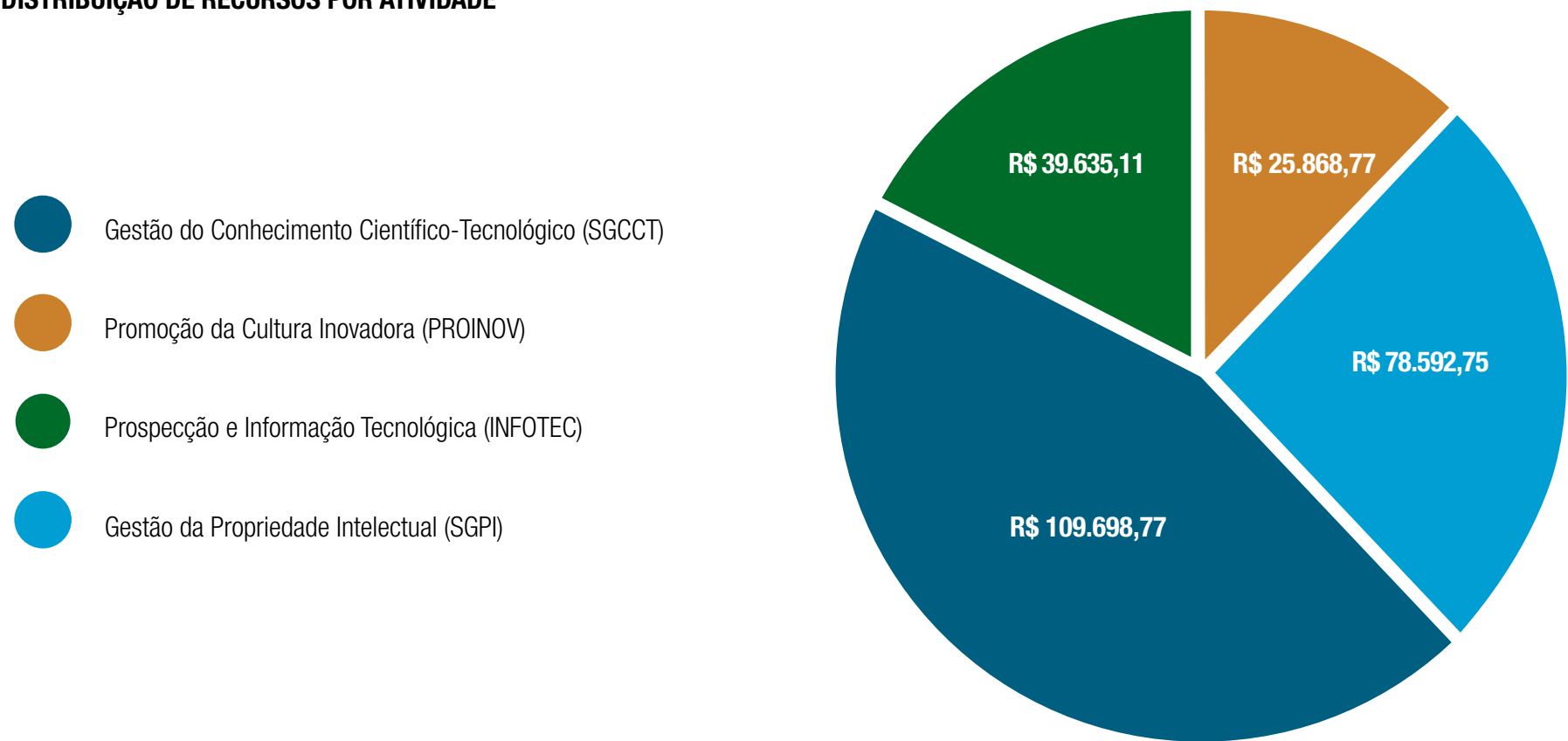
3.4.2 GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Em 2024, a Gestão da Inovação Tecnológica do Exército Brasileiro investiu R$ 253.795,40 para fomentar um ambiente que estimule o desenvolvimento de soluções e tecnologias voltadas para a defesa nacional. Esse investimento contemplou áreas estratégicas essenciais para a Força Terrestre, visando aprimorar as capacidades científicas e tecnológicas em prol da segurança e soberania do País.

Uma parte significativa dos recursos foi destinada à prospecção e à informação tecnológica, permitindo identificar tendências e oportunidades de mercado que impulsionam inovações e facilitam a implementação de novas tecnologias de defesa. Também houve um foco especial na promoção de uma cultura de inovação, utilizando soluções tecnológicas para potencializar áreas fundamentais, como educação, saúde e mobilidade urbana, com impactos diretos na qualidade de vida da população e alinhados aos objetivos de defesa e proteção nacional.

Entre os principais resultados alcançados, destaca-se o desenvolvimento do AvAnTec, um software projetado para auxiliar na gestão de projetos e tecnologias no contexto de Produtos de Defesa. Esse sistema utiliza uma metodologia baseada em critérios amplamente reconhecidos na literatura, como Criticidade, Alinhamento Estratégico e Maturidade Tecnológica, garantindo que projetos de interesse sejam avaliados sob a perspectiva dos objetivos estratégicos da Defesa e da sociedade.

A gestão da propriedade intelectual foi igualmente priorizada, garantindo a proteção contra o uso indevido. Também foram emitidos pareceres de assessoramento em Propriedade Intelectual e realizadas valorações tecnológicas para informar decisores sobre o valor das tecnologias.

Essas iniciativas consolidam o compromisso do Exército Brasileiro com a inovação e a segurança, promovendo um desenvolvimento sustentável e garantindo benefícios sociais à população por meio de uma Defesa moderna e eficaz.

3.4.3 PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE SISTEMAS E MATERIAIS DE EMPREGO MILITAR (SMEM)

O EB desenvolve pesquisa científica e experimental, promove o assessoramento científico e tecnológico e aplica o conhecimento, visando à obtenção de Produtos de Defesa (PRODE) de interesse do Exército e do Ministério da Defesa. Ademais, os produtos de interesse passam pelos procedimentos de Teste & Avaliação (T&A) de Sistemas e Materiais de Emprego Militar (SMEM) e Produtos Controlados pelo Exército (PCE), objetivando fornecer informações essenciais à tomada de decisão do Comando do Exército, garantir a segurança da sociedade e contribuir para a Defesa Nacional.

Além disso, essas atividades contribuem para a expansão e modernização da infraestrutura laboratorial de ensaios de armamento leve e pesado, de sistemas de comunicação e eletrônica, de mísseis e foguetes e de veículos militares, capacitação dos recursos humanos na área de T&A, apoio às entidades de ensino, governamentais e empresariais e contribuição e apoio para a pesquisa, inovação e o desenvolvimento das Empresas da Base Industrial de Defesa e Segurança, com o objetivo da ampliação do poder dissuasório do País.

Em 2024, foram realizadas as seguintes atividades:

RESULTADOS DA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE SMEM

ATIVIDADES	UTILIZADOS (R$)	RESULTADOS
Resultados de Testes e Avaliações de Equipamentos de Defesa	72.778.663,96	Realizadas avaliações em protótipos, incluindo monóculos de visão, sistemas de monitoramento e rádios, além de testes de proteção balística, armamentos e munições. Exames de resistência balística dos materiais foram conduzidos e colaborações técnicas foram concretizadas para aprimorar o desenvolvimento dos projetos.

Fonte: DCT, 2024.

3.4.4 OBTENÇÃO DE SMEM

Em 2024, o Sistema de Fabricação do Exército, composto por três Arsenais de Guerra, investiu R$ 83,7 milhões em atividades de desenvolvimento, modernização e manutenção de equipamentos para reforçar a segurança e a capacidade operacional. As aquisições complexas receberam R$ 34,8 milhões, resultando na assinatura do contrato para 420 veículos blindados e na entrega de uma unidade de transporte. Essa iniciativa aumentou a percepção de segurança, gerou conhecimento e renda, além de criar empregos e ampliar a cadeia logística.

Na modernização tecnológica, R$ 13,5 milhões foram aplicados, com a entrega de protótipos de veículos blindados, contrato para atualização de radares e aprimoramento de sistemas de armas, contribuindo para a economia de recursos e atualização dos meios de defesa. A manutenção dos equipamentos utilizou R$ 1,5 milhões, garantindo a continuidade dos serviços de defesa essenciais.

A fabricação de diversos materiais, incluindo morteiros e redes de camuflagem, contou com R$ 30,7 milhões, ampliando as capacidades de segurança e gerando novas oportunidades de negócios. A revitalização, com um investimento de R$ 3,2 milhões, possibilitou a recuperação de morteiros e obuses, essencial para a manutenção da capacidade dissuasória.

Revitalização de morteiros no Arsenal de Guerra do Rio.
Foto: Acervo do CCOMSEx.

3.5 ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

3.5.1 INTRODUÇÃO

A Gestão da Engenharia e Construção, macroprocesso de suporte da CVA-EB, tem a finalidade de prover a gestão patrimonial e da infraestrutura e é coordenada pelo Departamento de Engenharia e Construção (DEC), assim como as atividades de gestão do meio ambiente.

O Objetivo Estratégico do Exército (OEE) 02 - Aprimorar a contribuição com o desenvolvimento nacional, a paz social e a política externa – tem como uma das intenções o aprimoramento do atendimento às ações subsidiárias, na proteção e no controle ambiental e no apoio à defesa civil e ao desenvolvimento sustentável, participando na execução de obras de engenharia em todo o território nacional, em proveito do desenvolvimento do País.

3.5.2 GESTÃO DOS PROJETOS DE ENGENHARIA

A gestão dos projetos de engenharia refere-se à elaboração dos Projetos Básicos e Executivos, que irão subsidiar a execução de obras nas diversas OM do EB.

Em 2024, foram desenvolvidos os seguintes projetos:

RESULTADOS DA GESTÃO DOS PROJETOS DE ENGENHARIA

PROJETOS ELABORADOS	BENEFÍCIOS	UTILIZADOS (R$)
Projeto de adequação do Laboratório Antonio Real Martins (LARM) – Fase 1 – CTEx	Melhorar o atendimento aos integrantes do IME	1.821.899,93
Projeto de adequação das instalações do Colégio Militar da Vila Militar (CMVM/RJ) – Fase 2	Melhorar o atendimento aos integrantes da OM e aos alunos	14.974.121,67
Projeto de adequação do Hotel de Trânsito de Oficiais de Cuiabá-MT	Melhorar o atendimento à família militar	3.039.736,48
Projeto de construção do Complexo de Saúde General de Brigada Médico João Severiano da Fonseca (1ª Fase)	Melhorar o atendimento à família militar	113.572.541,98
TOTAL		**133.408.300,06**

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024.

Construção de estrada pelo 8º BEC, Santarém (PA).
Foto: Acervo do CCOMSEx.

3.5.3 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

A Gestão do Patrimônio Imobiliário consiste no conjunto de ações que compreende a utilização, o controle e a conservação do bem, segundo a destinação natural ou legal de cada um e, em sentido amplo, inclui a alienação dos bens revelados inúteis ou inconvenientes ao serviço público, bem como a aquisição de novos bens.

Para supervisionar as atividades relacionadas com a administração dos bens imóveis da União administrados pelo Comando do Exército e o patrimônio ambiental nessas áreas, o EB utiliza como apoio o Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet) e o Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (SIGPIMA).

Nas atividades de patrimônio imobiliário, durante o ano de 2024, o EB utilizou recursos orçamentários na ordem de R$ 4.186.000,00.

RESULTADOS DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

ATIVIDADES	RESULTADOS	UTILIZADOS (R$)
Adequação de ativos de infraestrutura das OM	Melhoria das instalações visando à segurança patrimonial, com 120 OM beneficiadas	3.716.073,77
Capacitação	- Realização de capacitações no Centro de Instrução de Engenharia - Setorial de patrimônio imobiliário e avaliação de imóveis urbanos, com 78 militares capacitados. - Estágio de avaliação de imóveis rurais, no 11º Depósito de Suprimento, com 13 militares capacitados.	303.552,51
Adequação da gestão patrimonial das OM administradas pelo Cmdo Ex	Melhoria da gestão patrimonial dos imóveis da União administrados pelo Cmdo Ex, com 74 OM beneficiadas.	166.237,33
TOTAL		4.185.863,61

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024.

Uma atividade importante na Gestão do Patrimônio Imobiliário refere-se ao desfazimento de ativos que, em 2024, obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS DO DESFAZIMENTO DE ATIVOS

TIPO DE OPERAÇÃO	Nº DE CADASTRO (NOCAD) DO IMÓVEL	ÁREA (M²)	BENEFÍCIOS
Devolução de Imóveis à SPU	14	1.589.077,88	Possibilitar a destinação de áreas em desuso a outros órgãos públicos da Administração Direta ou Indireta, Estados ou Municípios, a critério da SPU.

Fonte:DEC, 2024.

3.5.4 GESTÃO DE OBRAS MILITARES

Para supervisionar as atividades de obras militares, construindo e mantendo a infraestrutura de que a Força Terrestre necessita para alcançar seus objetivos estratégicos e apoiar a família militar, o EB utiliza o Plano Básico de Construção (PBC), onde consta o planejamento quadrienal de obras militares.

Os Planos de Descentralização de Recursos para as Atividades de Engenharia (PDRAEng) contemplam as metas físico-financeiras anuais. O Comitê de Gestão de Obras Militares (CGOM) avalia e monitora a execução de obras militares relacionadas ao PDRAEng EME-DEC.

Para controlar o ciclo das obras, o EB emprega o Sistema Unificado de Processo de Obras (OPUS).

A Gestão de Obras Militares abrange as obras e os serviços de engenharia realizados em OM e em Próprios Nacional Residencial (PNR). Os PNR são edificações utilizadas com a finalidade específica de servir de residência para os militares da ativa do Exército.

O quadro ao lado mostra a quantidade de obras e serviços realizados em 2024:

RESULTADOS DA GESTÃO DE OBRAS MILITARES

ATIVIDADES	RESULTADOS	UTILIZADOS (R$)
Obras de construção de PNR	12 PNR construídos	7.681.048,80
Serviços de manutenção de PNR	60 PNR manutenidos	4.384.036,10
Obras de construção de edificações militares	15 edificações militares construídas	37.243.253,35
Serviços de manutenção em edificações militares	168 edificações militares manutenidas	77.668.237,23
TOTAL		126.976.575,48

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024.

3.5.5 GESTÃO DO MATERIAL DE ENGENHARIA

A Gestão do Material de Engenharia tem por finalidade aprimorar a capacidade operativa da força militar para suas atividades de preparo ou emprego, assim como potencializar condições mais favoráveis à participação do Exército em ações subsidiárias, especialmente as voltadas para a Defesa Civil, assim como de desenvolvimento nacional e regional.

Em 2024, o montante de recursos aplicados, com as principais iniciativas relativas ao material de engenharia, foi de aproximadamente R$ 20 milhões, conforme discriminação da tabela:

RESULTADOS DA GESTÃO DO MATERIAL DE ENGENHARIA EM 2024

ATIVIDADES	RESULTADOS	UTILIZADOS (R$)
Aquisição e manutenção de materiais das Organizações Militares de Engenharia (OME)	28 OME beneficiadas	9.291.839,05
Aquisição de embarcação de Logística de Manutenção e dique flutuante para implantação do SISFRON	CECMA (4 OM beneficiadas)	3.532.533,81
Aquisição de equipamentos e materiais de engenharia para a recomposição da capacidade e dos meios da Força Terrestre (OCOP)	5 OM beneficiadas	7.492.219,25
TOTAL		**20.316.592,11**

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024.

3.5.6 GESTÃO DO MEIO AMBIENTE

A Gestão Ambiental e a proteção do meio ambiente são temas transversais em todas as atividades desenvolvidas pela Força. As áreas patrimoniais imobiliárias sob a administração do EB promovem a sustentabilidade, atuando na prevenção, preservação e recuperação do meio ambiente, protagonizando significativas ações de controle e proteção, o que pode ser comprovado ao se comparar estas áreas com outras ao seu entorno.

O Departamento de Engenharia e Construção (DEC) é o Órgão de Direção Setorial (ODS) que tem por finalidade, dentre outras, planejar, coordenar, controlar e aperfeiçoar as atividades do meio ambiente (conforme caput do art. 1º do Regulamento do DEC, EB10-R-04.001).

A Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA), Órgão de Apoio Setorial e técnico-normativo-consultivo do DEC, tem por finalidade normatizar, superintender, fiscalizar, orientar e coordenar as ações, dentre outras, a gestão do meio ambiente e sustentabilidade no âmbito do Comando do Exército (conforme caput do art. 1º do Regulamento da DPIMA, EB10-R-04.003).

As principais normas norteadoras são:

a. Política Nacional do Meio Ambiente;

b. Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro, aprovada pela Portaria Nº 1.138, do Comandante do Exército, de 22 de novembro de 2010;

c. Política de Desenvolvimento Sustentável do Exército Brasileiro (PDSEB), aprovada pela Portaria - EME/C Ex Nº 505, de 9 de setembro de 2021;

d. Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro, aprovada pela Portaria – C Ex Nº 571, de 6 de novembro de 2001;

e. Diretriz para adequação do Exército Brasileiro à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada pela Portaria - Cmt Ex Nº 1.275, de 28 de dezembro de 2010;

f. Diretriz para Ações Voltadas ao Meio Ambiente no âmbito do Exército Brasileiro (EB10-D-04.001), aprovada pela Portaria - Cmt Ex Nº 737, de 28 de julho de 2020.

g. Normas Relativas a Animais Silvestres nas Organizações Militares do Exército Brasileiro (EB50-N-04.002), aprovada pela Portaria Nº 136 - DEC, de 31 de julho de 2020;

h. Instruções Gerais para o Sistema de Gestão Ambiental no Âmbito do Exército (IG 20-10), em revisão, aprovadas pela Portaria Cmt Ex Nº 386, de 9 de junho de 2008;

i. Instruções Reguladoras para o SIGAEB (IR 50-20), em revisão, aprovadas pela Portaria - DEC nº 001, de 26 de setembro de 2011;

j. Diretriz do Programa de Conformidade Ambiental do Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro, aprovada pela Portaria Nº 075 - DEC, de 25 de setembro de 2023;

k. Caderno de Instrução sobre Orientações Práticas para Adequação Ambiental em Organizações Militares (EB50-CI-04.006), aprovado pela Portaria Nº 005 – DEC, de 23 de janeiro de 2019;

l. Caderno de Instrução sobre Orientações Práticas relacionadas aos Serviços Florestais em Organizações Militares (EB50-CI-04.007), aprovado pela Portaria – DEC/C Ex Nº 066, de 13 de março de 2023;

m. Caderno de Instrução sobre Instalação, Operação e Remoção de Tanques Subterrâneos de Combustível no Âmbito do Exército Brasileiro (EB50-CI-04.003), aprovado pela Portaria Nº 070 – DEC, de 10 de outubro de 2018;

n. Caderno de Instrução de orientação técnica ambiental para instalação e operação dos módulos de abastecimento de combustível em apoio à Operação Carro-Pipa e demais programas, 1ª Edição, 2012, aprovado pela Portaria Nº 003 – DEC, de 19 de dezembro de 2012;

o. Caderno de Orientação para as práticas ambientais do Exército Brasileiro em missões sob a égide de Organismos Internacionais, 1ª Edição, 2017, aprovado pela Portaria Nº 044-DEC, de 7 de dezembro de 2017; e

p. Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (EB10-R-12.009), aprovado pela Portaria nº 816-Cmt Ex, de 19 dezembro de 2003.

As principais iniciativas de gestão ambiental realizadas, em 2024, compreendem:

- elaboração pelas OM do plano de gestão ambiental (PGA) e do plano de gerenciamento de resíduos sólidos (PGRS), com análise técnica pela DPIMA;

- realização da conformidade ambiental anual de todas as OM, em 2024, com concessão do Selo Imbaúba de Sustentabilidade para aquelas OM que alcançaram um índice de conformidade ambiental superior a 90%. Foram agraciadas com o Selo Verde-Oliva de Sustentabilidade 81 OM distribuídas por todas as Regiões Militares; e

- análise das minutas de contrato de 75 OM do EB e estabelecimento de parâmetros para fiscalização da execução contratual relativa aos serviços de gerenciamento de resíduos contratados de terceiros, atendendo às recomendações do Acórdão 650/2018 do Tribunal de Contas da União (TCU).

Usina fotovoltaica do QGEx, Brasília-DF.
Foto: Acervo do CCOMSEx.

3.5.7 GESTÃO DAS OBRAS DE COOPERAÇÃO

A Gestão de Obras de Cooperação tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento nacional e para o adestramento dos militares de Engenharia do Exército Brasileiro, por intermédio de obras e serviços de engenharia, em parceria com órgãos públicos, nas esferas federal, estadual e municipal.

Essas obras, como a pavimentação de estradas de rodagem, a construção de ferrovias e a pavimentação de ruas em diversas cidades brasileiras, são realizadas com elevada qualidade técnica para entregar um excelente produto para a sociedade brasileira, contribuindo, assim, para:

- melhoria das condições de trafegabilidade das rodovias durante as estações do ano;
- garantia da logística de suprimentos e escoamento da produção;
- captação de investimentos privados, assim como divisas para o País;
- geração de emprego e renda, segurança e mobilidade; e
- melhoria da qualidade de vida da população local.

Em 2024, foram concluídos 3 instrumentos de parceria e 18 encontram-se em andamento, conforme tabelas a seguir:

OBRAS DE COOPERAÇÃO CONCLUÍDAS EM 2024:

OBRA	LOCAL/ÁREA DE ABRANGÊNCIA	UNIDADE EXECUTORA	INSTRUMENTO DE PARCERIA	ÓRGÃO CONCEDENTE	PERÍODO	EFETIVOS	UTILIZADOS (R$)
Conservação da BR-381/MG	BR-381/MG - PATO	2º BFv	TED nº 195/2022	DNIT	16/05/2022 a 05/05/2024	120	9.772.315,21
Restauração da BR 135/MA	Estiva/Estreito dos Mosquitos/MA	3° BEC	TED nº 731/2019	DNIT	11/11/2019 a 29/07/2024	152	38.267.235,94
Obras de infraestrutura hídrica em municípios do Estado do Rio Grande do Norte – perfuração de poços tubulares	Acari, Alexandria, Currais Novos, Cruzeta, Florânia, João Dias, Jucurutu, Parelhas, Pau dos Ferros e São Vicente	7º BE Cmb	TED nº 09/2021	MIDR	25/10/2021 a 25/10/2023 (*)	41	1.510.865,55

Fonte: DEC, 2024.

(*) Os poços foram entregues aos Municípios beneficiados à medida em que foram concluídos. O órgão Concedente aprovou a Prestação de Contas e realizou o registro de aprovação no SIAFI no 1º trimestre de 2024.

Perfuração de poço no RN.
Foto: Acervo do CCOMSEx.

OBRAS DE COOPERAÇÃO EM ANDAMENTO EM 2024:

OBRA	LOCAL/ ÁREA DE ABRANGÊNCIA	UNIDADE EXECUTORA	INSTRUMENTO DE PARCERIA	ÓRGÃO CONCEDENTE	PERÍODO	EFETIVOS	UTILIZADOS (R$)
Execução de serviços referentes ao Programa de Contratos de Recuperação e Manutenção Rodoviária – CREMA na Rodovia BR – 226/RN	Natal/ Florânia/ Campo Grande – RN	1° BEC	TED n° 554/2019	DNIT	22/08/2019 a 23/08/2025	189	77.519.499,35
Implantação e Pavimentação da Rodovia BR-367/MG	Salto da Divisa/ Gouveia/ Almenara – MG	2° BEC	TED n° 403/2022	DNIT	25/08/2022 a 04/08/2026	130	36.650.933,18
Execução dos serviços de Manutenção (Conservação/ Recuperação) da BR-222	Piripiri/São João do Arraial – PI	2° BEC	TED n° 484/2022	DNIT	12/07/2022 a 20/09/2025	81	18.512.903,44
Execução de serviços do Programa CREMA, junto à rodovia BR-135/MA	Guadalupe – PI e Bacabeira/ Miranda do Norte – MA	3° BEC	TED n° 531/2020	DNIT	07/08/2020 a 12/07/2025	169	100.959.539,81
Implantação da Ferrovia de Integração Oeste - Leste – FIOL[1]	Correntina – BA	4° BEC	TED n° 01/2020	INFRA S.A.	09/09/2020 a 08/11/2024	0	37.528.382,78
Serviços de Manutenção e Conservação da Rodovia BR-110/PE e BR-316/PE	Petrolândia/Inajá/ Ibimirim – PE	7º BE Cmb	TED nº 280/2020	DNIT	11/05/2020 a 12/05/2025	56	15.750.978,24
Op Seridó II - Implantação de 14 sistemas de abastecimento de água simplificados, com perfuração e captação em poços profundos, instalação de bombeamento, reservatório e distribuição por meio de chafariz, e com dessalinização[1]	Lajes Pintadas/ São Tomé/ Coronel Ezequiel/ Campo Redondo/ Jaçanã/ Santa Cruz e Currais Novos – RN	7° BE Cmb	TED n° 04303220220011-674 / 2022	MIDR	08/12/2022 a 08/12/2024	0	1.863.878,48
Implantação das ruas laterais na travessia do rio Jaru/RO; Remanescente e correção de defeitos em Jaru/RO	Jaru – RO	5° BEC	TED n° 656/2020	DNIT	02/10/2020 a 02/10/2025	140	36.657.557,56

(1) A obra foi concluída, contudo o Instrumento de Parceria encontra-se em fase de Prestação de Contas Final - PCF.

Fonte: DEC, 2024.

Obras de implantação e pavimentação de trecho da BR-367.
Fotos: 2º BEC.

OBRA	LOCAL/ ÁREA DE ABRANGÊNCIA	UNIDADE EXECUTORA	INSTRUMENTO DE PARCERIA	ÓRGÃO CONCEDENTE	PERÍODO	EFETIVOS	UTILIZADOS (R$)
Implantação e pavimentação da rodovia BR-432/RR[1]	Cantá – RR	6º BEC	TED nº 622/2017	DNIT	16/10/2017 a 14/10/2024	160	38.377.764,50
Implantação e Pavimentação, com aquisição de equipamentos, da rodovia BR – 156/AP	Cachoeira Santo Antônio - Front Brasil/Guiana Francesa para Mazagão – AP	8° BEC	TED n° 884/2020	DNIT	13/01/2021 a 10/12/2025	261	42.242.862,74
Execução dos serviços de Manutenção (Conservação/ Recuperação) da rodovia BR-307/AM[1]	Cruzeiro do Sul – AC/ São Gabriel da Cachoeira – AM	21ª Cia E Cnst	TED n° 462/2018	DNIT	03/09/2018 a 03/09/2024	24	28.192.481,64
Ampliação e Restauração do Aeroporto de Dourados/MS[1]	Dourados - MS	9° BEC	TED n° 03/2017	SAC	19/12/2017 a 30/06/2024	0	94.936.212,66
Melhoria de capacidade da BR-116/RS, incluindo a duplicação, do seguimento rodoviário Guaíba/Pelotas-RS[1]	Jaguarão/Guaíba/ Pelotas – RS	1° BFV	TED n° 919/2018	DNIT	18/12/2018 a 18/12/2024	126	156.620.318,98
Execução de serviços e das obras de engenharia remanescentes da barragem arvorezinha, em Bagé- RS	Bagé - RS	1° BFV	CONVÊNIO DE RECEITA n° 002/2021	Prefeitura de Bagé/RS	07/03/2022 a 07/03/2026	101	14.772.787,00
Duplicação e Restauração da Rodovia GO-213	Morrinhos / Caldas Novas – GO	2° BFV	CONVÊNIO DE RECEITA n° 04/2023	GOINFRA	04/07/2023 a 04/07/2027	288	80.111.200,00
DESAR V - Implantação e Adequação de Infraestrutura no Município de Araguari/MG	Araguari/MG	2° BFV	CONVÊNIO DE RECEITA n° 003/2023	Prefeitura de Araguari/MG	11/04/2023 a 21/04/2027	143	4.964.939,01
Mobilização, montagem, operação, desmontagem e desmobilização de pontes metálicas móveis utilizadas no restabelecimento do tráfego em locais com tráfego interrompido pelo estado de calamidade pública ocorrido no Rio Grande do Sul.	Santa Maria/ Lajeado/RS e Arroio do Meio / Pelotas/RS	3° BE Cmb	TED nº 05/2024	SEDEC/MIDR	20/12/2024 a 31/12/2025	83	13.876,91
Montagem, operação, manutenção e desmontagem de Ponte de Equipagem Metálica sobre o Rio Perequê	Itapema/Porto Belo – SC	5° BE Cmb Bld	CONVÊNIO DE RECEITA n° 2023TR001016	Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil/SC	14/09/2023 a 06/05/2025	8	716.119,70

(1) A obra foi concluída, contudo o Instrumento de Parceria encontra-se em fase de Prestação de Contas Final - PCF.

Fonte: DEC, 2024.

3.5.8 PROGRAMA SETORIAL SISTEMA DE ENGENHARIA (PRG S PENSE)

O Programa Setorial Sistema de Engenharia do Exército (PENSE) visa à ampliação da capacidade operacional do Sistema de Engenharia do Exército (SEEx) em operações militares e nas atribuições subsidiárias.

No ano de 2024, o Programa PENSE aplicou recursos na ordem de R$ 746.000,00, conforme abaixo especificado:

ENTREGAS	RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)
Construção do alojamento de alunos do Centro de Instrução de Engenharia (CI Eng)	73.590,01	746.231,45
Aquisição de mobiliário para alojamento de alunos do CI Eng	102.003,86	
Aquisição de mobiliário e equipamentos para oficina pedagógica	77.363,68	
Construção do pavilhão náutico do CI Eng	111.476,12	
Aquisição de mobiliário e equipamentos para Cia E Eqp Mnt	138.344,43	
Aquisição de equipamentos de tecnologia da informação para o do CI Eng	139.885,47	
Apresentação de propostas de aperfeiçoamento de produtos doutrinários de engenharia	45.078,18	
Adequação das instalações da oficina pedagógica	58.489,70	

Fonte:DEC, 2024.

Simulador tático de adestramento dos equipamentos de engenharia.

Fotos: Acervo do CCOMSEx.

3.6 GESTÃO DE PESSOAL

3.6.1 INTRODUÇÃO

A Gestão de Pessoal, macroprocesso de suporte constante da Cadeia de Valor Agregado do Exército Brasileiro (CVA-EB), é realizada pelo Departamento-Geral do Pessoal (DGP), que é também o responsável pelo Objetivo Estratégico do Exército nº 9 (OEE 09) – Fortalecer a Dimensão Humana, onde estão definidas as prioridades da Política de Pessoal.

Este objetivo estratégico busca proporcionar melhores condições ao exercício das funções e dos cargos, bem como apoiar a Família Militar, de forma a potencializar a motivação dos recursos humanos para o cumprimento das missões, aumentando a prontidão de pessoal.

O Exército Brasileiro teve um efetivo autorizado, para o ano de 2024, de 212.217 militares, conforme o Decreto n° 11.884, de 18 de janeiro de 2024. O efetivo dos militares de carreira é de aproximadamente 48.000 militares. Para completar o efetivo, contou com militares prestando serviço militar voluntário ou obrigatório. As diretrizes de pessoal do Exército Brasileiro, coordenadas pelo Estado-Maior do Exército e implementadas pelo DGP, definem os rumos estratégicos da gestão de pessoas no Exército Brasileiro.

A composição do efetivo do Exército Brasileiro é baseada na otimização da gestão de pessoas, de modo a dimensioná-lo para atender adequadamente às necessidades da Força, mas considerando a sustentabilidade em médio e em longo prazos. A fim de aumentar a atratividade e melhorar o processo de seleção, são implementadas medidas que possibilitam o crescimento profissional do militar enquanto permanecer no serviço ativo. A contratação de pessoal da reserva, como Prestador de Tarefa por Tempo Certo (PTTC), também é uma realidade, constituindo-se em excelente capital intelectual, altamente especializado e conhecedor da Força.

Os militares de carreira são aqueles da ativa que, no desempenho voluntário e permanente do serviço militar, tenham vitaliciedade, assegurada ou presumida, ou estabilidade adquirida nos termos da alínea “a” do inciso IV do caput do art. 50 do Estatuto dos Militares.

Dentre o pessoal civil, o Comando do Exército contava, no mês de dezembro de 2024, com 2.960 (dois mil novecentos e sessenta) servidores civis ocupantes de cargo efetivo, mediante concurso público, amparados pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que possuem vínculo estatutário e atuam no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), Plano de Carreira da Área de Ciência e Tecnologia (C&T), Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar (PCCTM), bem como nas carreiras de Magistério Superior e Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT); contando ainda, com 146 (cento e quarenta e seis) servidores ocupantes de Cargos em Comissão que são de livre nomeação e exoneração.

3.6.2 PROGRAMA SETORIAL FORÇA DA NOSSA FORÇA

Com o objetivo de fortalecer a Dimensão Humana da Força, foi concebido o Programa Setorial Força da Nossa Força (Prg S FNF), o qual busca atingir os seguintes objetivos específicos:

- valorizar a Força de Trabalho e contribuir com o aumento da operacionalidade da Força Terrestre;
- melhorar a qualidade de vida da Família Militar;
- modernizar e proporcionar sustentabilidade ao Sistema de Saúde do Exército; e
- aperfeiçoar a gestão do Sistema de Pessoal.

Desta maneira, conta atualmente com 2 (dois) Projetos distribuídos fisicamente pelas Diretorias e pelo Escritório Prg FNF do DGP.

Os Projetos que fazem parte do Escopo do Programa são:

1. Projeto EB S@úde com 4 (quatro) Subprojetos:

a. modernização do Sistema de Encaminhamentos Médicos/Cadastros de Beneficiários - SIRE/CADBEN (SIRE 2.0) - desenvolvimento de aplicativo para o controle dos processos de auditoria médica e gestão financeira e orçamentária do Sistema de Saúde do Exército (SSEx);

b. modernização do Sistema Hospitalar do Hospital Central do Exército (MSISHCE) - convocação e capacitação de técnicos em TI, licenças de software e integração das OMS da 1ª RM, com uso dos módulos Ambulatorial e para Emergências, desenvolvidos no HCE;

c. desenvolvimento do Sistema de Informações Hospitalares do Exército Brasileiro (SIH-EB) - modernização da infraestrutura de TI com a customização do aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários para uso nas OMS. Fruto de convênio com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre; e

d. Painel de Indicadores do Sistema de Saúde do Exército (PI SSEx) - ferramenta de TI que integra variada gama de dados corporativos do SSEx, permitindo acompanhar a eficiência das OMS e gerando conhecimentos para o apoio à decisão.

2. Projeto Sistema Corporativo de Gestão do Pessoal (SisCoGeP): atividade forte em TI - dará prosseguimento ao trabalho do MAP (Mapeamento e Automação de Processos), promovendo a “automação” dos processos finalísticos mapeados e melhorados.

3. Projeto EB F@cil: encerrado em 2 de setembro de 2024, implementou Postos de Atendimento Imediato nas sedes das RM com objetivo de facilitar o acesso das pessoas, civis e militares, aos serviços prestados pelo Exército Brasileiro (Fiscalização de Produtos Controlados, Identificação Militar, Assistência Social, Setor de Inativos e Pensionistas, Comunicação Social, dentre outros) com qualidade, eficiência, rapidez e sem burocracia.

ENTREGAS DO PRG S FNF EM 2024

PROJETOS	ENTREGAS	UTILIZADO (R$)
Projeto EB S@úde	Aquisição de equipamentos de TI para os hospitais e VOT para acompanhamento nas OMS do projeto.	9.242.031,27
Projeto Sistema Corporativo de Gestão do Pessoal do Exército (Projeto SisCoGeP)	Módulos “Processo de Reserva”, “Integração de Login com o SiCaPEx” e o de “Incorporação e de Notificação”.	556.626,52
Projeto EB F@cil	Adaptação das instalações para o Posto de Atendimento da Guarnição de Santa Maria.	15.906,24
TOTAL		**9.814.564,03**

Fonte: DGP, 2024.

3.6.3 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A avaliação dos militares é realizada por meio do Sistema de Gestão do Desempenho do Pessoal Militar do Exército (SGD), que é um recurso totalmente informatizado e que disponibiliza aos seus usuários diversos métodos de gerenciamento do desempenho, como as entrevistas entre avaliador e avaliado, a realização de uma autoavaliação e o acesso do avaliado ao resultado de suas avaliações.

O servidor civil, ao entrar em exercício no cargo de provimento efetivo, mediante concurso público, é submetido ao período de estágio probatório por 3 (três) anos, durante o qual sua aptidão e sua capacidade são objetos de avaliação para o desempenho do cargo, para fins de efetivação da estabilidade no serviço público.

3.6.4 SELEÇÃO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS PARA RECOMPLETAMENTO DO EFETIVO

3.6.4.1 SELEÇÃO DE PESSOAL PARA A CARREIRA MILITAR

É realizada mediante concurso público nacional anual, tanto para a carreira de oficiais quanto para a de praças. Os candidatos aprovados, nas vagas estabelecidas, são matriculados nas escolas de formação militar: Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Instituto Militar de Engenharia (IME), Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército (ESFCEx), Escola de Sargentos das Armas (ESA), Escola de Sargentos de Logística (EsSLog) e Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx).

As informações a respeito do número de matriculados nas escolas de formação militar são apresentadas no item 3.7 deste relatório.

3.6.4.2 SELEÇÃO DE PESSOAL TEMPORÁRIO

O Exército possui duas formas para suprir suas necessidades em pessoal temporário: o Serviço Militar Obrigatório (SMO); e o Serviço Militar de caráter Voluntário.

O Serviço Militar Obrigatório compreende as seguintes fases: alistamento presencial (Junta de Serviço Militar para cidadãos residentes no Brasil e repartições consulares/embaixadas do Brasil para residentes no exterior) ou online, seleção geral, designação, seleção complementar e incorporação. A divulgação da convocação para o serviço militar obrigatório é feita em veículos de comunicação: TV, rádio, jornal e redes sociais, tanto em nível federal, quanto no estadual e municipal.

O alistamento online foi implantado desde 1º de janeiro de 2018. O cidadão alistado por meio desse sistema pode obter o Certificado de Alistamento Militar (CAM), gratuitamente, acessando a página eletrônica: https://alistamento.eb.mil.br/

O Serviço Militar Temporário de Caráter Voluntário é uma forma de ingresso às fileiras do Exército por brasileiros. O serviço temporário tem caráter transitório, com duração de 12 (doze) meses, sendo prorrogável por períodos iguais, a critério da Administração Militar, até o tempo máximo permitido em lei, que é de 96 (noventa e seis) meses, contínuos ou não, como militar, em qualquer Força Armada. O ingresso ocorre por meio de processos seletivos simplificados, divulgados através de avisos de convocação, presentes nos diversos sites e plataformas digitais do Exército, em especial, nas páginas de conteúdo das Regiões Militares. Anualmente, existe a possibilidade de os cidadãos de todos os níveis de escolaridade e das mais diversas áreas profissionais passarem a integrar o Exército Brasileiro como militares temporários.

Por fim, ressalta-se a matrícula de 15.089 atiradores nos Tiros de Guerra (TG), que são uma experiência bem-sucedida entre o Exército Brasileiro e a sociedade, representados pelo poder público municipal e pelos milhares de cidadãos brasileiros que ingressam nas fileiras do Exército anualmente. Essa parceria perene e edificante, juridicamente celebrada por intermédio de convênios, está enraizada na história e na formação do povo brasileiro há mais de 110 anos e tem profundas ramificações na sociedade na qual está inserida. Os TG são conhecidos como verdadeiras "ESCOLAS DE CIVISMO E CIDADANIA".

EFETIVO DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

TIPO DE INCORPORAÇÃO	EFETIVO INCORPORADO	TOTAL
Recrutas	56.002	73.430
Atiradores nos Tiros de Guerra (TG)	14.387	
Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR)/Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR)	2.035	
Médicos, Dentistas, Farmacêuticos e Veterinários	1.006	

Fonte: DGP, 2024.

EFETIVO DO SERVIÇO MILITAR VOLUNTÁRIO

TIPO DE INCORPORAÇÃO	EFETIVO INCORPORADO	TOTAL
Oficial Combatente Temporário (OCT)	406	4.757
Oficial Técnico Temporário (OTT)	842	
Cabo Especialista Técnico (CET)	934	
Sargento Técnico Temporário (STT)	1.665	
Médicos, Dentistas, Farmacêuticos e Veterinários	910	

Fonte: DGP, 2024.

Fonte: Acervo do CCOMSEx.

3.6.4.3 SERVIDORES CIVIS

A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, instituiu o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a qual prevê, no seu inciso I do art. 8º, a nomeação como forma de provimento de cargo público, que depende de prévia habilitação em concurso público.

Compete ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), como órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), a criação de cargos efetivos, bem como a autorização para a realização de concursos e nomeação de candidatos.

3.6.5 REMUNERAÇÃO

A Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, reestruturou a carreira militar e dispôs, entre outras medidas, sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM). Essa nova legislação teve como premissas básicas: a priorização da meritocracia e a experiência militar; atração, retenção e motivação do pessoal; aperfeiçoamento da legislação existente; espelhamento das carreiras de oficiais e praças; e a própria reestruturação da carreira dos militares, não constituindo um reajuste salarial. Durante o ano de 2024, foram cumpridas todas as ações previstas na Lei nº 13.954/2019.

Em geral, a remuneração dos servidores públicos federais civis do Poder Executivo é constituída de vencimento básico, gratificações e adicionais (art. 40 e 49 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990).

Houve algumas alterações na Lei, como a instituição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos (GDACE), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de nível superior, de engenheiro, arquiteto, economista, estatístico e geólogo, optantes pela Estrutura Especial de Remuneração, os quais foram normatizados em relação aos servidores civis no âmbito do Comando do Exército. Outras informações sobre remuneração estão disponíveis em: https://www.eb.mil.br/web/ouvidoria/servidores

3.6.6 PROMOÇÕES DE MILITARES NO EXÉRCITO

Os planos de carreira estão materializados em leis, decretos e portarias que têm por finalidade estabelecer uma sistemática de promoções de militares das armas, quadros e serviços com base no mérito individual do militar e de acordo com seu tempo no posto ou na graduação.

Para as promoções dos militares, são organizados Quadros de Acesso por Antiguidade (QAA) e Quadros de Acesso por Merecimento (QAM). Ademais, para as promoções aos postos de Oficiais-Generais, são organizados os Quadros de Acesso por Escolha (QAE). Tais quadros consideram a antiguidade e o merecimento dos militares habilitados.

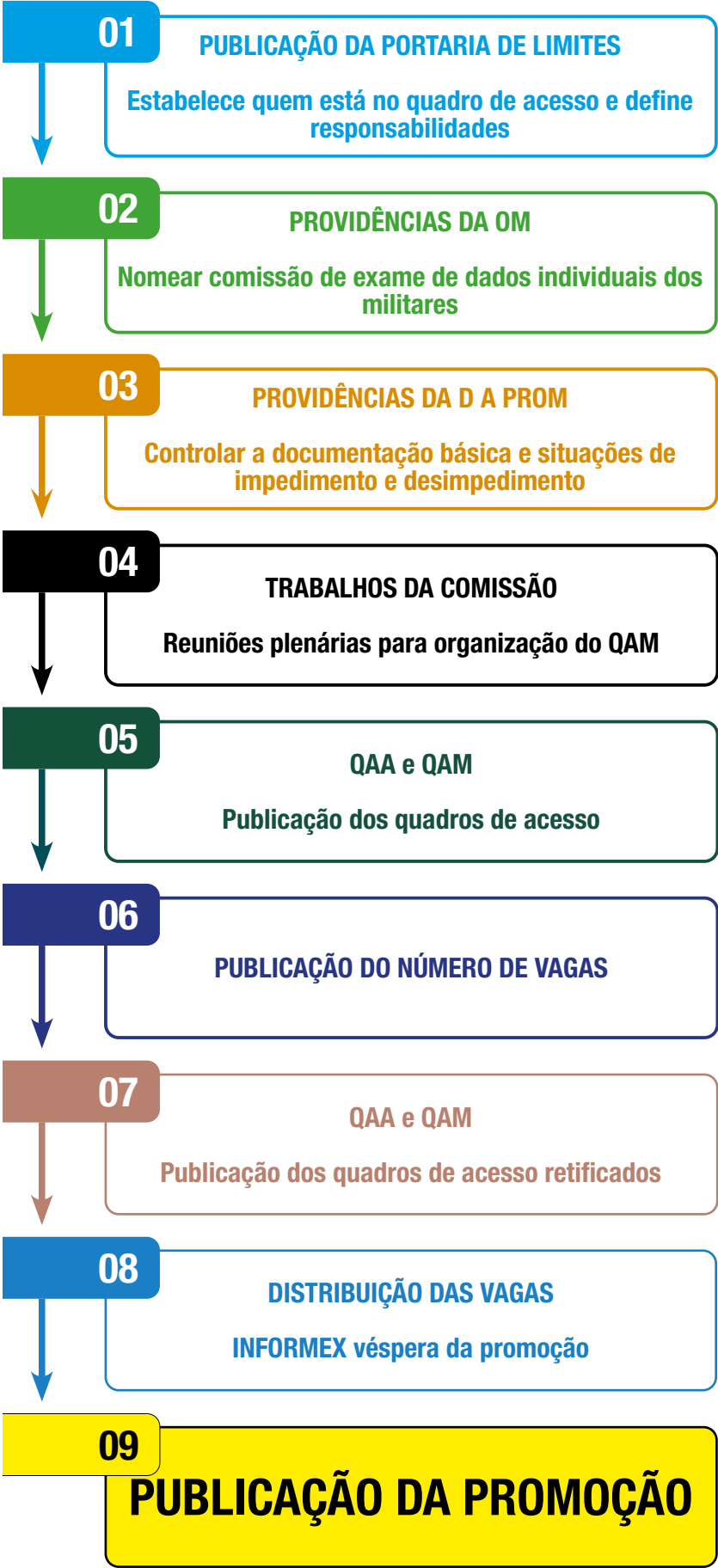
Para a organização dos Quadros de Acesso (QA), há 3 (três) Comissões de Promoções:

a. Comissão de Promoção de Oficiais (CPO);

b. Comissão de Promoção do Quadro Auxiliar de Oficiais (CP-QAO); e

c. Comissão de Promoção de Sargentos (CPS).

As comissões de promoções avaliam o mérito, as qualidades e os requisitos peculiares exigidos para a promoção, observando as prescrições contidas na legislação. Após tal avaliação, as mencionadas Comissões propõem a organização dos respectivos QA, pelos critérios de merecimento e de antiguidade, submetendo à aprovação do Comandante do Exército, no caso da promoção de oficiais, e do Chefe do Departamento-Geral do Pessoal, no caso da promoção de subtenentes e sargentos.

PROCESSO DE PROMOÇÃO DE MILITARES

Fonte: DGP/DAProm, 2024

3.6.7 ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O Sistema de Saúde do Exército atende, aproximadamente, 700 mil beneficiários, contemplando militares, dependentes e pensionistas, bem como prestando assistência à saúde aos ex-combatentes, assistência de saúde suplementar aos servidores civis do Exército, pensionistas dos servidores civis e seus respectivos dependentes.

Para a assistência médico-hospitalar e odontológica, o Sistema de Saúde do Exército conta com uma rede própria de atendimento por meio de 63 (sessenta e três) unidades de saúde, distribuídas por todo o território nacional.

No ano de 2024, foram emitidos 5.692.473 Comprovantes de Despesas Médicas (CDM), gerando o valor relativo à produção interna de R$ 999,3 milhões (Fonte: SIRE).

Com o objetivo de ampliar a rede de atendimento à família militar por todo o País e, concomitantemente, reduzir os gastos com encaminhamentos às Organizações Civis de Saúde (OCS) e Prestadores de Serviço Autônomos (PSA), otimizando a utilização de recursos públicos, o Exército vem desenvolvendo, via Planejamento Anual das Atividades do Sistema de Saúde do Exército (PAASSEx), estudos para a implementação de projetos de aquisição de equipamentos e materiais médico-hospitalares. Em 2024, foram recebidos cerca de R$ 59 milhões e destes valores, 100% foram utilizados.

O SISTEMA DE SAÚDE EM NÚMEROS

BENEFICIÁRIOS

O Sistema de Saúde do Exército apoia cerca de 683.361 beneficiários (FuSEx, Ex-Cmbt, PASS e isentos).

COMPROVANTES DE DESPESAS MÉDICAS (CDM)[1]

Em 2024, foram emitidos 5.692.473 CDM, gerando a produção interna de R$ 999,3 milhões.

ORGANIZAÇÕES MILITARES DE SAÚDE

63 OMS, distribuídas por todo o Brasil, dentro dos C Mil A.

UG FUSEX

142 UG FuSEx, sendo 57 OMS e 85 não OMS.

INSUMOS PARA ATENDIMENTOS INTERNOS

Os gastos com insumos para atendimentos internos nas OMS e UG FuSEx foi de R$ 221,9 milhões.

GASTOS COM ENCAMINHAMENTOS

O gasto total auditado com encaminhamento foram de R$ 1,459 bilhões, sendo emitidas 1.932.674 Guias de Encaminhamento.

GASTOS COM OPME

Gastos com Órteses, Próteses e Materiais Especiais foram de R$ 89,4 milhões.

CONTRATOS HOSPITALARES E FUNCIONAMENTO DAS OMS

O gasto total com contratos e funcionamento das OMS e UG FuSEx foi de 232,7 milhões.

EQUIPAMENTOS MÉDICOS, OBRAS E INFRAESTRUTURA

O investimento, em 2024, foi de cerca de R$ 108 milhões em equipamentos e adaptações estruturais nas OMS.

MEDICAMENTOS ONCOLÓGICOS E ALTO CUSTO

O total com medicamentos Oncológicos e de Alto Custo foi de 191,2 milhões.

(1) Comprovantes de Despesas Médicas (CDM) são os atendimentos realizados em OMS, gerando economia ao não encaminhar para as Organizações Civis de Saúde (OCS)

3.6.8 ASSISTÊNCIA SOCIAL E APOIO A INATIVOS E PENSIONISTAS

O Exército Brasileiro, por intermédio do DGP, tem a responsabilidade de planejar, orientar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades relacionadas ao Serviço de Inativos e Pensionistas do Exército e ao Sistema de Assistência Social do Exército. Para isso, diversos programas são desenvolvidos.

Na área de inativos e pensionistas, o Programa Irmãos de Armas (PIA) visa alocar recursos financeiros com distribuição para ampliar, reformar, modernizar e reaparelhar as instalações de atendimento aos civis, inativos e pensionistas. Foram atendidas 35 (trinta e cinco) Organizações Militares que possuem Seção de Veteranos e Pensionistas.

Na área de assistência social, os programas previstos no Plano de Assistência Social do Exército (PASEx) são desenvolvidos durante um quadriênio, por intermédio do estabelecimento de eixos de atuação e ações socioassistenciais, a serem monitoradas e avaliadas, anualmente, em conformidade com os Planos Regionais de Assistência Social. Para o quadriênio 2023-2026, foram estabelecidos 3 (três) Programas, cujos objetivos estratégicos orientam a elaboração de eixos de atuação e as consequentes ações socioassistenciais. São eles:

PROGRAMA VALORIZAÇÃO DA VIDA E SEUS EIXOS DE ATUAÇÃO

Tem o objetivo de proporcionar aos militares da ativa e veteranos, aos servidores civis, ativos e aposentados, aos seus dependentes e aos pensionistas uma assistência integrada, especializada e multidisciplinar, visando à prevenção, à superação e ao enfrentamento das vulnerabilidades prolongadas e temporárias, que podem afetar a saúde mental.

PROGRAMA APOIO À FAMÍLIA MILITAR E SEUS EIXOS DE ATUAÇÃO

Tem o objetivo de proporcionar à família miltar uma assistência integrada, especializada e multidisciplinar, que permeia atividades e demandas que chegam à assistência social do Exército.

PROGRAMA AMBIENTE SEGURO E SEUS EIXOS DE ATUAÇÃO

Tem o objetivo de proporcionar à família militar uma assistência integrada, especializada e multidisciplinar, visando à promoção de um ambiente seguro no trabalho e no lar.

Dentro do Programa Ambiente Seguro, a ação de prevenção dos casos de conduta atentatória contra a pessoa tem o objetivo de promover uma cultura organizacional baseada no respeito mútuo, na equidade e na proteção dos direitos de todos os militares, com foco na prevenção do assédio moral e sexual.

3.6.9 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA GESTÃO DE PESSOAL

Nº	DESCRIÇÃO	RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
1	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	612.098,00	612.094,55	99,99%
2	Atenção à saúde de populações ribeirinhas e de áreas remotas[1]	1.142.805,83	1.142.805,83	100,00%
3	Aprestamento das Forças[2]	1.350.268,00	1.350.256,76	99,99%
4	Apoio à Residência em Saúde	3.106.668,60	3.106.668,60	100,00%
5	Seleção para o Serviço Militar e apresentação da reserva em disponibilidade	5.308.558,00	5.308.554,19	99,99%
6	Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório	5.875.919,31	5.875.919,31	100,00%
7	Pagamento INFRAERO[3]	10.154.678,00	10.154.678,00	100,00%
8	Estruturação e modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	15.325.023,00	15.310.965,98	99,91%
9	Administração da Unidade[4]	46.623.909,00	46.623.906,58	99,99%
10	Produção de Micofenolato[5]	50.468.333,50	50.468.333,50	100,00%
11	Movimentação de Militares	598.078.831,00	598.078.831,00	100,00%
12	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes /Auxílio-Moradia no Exterior	1.045.164.059,00	1.045.164.052,11	99,99%
13	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2.807.224.175,00	2.807.223.793,06	99,99%
TOTAL		4.590.435.326,24	4.590.420.859,47	99,99%

Fonte: DGP, 2024 - Tesouro Gerencial – 2 JAN 25

([1]) Trata-se de recurso oriundo de Termo de Execução Descentralizada (TED), repassado ao Cmdo do Exército por meio de destaque.

([2]) Recurso da AO 21A0 para atender despesas do PO 000k e 000I e 000M, que correspondem à pesquisa em Biossegurança, Saúde em Operações e Força da Nossa Força, respectivamente.

([3]) Refere-se à folha de pagamento de servidores civis cedidos ao Exército.

([4]) Estes recursos atendem à OM/OMS do EB.

([5]) Trata-se de recurso federal para produção de medicamento no LQFEX para o governo.

3.6.10 AÇÕES DE RESPONSABILIZAÇÃO DOS MILITARES

Os militares do Exército na ativa, na reserva remunerada e os reformados estão sujeitos ao Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), que tem por finalidade definir as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas às punições disciplinares, ao comportamento dos militares, dos recursos e das recompensas, estando disponível no link: https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/1/702.

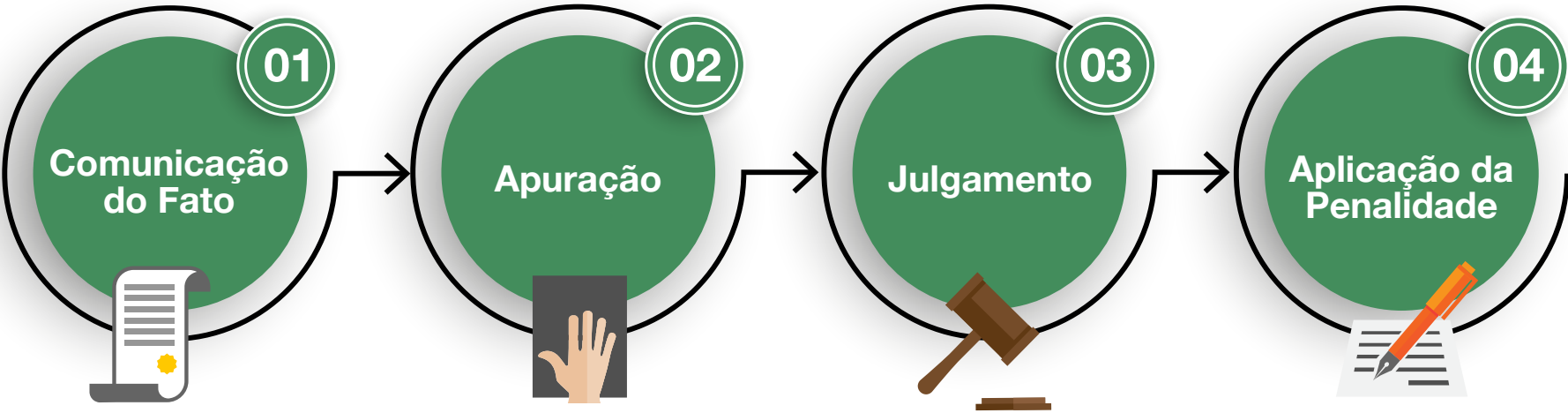
Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio, que seja ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe, conforme o RDE.

No Exército, a apuração e a responsabilização de transgressões disciplinares são realizadas em todos os níveis da estrutura de comando, chefia e direção das organizações militares (OM), conforme prevê a base normativa.

Nesse contexto, cabe ao Departamento-Geral do Pessoal (DGP), também, o registro das informações para fins de compor o processo de avaliação, de seleção e de promoção dos militares.

As atividades de responsabilização de militares subdividem-se em duas vertentes: casos relacionados à disciplina militar; e os de violações de caráter ético-moral.

No que diz respeito aos casos disciplinares, o Comando do Exército, em razão de suas especificidades, apresenta processos de responsabilização próprios, cujas atividades estão intrinsecamente relacionadas aos princípios da hierarquia e da disciplina, e têm como objetivo a apuração de transgressão disciplinar.

A aplicação da punição disciplinar visa à preservação da disciplina e tem caráter educativo.

Quanto às violações de caráter ético-moral, as condutas consideradas antiéticas praticadas por militares têm seus julgamentos realizados por intermédio de Tribunais de Honra: Conselhos de Justificação (julgamento de oficiais - Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972); e Conselhos de Disciplina (julgamento de praças - Decreto nº 71.500/72).

TRIBUNAIS DE HONRA INSTAURADOS EM 2024

TIPO	POSTO/GRADUAÇÃO	QUANTIDADE
Conselho de Disciplina	Aspirante a Oficial e Praças	17
Conselho de Justificação	Oficiais	5

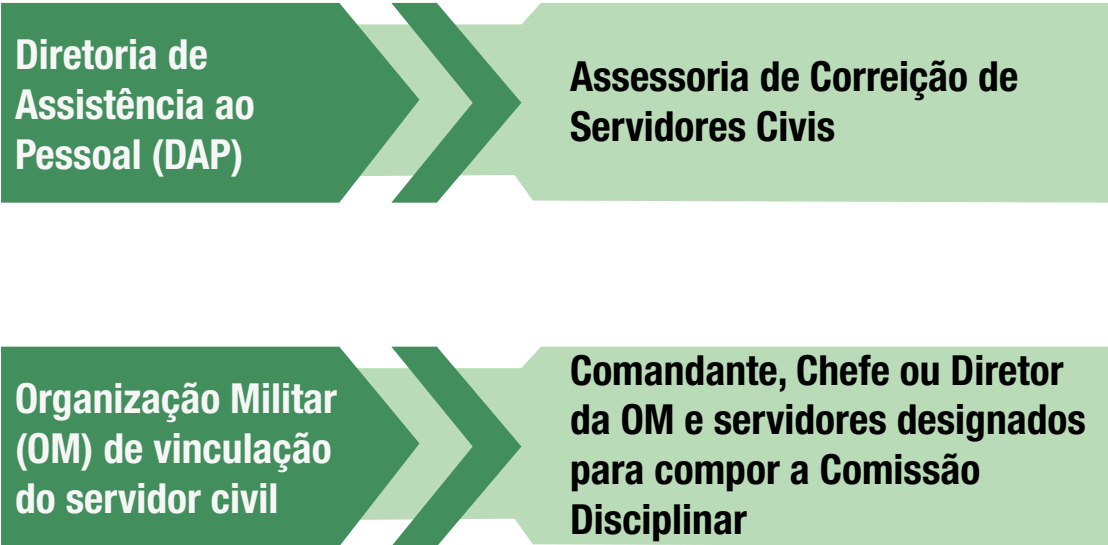
Fonte: DGP, 2024

3.6.11 AÇÕES DE CORREIÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO DOS SERVIDORES CIVIS

As atividades de correição e responsabilização relacionadas aos servidores civis, pertencentes aos Quadros e Tabelas do Comando do Exército, são coordenadas pelo Departamento-Geral do Pessoal (DGP).

O gerenciamento e a implantação dos dados referentes a todos os procedimentos apuratórios no âmbito do Comando do Exército (sindicância e processo administrativo disciplinar – PAD), no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (ePAD), são realizados de forma centralizada, pelo DGP, à exceção das demissões e da penalidade de suspensão superiores a 30 (trinta) dias, cujos registros de julgamento são efetuados no Gabinete do Comandante do Exército.

Organização Militar (OM) de vinculação do servidor civil

Comandante, Chefe ou Diretor da OM e servidores designados para compor a Comissão Disciplinar

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICADAS AOS SERVIDORES CIVIS EM 2024 (ÂMBITO EB)

PUNIÇÕES	QUANTIDADE
Demissão	0
TOTAL EXPULSIVA (A)	0
Suspensão	7
Advertência	2
TOTAL NÃO EXPULSIVA (B)	9
TOTAL GERAL (A + B)	**9**

Fonte: Sistema ePAD, AGO24

Os procedimentos correcionais de menor gravidade e suas respectivas sanções (sindicâncias que resultam em advertência e suspensão de até 30 dias) por serem instaurados e julgados nas OM de lotação dos servidores, são cadastrados pela Diretoria de Assistência ao Pessoal, a DAP, perante a ePAD, após o recebimento dos respectivos autos.

PRINCIPAIS CAUSAS DAS SANÇÕES APLICADAS (ART. 116 E 117 DA LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990)

PUNIÇÕES	QUANTIDADE
Falta à inspeção de saúde	2
Descumprimento de normas legais e regulamentares	7
TOTAL GERAL	**9**

Fonte: Sistema ePAD, AGO24

Campanha de Valores do EB
Criação: 2º Ten Bastos/CCOMSEx

3.7 EDUCAÇÃO E CULTURA

3.7.1 INTRODUÇÃO

A Gestão da Educação e Cultura é um macroprocesso de suporte constante da CVA-EB, tendo como órgão responsável o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx).

A Gestão da Educação envolve os processos de Formação e Capacitação do Profissional Militar, a Pesquisa Técnico-Científica Militar, a Educação Preparatória e Assistencial e a Capacitação Física e Desporto. A Gestão da Educação tem como finalidade a qualificação dos recursos humanos, o aperfeiçoamento do líder militar, a gestão do conhecimento, o oferecimento do ensino fundamental e médio de qualidade para a família militar, e, por fim, a higidez física dos militares da Força Terrestre (F Ter).

Inserem-se no contexto da Gestão da Educação os cursos e programas de pós-graduação, *lato e stricto sensu*, das Instituições de Educação Superior, de Extensão e de Pesquisa (IESEP) do EB que contribuem com a capacitação dos militares da Força, atendendo às necessidades institucionais, bem como com o desenvolvimento das Ciências Militares, os estudos em Defesa Nacional para a sociedade e o desenvolvimento científico-tecnológico do País. Destacam-se nesse contexto o Instituto Meira Mattos (IMM), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), e o Instituto Militar de Engenharia (IME).

A Gestão da Cultura abrange também a Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural que tem como objetivo principal a preservação e difusão do patrimônio histórico e artístico cultural de interesse do Exército, bem como dos valores e das tradições militares.

No PEEx, o OEE 8 - Aperfeiçoar os Sistemas de Educação, Cultura e Capacitação Física – gerido pelo DECEx, busca, a partir de suas iniciativas, melhorar o desenvolvimento das competências essenciais ao desempenho de cargos, em consonância com o plano de carreira, bem como o desenvolvimento e a internalização da liderança e dos valores militares. Visa, também, aprimorar a gestão e a preservação do patrimônio histórico-cultural, material e imaterial, e as atividades de ensino e pesquisa, além do desenvolvimento e da manutenção da capacidade física e do desporto, no âmbito do Exército.

Além do OEE 08, o OEE 07 - Obter Prontidão Tecnológica – que tem o DCT como gestor, contempla ações voltadas ao aprimoramento da formação militar e da capacitação técnica dos engenheiros militares.

3.7.2 FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO PROFISSIONAL MILITAR

3.7.2.1 FORMAÇÃO MILITAR

A formação militar de oficiais e sargentos do Exército assegura a qualificação inicial e básica para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções de menor complexidade nos respectivos segmentos da carreira militar.

Para tal, o ensino no Exército possui características próprias e é autônomo, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Lei de Ensino do Exército, estando integrado à educação nacional com certificações, diplomações e titulações próprias e equivalentes aos níveis de ensino do sistema nacional.

Em 2024, foram formados 2.888 militares, entre oficiais e praças pelas diversas escolas de formação do Exército, conforme tabelas a seguir:

FORMAÇÃO E GRADUAÇÃO DE OFICIAIS

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	MISSÃO	MATRICULADOS EM 2024	FORMADOS EM 2024	UTILIZADOS (R$)
Academia Militar das Agulhas Negras	Formação dos oficiais de carreira da Linha de Ensino Militar Bélico	1589*	392	14.705.294,44
Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército	Formação dos oficiais de carreira das Linhas de Ensino Militar Complementar e de Saúde.	103	97	4.601.996,86
Escola Preparatória de Cadetes do Exército	Formação dos oficiais de carreira da Linha de Ensino Militar Bélico	441	427	3.769.829,69
Instituto Militar de Engenharia	Formação de engenheiros militares e civis em diversas áreas da Engenharia, além de realização de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.	106	120	9.629.303,51
TOTAL		**2.239**	**1.036**	**32.706.424,50**

(*) Referente aos 4 anos de formação.

Fonte: DECEx e DCT, 2024.

Formatura de entrega do espadim na Academia Militar das Agulhas Negras, Resende/RJ.
Fonte: S Ten Sionir/CCOMSEx.

FORMAÇÃO DE SARGENTOS

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	MISSÃO	MATRICULADOS EM 2024	FORMADOS EM 2024	UTILIZADOS (R$)
Escola de Sargentos das Armas	Formar sargentos, habilitando-os para ocupação de cargos e desempenho de funções de terceiro-sargento e de segundo-sargento não aperfeiçoado.	535	505	8.551.071,50
Escola de Sargentos de Logística	Formar sargentos, habilitando-os para ocupação de cargos e desempenho de funções de terceiro-sargento e de segundo-sargento não aperfeiçoado.	400	393	7.381.614,55
Unidades Escolares Tecnológicas do Exército	Conduzir o 1º ano do Curso de Formação e Graduação de Sargentos (CFGS).	1082	917	2.549.475,09
Centro de Instrução de Aviação do Exército	Formar sargentos, habilitando-os para ocupação de cargos e desempenho de funções de terceiro-sargento e de segundo-sargento não aperfeiçoado.	38	37	716.868,92
TOTAL		**2.055**	**1.852**	**19.199.030,06**

Fonte: DECEx, 2024.

Formatura na Escola de Sargentos das Armas, Três Corações/MG.
Foto: Acervo do CCOMSEx.

3.7.2.2 CAPACITAÇÃO MILITAR

A capacitação continuada, por meio do aperfeiçoamento, dos altos estudos e da especialização, é imperativa ao profissional militar como condição para serem desenvolvidas, por toda a carreira, as competências necessárias à ocupação de cargos e ao desempenho de funções. Contribui, também, para habilitar o militar a fazer frente às complexas e dinâmicas situações que se apresentam ao EB no mundo contemporâneo e, em especial, ao desenvolvimento permanente da liderança, dos valores, da ética e dos deveres militares.

CAPACITAÇÃO MILITAR

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	CATEGORIA DA CAPACITAÇÃO	MATRICULADOS EM 2024	FORMADOS EM 2024	UTILIZADOS (R$)
Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas	Aperfeiçoamento	600	574	2.527.386,08
Escola de Instrução Especializada	Aperfeiçoamento	197	194	246.131,76
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais	Aperfeiçoamento	999*	491	5.479.146,74
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército	Altos Estudos	495*	246	5.899.317,07
Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército	Especialização	326*	140	853.210,70
Escola de Sargentos de Logística	Especialização	77	75	217.865,37
Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea	Especialização	132	131	618.706,44
Centro de Estudos de Pessoal/Forte Duque de Caxias	Especialização	1637	1483	1.570.912,79
Centro de Idiomas do Exército	Especialização	143	142	222.100,00
Centro de Educação a Distância do Exército	Especialização	139	100	351.720,00
Escola de Instrução Especializada	Especialização	3027	3014	3.823.923,27
Escola de Educação Física do Exército	Especialização	76	76	4.078.053,98
Escola de Equitação do Exército	Especialização	28	26	477.387,56
Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil	Especialização	297	292	220.248,08
27 Organizações Militares Vinculadas[1]	Especialização	2663	2420	12.371.181,25
TOTAL		**10.836**	**9.404**	**38.957.291,09**

(*) Referente aos 2 anos de formação.

Fonte: DECEx, 2024.

[1] As Organizações Militares (OM) vinculadas ao SECEx são as seguintes: 1º Batalhão de Operações Psicológicas, 1º Batalhão de Polícia do Exército, 2º Batalhão de Polícia do Exército, 2º Centro de Geoinformação, 3º Batalhão de Polícia do Exército, 4º Batalhão de Polícia do Exército, 9º Batalhão de Manutenção, 11º Batalhão de Infantaria de Montanha, Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, Centro de Adestramento Leste, Centro de Adestramento Sul, Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia, Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes, Centro de Instrução de Aviação do Exército, Centro de Instrução de Blindados, Centro de Instrução de Engenharia do 2º Batalhão Ferroviário, Centro de Instrução de Guerra Eletrônica, Centro de Instrução de Guerra na Selva, Centro de Instrução de Operações Especiais, Centro de Instrução de Operações no Pantanal do 17º Batalhão de Fronteira, Centro de Instrução de Operações na Caatinga do 72º Batalhão de Infantaria Motorizado, Centro de Instrução de Operações Urbanas do 28º Batalhão de Infantaria Leve, Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil, Escola Nacional de Defesa Cibernética, Escola de Comunicações, Escola de Inteligência Militar do Exército e Instituto de Economia e Finanças do Exército.

Formatura na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos, Cruz Alta/RS.
Foto: Acervo do CCOMSEx.

3.7.3 PESQUISA TÉCNICO-CIENTÍFICA MILITAR

A pesquisa científica acadêmica no Exército é regulada e avaliada por um sistema próprio com padrão de qualidade compatível e similar ao da CAPES. Destacam-se o Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da ECEME/IMM com nota 5 na avaliação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação; e o Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais do Instituto Militar de Engenharia (IME) que possui avaliação 7 da CAPES, nota máxima para um programa de doutorado no País.

Também há os cursos de pós-graduação realizados por militares do Exército em Estabelecimentos de Ensino Civis Nacionais (EECN).

Ademais, há o Programa Pró-Pesquisa do DECEx, com 13 projetos de pesquisa aprovados em 2024, em apoio às Instituições de Educação Superior, de Extensão e de Pesquisa (IESEP), que fomenta e fortalece o ciclo da produção científica acadêmica nas áreas de interesse da F Ter, quais sejam: estudos doutrinários, liderança militar, capacitação física, simulação, emprego de novas tecnologias no ensino, desafios geopolíticos para dissuasão extrarregional e regionalização de rações operacionais.

Na área da capacitação física, o Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército (IPCFEx) e a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) conduzem estudos científicos de interesse do EB direcionados para aprimorar a eficiência operacional da F Ter.

PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA MILITAR

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	LATO SENSU	MESTRADO	DOUTORADO	PÓS-DOUTORADO	UTILIZADOS (R$)
Instituto Meira Mattos	221	13	12	01	4.329.027,93
Instituto Militar de Engenharia	74	69	26	00	11.292.062,50
Estabelecimentos de Ensino Civis Nacionais	08	22	02	00	650.050,16
Instituto de Pesquisa e Capacitação Física do Exército e Escola de Educação Física do Exército	11	02	02	00	80.000,00
TOTAL	**314**	**106**	**42**	**01**	**16.351.140,59**

Fonte: DECEx e DCT, 2024.

De forma a se adequar às atuais demandas do Exército, o IME vem passando por um processo de transformação no tocante à pós-graduação e à sua participação nos processos de desenvolvimento tecnológico. Empregando o conceito de escola empreendedora e escola corporativa, passou-se a realizar atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), além das tradicionais contribuições nas áreas de pesquisa básica e pesquisa aplicada.

Nessa nova conjuntura, o Instituto passou a contar com recursos de fomento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Foram inaugurados, em 2024, o Laboratório de Inteligência Artificial, Laboratório de Simulação Nuclear e Laboratório de Segurança Cibernética.

Laboratório de mecatrônica no IME.
Foto: Acervo do CCOMSEx.

3.7.4 EDUCAÇÃO PREPARATÓRIA E ASSISTENCIAL

O EB possui 15 colégios militares (CM), que formam o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB). Eles são OM que funcionam como estabelecimentos de ensino de educação básica, nos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano), e no ensino médio (1º ao 3º ano), com a finalidade de atender às vertentes da educação preparatória e assistencial.

A educação no SCMB está fundamentada nos valores e nas tradições do EB, visando à formação do cidadão com competências que superam os ensinamentos nas salas de aula. A proposta pedagógica do SCMB está fundamentada nos princípios gerais e nos preceitos contidos no Regulamento dos Colégios Militares (EB10-R-05.173) - acessível em http://www.depa.eb.mil.br/legislacao.

EDUCAÇÃO PREPARATÓRIA E ASSISTENCIAL

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	MISSÃO	ALUNOS ATENDIDOS	UTILIZADOS (R$)
Colégios Militares	Ministrar a educação básica, no nível fundamental II, do 6º ao 9º ano, e médio, do 1º ao 3º ano, em consonância com a legislação federal da educação nacional, obedecendo às leis e aos regulamentos em vigor, inseridos em um ambiente de valores, costumes e tradições do Exército Brasileiro; tudo visando à formação do cidadão e ao despertar vocações para a carreira militar.	14.739	41.366.717,02

Fonte: DECEx, 2024.

Fonte: Acervo do CCOMSEx.

3.7.5 GESTÃO DA CAPACITAÇÃO FÍSICA E DO DESPORTO

A gestão da capacitação física no Exército é fundamental para a manutenção da higidez da tropa e para o fortalecimento do espírito de corpo em todos os escalões da F Ter. Ela se desenvolve por meio de ações integradas de qualificação de recursos humanos, de desenvolvimento de pesquisas nas áreas da capacitação física, do desporto e da equitação, da organização e participação em competições nacionais e internacionais e de normatização e difusão de conhecimentos relacionados às suas áreas de atuação.

O Programa de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) foi criado em 2008, com a finalidade de aumentar a representatividade do Brasil em competições militares e civis. Desde sua criação, o PAAR já apoiou cerca de 700 atletas, reafirmando o compromisso da Instituição com o desporto nacional.

O Programa tem como objetivos principais representar o Exército em competições nacionais e internacionais, transferir conhecimento e motivação para os militares, elevar o nome da Força no Brasil e no exterior, além de contribuir para o desenvolvimento do desporto no País. A Comissão de Desportos do Exército (CDE) utiliza o desporto como ferramenta para desenvolver valores, promover a saúde e unir pessoas. Atualmente, fazem parte do PAAR do Exército 165 atletas, sendo 141 sargentos, 1 cabo e 23 soldados.

Na última edição dos Jogos Olímpicos de Paris, 31 militares do Exército participaram, sendo conquistadas 2 medalhas de ouro, uma no judô com a 3º Sargento Beatriz Souza, na categoria +78kg, e outra no vôlei de praia com a 3º Sargento Eduarda e 3º Sargento Ana Patrícia e 2 medalhas de bronze, uma no judô por equipe, com a 3º Sargento Beatriz Souza e 3º Sargento Schmidt, e outra no voleibol por equipe, com a 3º Sargento Natália.

O PAAR reafirma o compromisso do Exército Brasileiro em apoiar o desenvolvimento do esporte de alto rendimento e elevar o nome do Brasil no cenário esportivo mundial, integrando o Exército Brasileiro com a sociedade.

Foto: FIVB.

RESULTADOS DA CAPACITAÇÃO FÍSICA E DO DESPORTO

ATIVIDADES	UTILIZADOS (R$)	RESULTADOS
Curso de Educação Física do Exército	4.078.053,98	• 70 militares capacitados (38 no Curso de Instrutor de Educação Física e 32 no Curso de Monitor de Educação Física)
Curso de Medicina Esportiva		• 6 militares capacitados
Curso de Equitação do Exército	477.387,56	• 26 militares capacitados (14 no Curso de Instrutor de Equitação e 12 no Curso de Monitor de Equitação)
Desenvolvimento do desporto nacional e militar Programa Atletas de Alto Rendimento	410.025,37	• 450 atletas atendidos em 2024 • 4 medalhas conquistadas nos Jogos Olímpicos de Paris (2 ouros e 2 bronzes) • 3 medalhas conquistadas no Campeonato Mundial Militar de Tiro com Arco (3 ouros) • 4 medalhas conquistadas no Campeonato Mundial Militar de Paratletismo (2 ouros e 2 bronzes) • 3 medalhas conquistadas no Campeonato Mundial de Paraquedismo (3 bronzes) • 2 medalhas conquistadas no Campeonato Mundial Militar de Hipismo (1 ouro e 1 prata)
TOTAL	4.965.466,91	

Fonte: DECEx, 2024.

Foto: S Ten Edmilson/CCOMSEx.

3.7.6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

A gestão do patrimônio cultural é realizada pelo Sistema Cultural do Exército (SisCEx), composto por cerca de 161 espaços culturais espalhados em todo o território nacional, depositário do rico, amplo e valioso patrimônio histórico e cultural da Instituição, material e imaterial, traduzido em costumes e tradições, em crenças e valores, em ações históricas e quotidianas.

RESULTADOS DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

ATIVIDADES	UTILIZADOS (R$)	RESULTADOS
Atividades de conservação do patrimônio cultural	1.590.769,37	Apoio às atividades do Arquivo Histórico do Exército, da Biblioteca do Exército, do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial e do Museu Histórico do Exército/Forte de Copacabana
Divulgação do patrimônio cultural	927.054,00	Apoio às atividades culturais da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
Manutenção, conservação e modernização de espaços culturais	757.582,10	Apoio a 37 (trinta e sete) espaços culturais
TOTAL	**3.275.405,47**	

Fonte: DECEx, 2024.

Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial.
Foto: Acervo do CCOMSEx.

3.8 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.8.1 INTRODUÇÃO

As atividades de Comunicação Social inserem-se no Objetivo Estratégico do Exército 10 (OEE 10) que visa fortalecer a imagem e reputação do Exército, de forma alinhada, integrada e sincronizada, gerando sinergia nos resultados para que o EB atinja seus objetivos estratégicos e seja reconhecido como uma instituição moderna, coesa, baseada nos valores e ética, com elevada capacidade operacional, logística e gestão administrativa, integrada à sociedade brasileira, com elevado índice de confiabilidade.

As prioridades estabelecidas consistem em atualizar o Sistema de Comunicação Social do Exército (SISCOMSEx), dando continuidade à implementação da comunicação estratégica, aperfeiçoando a estrutura da comunicação social e prosseguindo no estabelecimento do Sistema de Relações Institucionais. Buscam, ainda, transformar digitalmente os serviços oferecidos à sociedade e proporcionar transparência sobre os assuntos tratados pela Força, atendendo às demandas da sociedade quanto às informações sobre o EB.

O OEE 10 tem como gestor o Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx), órgão responsável por exercer a gestão da comunicação estratégica da Força e ser a unidade de atendimento ao público externo, responsável por gerir o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC-EB); além de coordenar os trabalhos dos postos de atendimento ao cidadão no âmbito do Exército Brasileiro.

As atividades de Comunicação Social são realizadas por intermédio da Rede do Sistema de Comunicação Social do Exército (RESISCOMSEx), que abrange as Agências de Comunicação Social do Exército localizadas nas OM do EB no território nacional, e nas aditâncias, no território internacional. Este trabalho atende diretamente ao princípio constitucional da publicidade, informando e esclarecendo a sociedade sobre as ações da instituição e cumprindo o previsto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

O Sistema de Relações Institucionais, criado pela Portaria nº 1.963, de 3 de dezembro de 2019, do Comandante do Exército, é composto pelo Alto-Comando do Exército, como Órgão Central; pelo Estado-Maior do Exército (EME), como Órgão Normativo; e pelo CCOMSEx, como Órgão Técnico-Consultivo. O Sistema de Relações Institucionais tem por finalidade contribuir para a consecução dos Objetivos Estratégicos do Exército, por intermédio da interação do Exército com as diversas instituições de interesse.

3.8.2 GESTÃO DA COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO EB

A gestão da comunicação estratégica do EB envolve o Sistema de Comunicação Social e o Sistema de Relações Institucionais.

A gestão da comunicação social envolve os processos de produção e divulgação institucional; gestão das relações públicas e das relações com a mídia; e gestão dos canais de comunicação com a sociedade e do SIC-EB. Insere-se nesse contexto a coordenação da RESISCOMSEX.

Em 2024, foram obtidos os seguintes resultados:

RESULTADOS DA COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

ATIVIDADES	UTILIZADOS (R$)	RESULTADOS
Produção de Comunicação Social	1.550.441,71	- 60.000 cartazes, 40.000 revistas, 6.000 livros e 50 banners de divulgação institucional - 16 Podcasts
Gestão da RESISCOMSEx	349.274,97	- Programa Conheça seu Exército.
TOTAL	1.899.716,68	-

Fonte: CCOMSEx, 2024

Ressalta-se, também, 3 campanhas/divulgação realizadas, 4 visitas de orientação técnica (VOT), 7 estágios realizados com 753 militares capacitados e uma audiência mensal superior a 250.000 ouvintes do Sistema Verde-Oliva de Rádio.

A gestão das relações institucionais se dá por intermédio do Sistema de Relações Institucionais (SRI). São iniciativas organizacionais que visam estabelecer contato com outras entidades a fim de alcançar os propósitos definidos para a Força Terrestre.

Trata-se de um esforço na promoção do diálogo para influenciar, de forma legal e legítima, o processo decisório que poderá repercutir na organização, sendo um instrumento essencial da comunicação estratégica. O Exército possui, atualmente, 2.676 *stakeholders* cadastrados (fonte: CCOMSEx, 2024).

3.8.3 CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Após uma década de presença virtual nos principais canais de mídias sociais operadas no País, o Exército Brasileiro atingiu um nível de maturidade satisfatório, construído por meio de uma gestão baseada em objetivos estratégicos. A credibilidade e a confiança alcançadas pela Instituição Exército Brasileiro perante a sociedade, diante de resultados obtidos nas mais diversas ações em que a Força Terrestre se faz presente, aumentaram, significativamente, a sua exposição na mídia.

A administração e a gestão dos perfis nas mídias e plataformas digitais estão baseadas nos critérios estabelecidos pela Portaria – EME/C Ex nº 453, de 19 de julho de 2021, atualizadas pela Portaria – EME/C Ex nº 1.066, de 3 de julho de 2023.

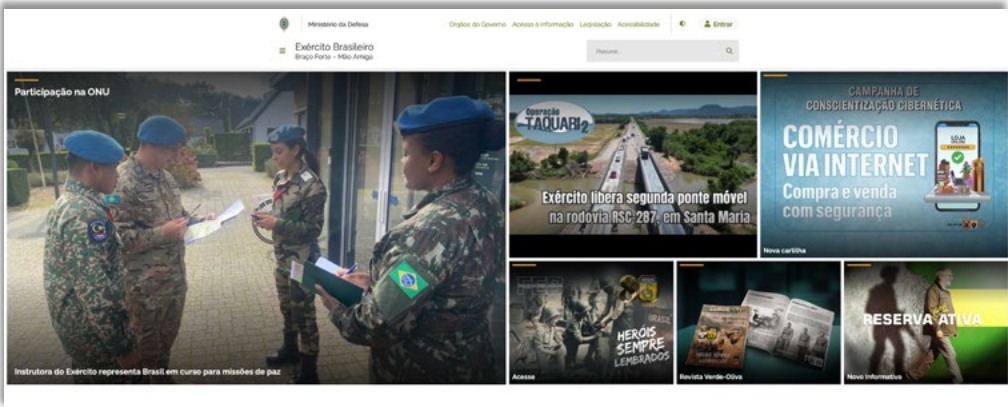
Para atender às mudanças de comportamento dos usuários nas mídias sociais, que demandam respostas imediatas, 24 horas/dia, o EB utiliza a tecnologia MAX baseada em Inteligência Artificial (IA). Esta tecnologia também é utilizada como um canal de atendimento ao cidadão, concentrando as mais diversas demandas.

Para facilitar a comunicação com a população e prestar esclarecimentos, outros canais de comunicação são disponibilizados, tais como: a Rádio Verde-Oliva, a Carta de Serviços ao Usuário e o Plano de Dados Abertos.

Hoje, o EB conta com os seguintes canais de comunicação com a sociedade:

PLATAFORMA DIGITAL: PORTAL DO EB

Nº ACESSOS	Nº MATÉRIAS
12.397.823	832

Fonte: CCOMSEx, 2024

MÍDIAS SOCIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Facebook

Instagram

X

YouTube

LinkedIn

	Facebook	Instagram	X	YouTube	LinkedIn
nº SEGUIDORES	3.815.798	6.346.035	2.256.643	1.312.555	232.976
nº PUBLICAÇÕES	1.949	2.670	274	187	852
Endereço	http://www.facebook.com/exercito/	http://www.instagram.com/exercito_oficial/	https://x.com/exercitooficial	http://www.youtube.com/exercitooficial	http://br.linkedin.com/company/exercito

TOTAL DE SEGUIDORES **13.964.007**

TOTAL DE PUBLICAÇÕES **5.932**

Fonte: CCOMSEx, 2024.

PRINCIPAIS ASSUNTOS ATENDIDOS NAS MÍDIAS SOCIAIS

ASSUNTO	TOTAL
Serviço Militar no EB e alistamento no EB (online)	136.968
Ingresso Carreira no EB	8.424
Ingresso Temporário no EB	8.220
Outros atendimentos	225.420
TOTAL	**379.032**

Fonte: CCOMSEx, 2024

ATENDIMENTO MEDIADO PELA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM 2024

USUÁRIOS	MENSAGENS RESPONDIDAS	LINKS CLICADOS
379.032	840.497	206.527

Fonte: CCOMSEx, 2024

MAX

Inteligência Artificial do Exército Brasileiro

3.8.4 OUVIDORIA E SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO (SIC)

A Ouvidoria do Exército tem como missão receber dos usuários dos serviços públicos as manifestações tipificadas como reclamação, solicitação, denúncia, sugestão, elogio, simplifique e comunicação.

Os requerimentos são analisados e respondidos com base nos subsídios recebidos das organizações militares (OM) demandadas, responsáveis pelas diversas áreas temáticas e especificidades. Cabe, ainda, à Ouvidoria aferir o grau de satisfação do usuário em relação ao serviço oferecido pela Força Terrestre e propor melhorias para o atendimento ao cidadão.

O SIC-EB tem por objetivo a promoção da gestão transparente da informação no âmbito do Exército Brasileiro, proporcionando à sociedade amplo acesso e divulgação. Com isso, cabe ao SIC-EB atender e orientar o público quanto ao acesso à informação, receber e protocolizar documentos e requerimentos relacionados, bem como informar acerca da sua tramitação. A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), constitui, dentre outras normas e decretos, a base legal para o estabelecimento dos procedimentos necessários para garantir ao cidadão o acesso à informação.

O SIC-EB estrutura-se em Unidade de Monitoramento e Gestão, Unidade de Atendimento ao Público e Posto de Atendimento ao Cidadão.

ATENDIMENTOS NA OUVIDORIA

TIPOS DE MANIFESTAÇÃO	QUANTIDADE DE MANIFESTAÇÕES	MANIFESTAÇÕES RESPONDIDAS
Reclamação	2.704	2.594
Solicitação	1.834	1.775
Denúncia	1.181	1.141
Sugestão	75	74
Elogio	35	35
Simplifique	1	1
TOTAL	5.830	5.620*

Fonte: Fala.BR em 31 de dezembro de 2024.

(*) 210 manifestações foram arquivadas devido a conteúdo impróprio, inadequado, falta de clareza ou urbanidade.

PEDIDOS DE INFORMAÇÃO SOLICITADOS VIA SIC-EB

SITUAÇÃO	QUANTIDADE
Pedidos respondidos	1.470
Recursos de 1ª instância	397
Recursos de 2ª instância	264
Recursos de 3ª instância	219
Recursos de 4ª instância	46

Fonte: Fala.BR em 31 de dezembro de 2024.

Simbolização dos produtos criados e gerenciados pelo Centro de Comunicação Social do Exército.

DEDICAÇÃO

Superar obstáculos, enfrentar desafios e buscar o aprimoramento

NOVOS DESAFIOS, MESMOS VALORES

Campanha de Valores do EB
Criação: 2º Ten Bastos/CCOMSEx

CAPÍTULO 4

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Foto: Adobe Stock

4.1 PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA DE DEFESA NACIONAL

4.1.1 INTRODUÇÃO

O Planejamento Estratégico do Exército está alinhado ao Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, em especial ao conteúdo do Programa 6112 – Defesa Nacional, que tem como objetivo geral preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.

A implementação do Programa 6112 - Defesa Nacional visa ao atingimento dos seguintes resultados:

- manter as fronteiras terrestres e das águas jurisdicionais do País, do espaço cibernético e aeroespacial protegidas;
- assegurar a capacidade de pronta resposta e dissuasão;
- equipar as Forças Armadas com equipamentos e tecnologias adequadas e atualizadas; e
- desenvolver a Base Industrial de Defesa.

Nesse contexto, o Comando do Exército possui o seu objetivo Específico 0100 - **Fortalecer as capacidades militares do Exército Brasileiro para a defesa do território**, estabelecido, como premissa, implementar os programas, projetos e sistemas estratégicos, bem como a logística de meios operativos que contribuem para a construção de capacidades militares do Exército Brasileiro.

Para fins de avaliação e medida de desempenho do objetivo sob gestão da Força Terrestre, é implementado um indicador, uma meta e nove entregas ao longo da tranche 2024-2027, conforme abaixo:

- Indicador do objetivo

8959- Índice de execução dos programas e projetos do Exército Brasileiro – IEPEB

- Meta do objetivo

054A - Implantar programas, projetos e sistemas estratégicos e de manutenção de meios operativos do Exército Brasileiro.

As entregas realizadas permitirão aumentar o poder de combate da Força Terrestre, proporcionando um avanço tecnológico e de sistemas de monitoramento, que ampliará a capacidade operacional do Exército Brasileiro.

4.1.2 ALINHAMENTO DO PEEx COM O PPA

O PEEx 2024-2027 está alinhado com o Plano Plurianual 2024-2027, conforme pode ser verificado no quadro ao lado:

ALINHAMENTO DO PEEx COM O PPA 2024-2027

OBJETIVO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
1-APRIMORAR A CAPACIDADE DE DISSUASÃO	• 13DB - Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea • 21D2 - Recomposição da Capacidade e dos Meios da Força Terrestre • 3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército • 14T4 - Implantação do Projeto Forças Blindadas • 14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS • 156M - Modernização e Transformação Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro – PO 0004 - Rearticulação do Exército, exceto na Região Amazônica (Projeto Sentinela da Pátria) e PO 000A - Rearticulação do Exército na Região Amazônica (Projeto Amazônia Protegida)
2-APRIMORAR A CONTRIBUIÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, A PAZ SOCIAL E A POLÍTICA EXTERNA	• 14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON
3-APRIMORAR A ATUAÇÃO NO ESPAÇO CIBERNÉTICO, COM LIBERDADE DE AÇÃO	• 147F - Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional
4-APERFEIÇOAR O SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE	• 21A0 - Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa – PO 000A - Modernização do Sistema Operacional Militar Terrestre da Força Terrestre
5-APERFEIÇOAR O SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE	• 21A0 - Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa – PO 000N - Gestão e reestruturação do Sistema Logístico Militar Terrestre
6-APERFEIÇOAR OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DE COMANDO E CONTROLE DO EXÉRCITO	• 14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON • 21D2 - Recomposição da Capacidade e dos Meios da Força Terrestre
7-OBTER PRONTIDÃO TECNOLÓGICA	• 20XE - Manutenção e Modernização de Sistemas de Comando e Controle do Exército – PO 000J – Cooperação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico • 20XJ - Desenvolvimento Tecnológico do Exército - PO 0002 -Atividades referentes à inovação tecnológica, gestão do conhecimento, propriedade intelectual e prospecção tecnológica
8-APERFEIÇOAR OS SISTEMAS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E CAPACITAÇÃO FÍSICA	• 8965 - Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro • 156M – PO 000G - Modernização da Infraestrutura de Educação, Cultura e Desporto do Exército • 21GN - Funcionamento de Estabelecimentos de Ensino Profissional Militares do Ministério da Defesa • 21GP - Funcionamento dos Estabelecimentos de Educação Básica Militares do Ministério da Defesa • 21GQ - Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino Superior Militares do Ministério da Defesa • 21GO - Funcionamento das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Ministério da Defesa
9-FORTALECER A DIMENSÃO HUMANA	• 21A0 – PO 000M - Reestruturação do Sistema de Pessoal do Exército - Projeto Setorial Força da Nossa Força
10-FORTALECER A IMAGEM E A REPUTAÇÃO DO EXÉRCITO	• 4641 - Publicidade de Utilidade Pública • 2000 – PO 000B - Apoio para Atividades de Publicidade e Comunicação Social
11-APERFEIÇOAR O SISTEMA DE ECONOMIA E FINANÇAS DO EXÉRCITO	• 2000 - Administração da Unidade • 21A0 - Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa

Fonte: EME, 2024.

4.1.3 RESULTADOS DO PPA EM 2024

As metas do PPA 2024-2027 foram estabelecidas com base nos Programas Estratégicos do Exército, tendo sido elencados alguns Projetos e suas entregas como referenciais de atingimento das metas estabelecidas pelo Comando do Exército para o ciclo, conforme inseridas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

A meta prevista para 2024, objetivando implementar os programas, projetos e sistemas estratégicos, bem como a logística de meios operativos que contribuem para a construção de capacidades militares do Exército Brasileiro (IIMEB), está estipulado em 42%, tendo sido alcançado, ao final do corrente exercício financeiro, o percentual de 40%.

Em 2024, a execução orçamentária do Programa 6112- Defesa Nacional foi a seguinte:

ANO	RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	%
2024	3.376.919.227,00	3.243.818.544,91	96,1%

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial.
Orgãos: 52121 – CMDO EX; 52904 – Fundo do Exército; 52222 – Fundação Osorio; e 52221 – IMBEL.

Os Relatórios de Gestão das entidades vinculadas podem ser acessados nos seguintes links:

- https://www.imbel.gov.br/index.php/transparencia; e
- http://www.fosorio.g12.br/index.php?fosorio=tpconta.

4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

4.2.1 INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro (EB), na Lei Orçamentária Anual de 2024 (LOA 2024), obteve um orçamento no programa 6112 - Defesa Nacional na ordem de R$ 3,376 bilhões, para atender despesas de natureza obrigatória e discricionária, com os programas estratégicos, além de emendas individuais. As despesas discricionárias atendem ao custeio da Força Terrestre, englobando suas atividades de aprestamento, logística, ciência e tecnologia, apoio administrativo, ensino, obras e alguns investimentos, entre outras.

O limite de pagamento concedido ao Comando do Exército, no ano de 2024, foi suficiente para o pagamento das obrigações atinentes às despesas obrigatórias e discricionárias. Ressalta-se que não foram observados bloqueios financeiros que impactassem o cronograma de desembolso mensal, fato que cooperou para uma execução financeira satisfatória, contribuindo para o cumprimento de todas as obrigações.

PROGRAMA DEFESA NACIONAL

ORÇAMENTO DEFESA NACIONAL	RECEBIDOS (R$)
DISCRICIONÁRIO	763.078.831,00
OBRIGATÓRIO	2.566.149.450,00
EMENDAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS	47.690.946,00
TOTAL	3.376.919.227,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024.

4.2.2 COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO

PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO EXÉRCITO EM 2024

AÇÃO DE GOVERNO	DOTAÇÃO INICIAL (R$)	%
PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	53.102.955.764,89	93,9%
PROGRAMA DE DEFESA NACIONAL	3.376.919.227,00	6,0%
OPERAÇÕES ESPECIAIS	71.634.006,00	0,1%
PROGRAMA DE COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL	7.801.000,00	0,0%
TOTAL	56.559.309.997,89	100%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024.

4.2.3 DESTAQUES RECEBIDOS

Em 2024, o Exército recebeu de outros órgãos, a título de destaque, o montante de R$ 1.368.548.929.956,94, os quais foram empregados, em ações subsidiárias, tais como: Operações Acolhida, Taquari II, Carro-Pipa e Yanomami e em obras de cooperação e desenvolvimento tecnológico, por meio de instrumentos de parceria, que buscam contribuir com o avanço da infraestrutura do País, bem como o desenvolvimento nacional. Nesse contexto, cabe destacar a participação do Exército Brasileiro na Operação Taquari II, com aporte operacional de ajuda humanitária e socorro à população afetada pelas chuvas na região Sul do País.

4.2.4 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Da análise dos objetivos, das metas, dos indicadores do Exército Brasileiro (EB) no Plano Plurianual (PPA) e dos resultados de gestão estratégica apresentados no Capítulo 2, pode-se verificar que a Instituição realizou sua gestão orçamentária voltada para o cumprimento de seus Objetivos Estratégicos e de sua missão constitucional, apresentando excelente desempenho orçamentário ao executar quase a totalidade de sua Lei Orçamentária Anual 2024 (LOA 2024).

Embora o EB tenha recebido o orçamento aquém das suas necessidades, a adoção de boas práticas de gestão e governança pública tem se evidenciado na melhoria dos resultados estratégicos.

4.2.4.1 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR NATUREZA DA DESPESA

Na composição dos recursos do orçamento destinados ao EB, consideradas as Unidades Orçamentárias Comando do Exército, Fundo do Exército, IMBEL e Fundação Osorio, o grupo natureza da despesa com pessoal e encargos sociais corresponde à maior parcela utilizada, seguido de custeio e de investimentos.

NATUREZA DA DESPESA	RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48.098.616.252,98	47.936.239.520,93	99,7%
CUSTEIO	6.320.292.570,91	6.965.242.333,63	110,2% (1)
INVESTIMENTOS	2.140.401.174,00	2.035.918.283,78	95,1%
TOTAL	**56.559.309.997,89**	**56.937.400.138,34**	**100,7% (1)**

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024 (1) – taxa de execução acima do total recebido em virtude da variação cambial.

4.2.4.2 DESPESAS DE CUSTEIO UTILIZADAS EM 2024

Em 2024, os recursos utilizados com as despesas de custeio – outros serviços de terceiros PJ, material de consumo e indenizações/restituições – totalizaram R$ 6,96 bilhões, conforme planilha abaixo.

ELEMENTO DE DESPESA	RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	2.716.741.590,05	2.729.209.031,04	100,5% (1)
MATERIAL DE CONSUMO	1.990.516.691,94	1.998.848.521,91	100,4% (1)
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	733.995.260,89	753.289.136,70	102,6% (1)
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	207.530.581,05	207.530.581,05	100%
SERVIÇO DE TIC - PESSOA JURÍDICA	57.958.602,17	58.401.802,56	100,8% (1)
OUTROS ELEMENTOS DE DESPESAS	613.549.844,81	1.217.963.260,37	199,5% (1)
TOTAL	**6.320.292.570,91**	**6.965.242.333,63**	**110,2% (1)**

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024 (1) – taxa de execução acima do total recebido em virtude da variação cambial.

4.2.4.3 DESPESAS DE INVESTIMENTO UTILIZADAS EM 2024

Em 2024, os recursos utilizados com as despesas de investimentos com equipamentos e material permanente, obras/instalações, material de consumo e outros serviços/PJ totalizaram R$ 2,03 bilhões, conforme planilha abaixo.

ELEMENTO DE DESPESA	RECEBIDOS (R$)	UTILIZADOS (R$)	TAXA DE EXECUÇÃO
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.225.155.958,31	1.284.239.354,62	104,8% (1)
OBRAS E INSTALAÇÕES	268.561.684,82	268.561.684,82	100%
MATERIAL DE CONSUMO	152.066.228,33	154.355.838,43	101,5% (1)
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	251.238.581,52	257.109.065,15	102,3% (1)
OUTROS ELEMENTOS DE DESPESA	243.378.721,02	71.652.340,76	29,4%
TOTAL	**2.140.401.174,00**	**2.035.918.283,78**	**95,1%**

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024.

*Observação: Na composição do orçamento apresentado não foram computados, no cálculo, o Resultado Primário 0 – Financeiro dos Programas 0032 e 0999.

(1) – taxa de execução acima do total recebido em virtude da variação cambial.

4.3 GESTÃO DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

4.3.1 INTRODUÇÃO

A gestão de aquisições e contratações no âmbito do Comando do Exército foi fundamental para garantir que a Instituição pudesse cumprir sua missão de defesa nacional de forma eficaz e eficiente. Nesse contexto, o Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) e o Plano de Contratações Anual (PCA) foram ferramentas cruciais para assegurar que esses processos fossem conduzidos com transparência, economia e eficiência, evitando desperdícios, riscos e integridade nos processos.

O PGC permitiu uma visão integrada das necessidades de aquisições e contratações, facilitando a programação e a alocação dos recursos de acordo com as prioridades estratégicas da instituição, o que é de extrema importância em um contexto de restrições orçamentárias, onde é essencial otimizar cada gasto para maximizar a eficácia das operações militares e a manutenção dos equipamentos. Quanto ao PCA elaborado por cada unidade responsável por aquisições, sejam elas centralizadas nos Órgãos de Direção Geral, Operacional ou Setorial, sejam descentralizadas nas Unidades Gestoras Executoras, foi de fundamental importância no sentido de permitir maior transparência e controle sobre os processos de aquisição e um acompanhamento rigoroso dos resultados, assegurando que as metas estabelecidas fossem alcançadas de maneira eficaz. Com a implementação adequada do PGC e do PCA, o Exército Brasileiro pôde aprimorar a qualidade e a eficiência de sua missão constitucional de defesa e garantia da lei a ordem.

Como medidas de governança e gestão de aquisições e contratações, o Comando do Exército realizou as seguintes ações:

- aperfeiçoamento dos processos e das estruturas com o fito de centralizar as aquisições de maior vulto e de maior complexidade em unidades específicas e por meio de licitações centralizadas, tais como: Material de Emprego Militar (MEM), material e equipamentos de apoio logístico, material para sistemas de comunicação e tecnologia da informação, uniformes destinados à tropa, equipamentos e aparelhos médicos-hospitalares, material e sobressalentes de aviação;
- criação de unidades específicas com encargos administrativos, denominadas Bases Administrativas, que dentre outras atividades, realizam aquisição de materiais e serviços comuns no âmbito de uma região ou guarnição, desonerando as unidades operacionais e garantindo melhor gerenciamento dos processos licitatórios, bem como gerando economia de escala;
- consolidação do Almoxarifado Central do Quartel General do Exército (QGEx), que visa a racionalização e a otimização das atividades de licitação, aquisição, recebimento, armazenagem de materiais comuns às organizações militares localizadas no QGEx; e
- adesão aos projetos do Ministério da Gestão e Inovação, conduzidos pela Central de Compras da Secretaria de Gestão, a saber: Almoxarifado Virtual Nacional e TÁXIGOV.

4.3.2 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Serão apresentadas informações por modalidade de contratação e por detalhamento dos gastos com o funcionamento administrativo das 662 organizações militares do Comando do Exército, bem como as contratações administrativas mais relevantes realizadas no âmbito do EB no exercício financeiro de 2024.

DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	UTILIZADOS (R$)
1. MODALIDADES DE LICITAÇÃO	3.473.322.573,32
Pregão	3.112.402.239,93
Concorrência	288.365.496,03
Tomada de Preços	47.375.609,65
Regime Diferenciado de Contratação	22.346.016,01
Convite	2.819.274,20
Concurso	13.937,50
2. CONTRATAÇÕES DIRETAS	3.552.089.382,63
Inexigibilidade	2.781.637.659,43
Dispensa	770.451.723,20
3. REGIME DE EXECUÇÃO ESPECIAL	23.446.856,07
Suprimento de Fundos	23.446.856,07
4. OUTROS	1.952.310.927,84
TOTAL	**9.000.169.739,85**

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024.

No que tange às aquisições por licitação, verifica-se que 90% (noventa por cento) foram realizadas por meio de Pregão, modalidade que garante mais celeridade e economia, além de contribuir com a desburocratização e eficiência do gasto. Verifica-se ainda que 8% (oito por cento) foram na modalidade Concorrência, utilizada principalmente para contratações de obras e serviços de alta complexidade.

No que se refere às contratações diretas, 78% (setenta e oito por cento) foram realizadas, por meio de inexigibilidade, sendo 56% (cinquenta e seis por cento) para contratação de Organizações Civis de Saúde (OCS) e Prestadores de Serviço Autônomo (PSA) para o Sistema de Saúde do Exército, visando à complementação do atendimento médico, hospitalar e odontológico dos militares, inativos, servidores civis e seus respectivos dependentes. Outros 22% (vinte e dois por cento) do total executado por inexigibilidade, relacionam-se com aquisições de materiais ou serviços de caráter exclusivo, tais como: os blindados da família Guarani (FORÇAS BLINDADAS), o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), os equipamentos e materiais para aprestamento da Força Terrestre (APRESTAMENTO DAS FORÇAS) e equipamentos do Sistema de Defesa Estratégico (ASTROS). Dotadas das mesmas características peculiares, destacam-se as aquisições realizadas para suprir necessidades de materiais, equipamentos e serviços em aeronaves de emprego militar.

As despesas realizadas por meio de dispensa de licitação representaram 22% (vinte e dois por cento) das contratações diretas, sendo o montante mais expressivo, 49% (quarenta e nove por cento), para contratação de concessionárias para fornecimento de energia elétrica. As ações de Implantação de Forças Blindadas, Sistema de Defesas ASTROS, Aprestamento das Forças e Sistemas de Monitoramento de Fronteiras tiveram participação de pouco mais de 37% (trinta e sete por cento) do total. O restante divide-se em MEM e aquisições e contratações de menor vulto, realizadas para atender às peculiaridades da preparação e emprego do EB.

4.3.3 DETALHAMENTO DOS GASTOS COM ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES (EXERCÍCIO 2024)

Os gastos com a administração das 662 organizações militares do Exército ficaram em torno de 684,13 milhões. Deste valor, 51% foram utilizados para custeio de concessionárias de serviço público, 33% com contratos administrativos e 16% com despesas gerais das organizações militares (materiais e serviços diversos necessários à administração das unidades).

GASTOS COM O FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO EM 2024

OBJETO	UTILIZADO (EM MILHÕES R$)	PERCENTUAL APLICADO DO ORÇAMENTO (%)
CONCESSIONÁRIAS	349,94	51
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (a)	223,52	33
OUTRAS DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE (b)	110,67	16
TOTAL	684,13	100

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024.

(a) Contratos administrativos: limpeza e conservação de bens imóveis, manutenção de bens imóveis, manutenção de máquinas e equipamentos administrativos, manutenção e locação de máquinas copiadoras, manutenção de ar-condicionado, manutenção de elevadores, manutenção de poços artesianos e tratamento de água, entre outros.

(b) Despesas com a administração da Unidade: certificações digitais, combustível para geração de eletricidade e aquecimento, insumos e serviços para prevenção e combate a incêndio, aquisição de lâmpadas LED, recarga de extintores de incêndio e seguro obrigatório/emplacamento/aquisição de placas para viaturas administrativas e etc.

4.3.4 CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS MAIS RELEVANTES

Os contratos administrativos envolvem elevadas somas de recursos e a autorização para suas celebrações exige uma análise de viabilidade técnica e orçamentária, visto que os recursos orçamentários são escassos. Para fins de melhor gerenciamento, esses contratos são divididos em 02 (dois) grupos:

a) Contratos de Grande Vulto (CGV): abarcam os contratos de limpeza e conservação e os contratos de manutenção de bens imóveis;

b) Contratos de Pequeno Vulto (CPV): envolvem os contratos de *outsourcing* de impressão, lavagem de roupas, manutenção de elevadores, manutenção de aparelhos de ar condicionado, manutenção de poços artesianos, serviços de controle de pragas e outros.

CONTRATOS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA EM 2024

TIPOS DE CONTRATO	NR DE CONTRATOS	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À QUANTIDADE TOTAL DE CONTRATOS (%)	VALOR ANUAL UTILIZADOS (R$)
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	124	14,47	120.722.981,77
MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	24	2,80	38.416.064,64
MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	167	19,49	29.390.227,15
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	11	14,47	6.001.629,47
LOCAÇÃO DE APARELHOS DE IMPRESSÃO	235	27,42	12.499.083,80
LAVAGEM DE ROUPA	121	14,12	9.180.500,82
MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	41	4,78	2.013.993,55
MANUTENÇÃO DE ELEVADORES	35	4,08	2.282.035,61
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	1	0,12	221.281,43
MANUTENÇÃO POÇO ARTESIANO E TRATAMENTO DE ÁGUA	70	8,17	1.606.448,39
SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO	28	3,27	1.188.159,65
TOTAL	857	100,00	223.522.406,28

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024.

4.4 GESTÃO DE CUSTOS

4.4.1 INTRODUÇÃO

O EB, alinhado com a Administração Pública Federal, tem extensa tradição na gestão das contas públicas, acompanhando, orientando e gerenciando as informações de custos, na medida em que retrata os dados de diversos sistemas internos e externos à Instituição, conforme a execução dos lançamentos realizados pelas unidades gestoras.

A Diretoria de Contabilidade, subordinada à Secretaria de Economia e Finanças (SEF), é o órgão setorial integrante do Sistema de Custos do Governo Federal. Os procedimentos para apropriação de custos na Força são regulados pelas Normas Aplicadas à Gestão de Custos no Âmbito do Comando do Exército (EB 10-N-08.007), aprovadas pela Portaria - C Ex nº 1.743, de 19 de maio de 2022.

O Exército Brasileiro utiliza o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC), desenvolvido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Esse sistema integra diversos sistemas do governo em uma única base de dados, armazenando informações de custos que auxiliam na tomada de decisões.

Dessa forma, o Exército Brasileiro adota em sua metodologia as OM como objetos de custos e utiliza 3 centros de custos (finalístico, suporte e específico), tendo como insumos para mensuração os custos de pessoal, material e serviço.

As informações de custos são geradas pelas apropriações dos serviços no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), no Sistema de Controle Físico (SISCOFIS), módulo do Sistema de Material do Exército (SIMATEX) com insumos de material de consumo e depreciação do material permanente, bem como no Sistema de Cadastramento do Pessoal do Exército (SiCaPEx), com os dados de pessoal.

4.4.2 CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

A classificação direta dos custos das atividades relevantes desempenhadas atendeu às necessidades gerenciais, uma vez que permitiu identificar os custos de seus macroprocessos, todos necessários e fundamentais para o desempenho da missão constitucional da Força Terrestre.

CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO	2023 (R$)	2024 (R$)	VARIAÇÃO (%)
OPERAÇÕES TERRESTRES	718.698.046,60	802.144.385,86	11,61
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	163.286.532,19	141.075.477,92	-13,60
PESSOAL	3.951.862.464,78	4.496.150.069,05	13,77
EDUCAÇÃO E CULTURA	162.031.598,28	109.464.763,50	-32,44
GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	926.183.962,57	1.199.668.560,03	29,53
INFRAESTRUTURA	425.170.241,48	481.259.015,32	13,19
LOGÍSTICA MOBILIZAÇÃO	1.987.477.021,81	2.014.197.695,17	1,34
TOTAL	**8.334.709.867,71**	**9.243.959.966,85**	**10,91**

Fonte: D Cont, 2024.

4.5 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

4.5.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a Lei nº 4.320/1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e as orientações emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

4.5.1.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia os bens, os direitos e as obrigações da entidade, com base nos saldos de exercícios financeiros consecutivos. As informações a seguir visam retratar o fluxo orçamentário, financeiro e contábil das Unidades Orçamentárias do Comando e Fundo do Exército.

4.5.1.1.1 ATIVO

COMPOSIÇÃO DO ATIVO

ATIVO			VARIAÇÃO (%)	COMPOSIÇÃO DO ATIVO (%)
ESPECIFICAÇÃO	2023 (R$)	2024 (R$)		
1. CIRCULANTE	10.498.443.244	10.752.340.215	2,41	8,50
2. NÃO CIRCULANTE	125.736.711.581	115.612.261.934	(8,05)	91,50
2.1. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.109.984	269.296.141	43,07	0,21
2.2. IMOBILIZADO	125.441.002.536	115.028.294.999	(8,30)	91,02
2.2.1. BENS MÓVEIS	16.352.565.729	17.033.196.588	4,16	13,47
2.2.2. BENS IMÓVEIS	109.088.436.807	97.995.098.411	(10,16)	77,54
2.3. INTANGÍVEL	289.599.060	314.670.794	8,65	0,24
TOTAL DO ATIVO (1+2)	136.235.154.825	126.364.602.149	(7,24)	100

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFIWEB 2024.

O Ativo é composto pelos bens e direitos das Unidades Orçamentárias do Comando do Exército e Fundo do Exército.
Em comparação a 2023, apresentou variação negativa de 7,24%.

ATIVO CIRCULANTE

No Ativo Circulante são classificados os bens e direitos disponíveis para utilização no ano de 2025. Os grupos de contas com valores mais significativos são “Caixa e Equivalentes de Caixa” e “Estoques”.

Com relação ao grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa”, a Demonstração do Fluxo de Caixa evidenciou, em 2024, o ingresso de R$ 124.168.627.823 e desembolso de R$ 121.661.176.619, resultando aumento na disponibilidade financeira de R$ 2.507.451.204 que, acrescidos ao saldo inicial de R$ 6.803.752.082, finalizou o exercício financeiro com R$ 7.007.769.690, representando 5,54% do Ativo Total.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

No Ativo Não Circulante são classificados os bens e direitos de longo prazo cuja realização ocorrerá após 2025. No final do exercício financeiro de 2024, o valor de R$ 115.028.294.999 registrado no Imobilizado representou 91,02% do Ativo Total, formado, sobretudo, pelos bens imóveis no montante de R$ 97.995.098.411, dentre os quais destacam-se os aquartelamentos, no montante de R$ 95.785.049.284.

4.5.1.1.2 PASSIVO

O Passivo é composto pelas obrigações de curto e longo prazo, bem como pelo Patrimônio Líquido. O passivo também é composto pelas provisões que são obrigações de prazo ou valor incerto, calculadas com base em projeções futuras.

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

ATIVO			VARIAÇÃO (%)	COMPOSIÇÃO DO ATIVO (%)
ESPECIFICAÇÃO	2023 (R$)	2024 (R$)		
1. PASSIVO CIRCULANTE	34.495.597.645	34.069.044.363	(1,23)	26,96
2. PASSIVO NÃO CIRCULANTE	393.975.687.414	396.455.156.247	0,62	313,74
3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(292.236.130.235)	(304.159.598.461)	(4,08)	(240,70)
TOTAL DO PASSIVO (1+2+3)	**136.235.154.824**	**126.364.602.149**	**(7,24)**	**100,00**

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFIWEB 2024.

PASSIVO CIRCULANTE

As obrigações registradas no Passivo Circulante, com desembolso ou realização prevista para ocorrer ao longo do ano de 2025, totalizaram 26,96% do Passivo Total e apresentaram decréscimo de 1,23% em relação a 2023.

O grupo de contas mais expressivo do Passivo Circulante é o das Provisões a Curto Prazo, no montante de R$ 26.998.033.997, que registra as obrigações do Sistema de Proteção Social dos Militares da Forças Armadas (SPSMFA) e reflete o resultado da avaliação atuarial das estimativas matemáticas dos desembolsos futuros com veteranos, pensionistas militares, pensões especiais militares e anistiados militares. Em seguida, o item mais expressivo é das Demais Obrigações a Curto Prazo, que representa 12,26% das obrigações de curto prazo, constituídas principalmente pelas Transferências Financeiras a Comprovar, no valor de R$ 3.639.240.048, cuja finalidade é apropriar o passivo oriundo de transferências financeiras recebidas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), pendente de comprovação junto ao concedente.

Ao longo do exercício financeiro de 2024, o Comando do Exército assumiu obrigações com pessoal e encargos no montante de R$ 47.827.484.202, das quais R$ 44.965.088.259 foram pagas no exercício. As demais obrigações assumidas totalizaram R$ 6.934.538.919, das quais R$ 4.511.272.212 foram pagas no exercício.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O Passivo Não Circulante registra as obrigações de longo prazo cuja realização está prevista para ocorrer após 2025. Em 31 de dezembro de 2024, o Exército Brasileiro possuía saldo de R$ 396.455.156.247 no Passivo Não Circulante, composto, sobretudo, pelas provisões atuariais, que resultam da avaliação atuarial das estimativas matemáticas dos desembolsos com benefícios futuros destinados aos militares em atividade, bem como na inatividade, em consonância com a regulamentação do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA).

Cabe mencionar que as provisões atuariais tem natureza compensatória e o plano de benefício é regrado pela Lei n° 3.765/1960, Lei n° 6.880/80, Medida Provisória n° 2.215-10/2001 e Lei n° 13.954/2019. O valor contabilizado tem suporte nos subsídios e balancetes disponibilizados pelo Ministério da Defesa, com as informações para o reconhecimento das provisões atuariais das Forças Armadas.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido representa o valor residual do ativo deduzido do passivo exigível. Como as obrigações no montante de R$ 430.524.200.610 superaram os bens e direitos de R$ 126.364.602.149, o Exército encerrou o exercício financeiro de 2024 com um passivo a descoberto no montante de R$ 304.159.598.461.

O Patrimônio Líquido negativo do Exército resulta, sobretudo, do registro das provisões atuariais no montante necessário para hipótese de liquidação, em 31 de dezembro de 2024, em uma só parcela, de todas as futuras obrigações da União, a serem pagas em um horizonte temporal de cerca de 101 anos, atinentes aos direitos pecuniários proporcionais.

O saldo negativo de R$ 338.855.828 registrado em Ajustes de Exercícios Anteriores no Patrimônio Líquido resulta da retificação de erros imputáveis ao passado, envolvendo reconhecimentos de passivos sem suporte orçamentário de despesas referentes a exercícios financeiros já encerrados, em que foram abertos processos de pagamento de Despesa de Exercícios Anteriores (DEA), conforme prescreve a Portaria - C Ex nº 1.746, de 19 de maio de 2022.

O Resultado do Exercício de 2024 apresentou déficit de R$ 7.119.687.512, devido ao valor das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) de R$ 562.022.333.912 ter superado ao das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) de R$ 554.902.646.400.

O Patrimônio Líquido representou uma variação negativa de 4,08% em relação a 2023.

4.5.1.1.3 ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

ÓRGÃOS	ATIVO FINANCEIRO (R$)	PASSIVO FINANCEIRO (R$)	DÉFICIT/SUPERÁVIT FINANCEIRO (R$)
COMANDO DO EXÉRCITO	4.306.038.283	6.425.474.116	(2.119.435.833)
FUNDO DO EXÉRCITO	2.707.548.488	602.383.901	2.105.164.587
TOTAL	**7.013.586.771**	**7.027.858.017**	**(14.271.246)**

Fonte: Balanço Patrimonial – SIAFIWEB 2024.

O Déficit ou Superávit Financeiro evidencia a sobra ou a falta de recursos financeiros para pagar as obrigações assumidas de curto prazo.

O Fundo do Exército apresentou superávit financeiro de R$ 2.105.164.587, que foi insuficiente para cobrir o déficit financeiro do Comando do Exército de R$ 2.119.435.833, gerando resultado final consolidado deficitário de R$ 14.271.246 no ano de 2024.

4.5.1.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio (bens, direitos e obrigações), resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício que foi incorporado ao Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (RESUMIDO)

ESPECIFICAÇÕES	2023 (R$)	2024 (R$)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	135.777.779.316	554.902.646.400
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	(128.669.277.778)	(562.022.333.912)
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**7.108.501.538**	**(7.119.687.512)**

Fonte: Demonstrações das Variações Patrimoniais – SIAFIWEB 2024.

O item de maior expressão nas Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) refere-se ao recebimento de repasse financeiro de R$ 543.466.981.918 referente à LOA, destaques e convênios celebrados pelo Exército Brasileiro junto a outros Órgãos governamentais.

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) foram fortemente impactadas pelo sub-repasse e repasse de recurso financeiro às organizações militares no valor de R$ 486.931.475.049.

O confronto entre as variações patrimoniais aumentativa e diminutiva resultou em um déficit de R$ 7.119.687.512, que foi incorporado ao patrimônio líquido como Resultado do Exercício de 2024.

4.5.1.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas orçamentárias previstas em confronto com as realizadas.

4.5.1.3.1 RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS DE 2024

CATEGORIA	PREVISÃO ATUALIZADA (R$)	RECEITAS REALIZADAS (R$)	SALDO (R$)
CORRENTE	2.190.260.913	2.320.918.680	130.657.767
CAPITAL	90.062.965	14.564.541	(75.498.424)
SUBTOTAL	2.280.323.878	2.335.483.221	55.159.343
DÉFICIT	-	55.541.275.193	55.541.275.193
TOTAL	**2.280.323.878**	**57.876.758.414**	**55.596.434.536**

Fonte: Balanço Orçamentário – SIAFIWEB 2024.

O déficit de R$ 55.541.275.193 corresponde à diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas em 2024. O Fundo do Exército arrecadou o montante R$ 2.243.019.124, sendo o maior agente arrecadador.

4.5.1.3.2 DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE 2024

Comando e Fundo do Exército executaram (empenharam) juntos o montante de R$ 57.876.758.414, dos quais R$ 4.488.391.900 corresponde a orçamentos de outros órgãos, executados pelo Exército mediante assinatura de instrumentos de parcerias.

Do montante das despesas empenhadas, 82,63% refere-se a pessoal e encargos sociais (pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista), 13,46% destina-se ao funcionamento das organizações militares e 3,90% foi utilizado para aquisição de bens e serviços incorporáveis ao patrimônio do Exército Brasileiro.

CATEGORIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R$)	EMPENHADAS (R$)	LIQUIDADAS (R$)	PAGAS (R$)
DESPESAS CORRENTES	54.684.384.643	55.619.292.312	54.143.281.451	51.039.880.795
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.876.367.987	47.827.484.202	47.825.430.882	44.965.088.259
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.808.016.656	7.791.808.110	6.317.850.569	6.074.792.535
DESPESAS DE CAPITAL	1.953.191.380	2.257.466.102	1.057.505.436	1.017.210.413
INVESTIMENTOS	1.953.191.380	2.257.466.102	1.057.505.436	1.017.210.413
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	23.198.009	-	-	-
TOTAL	**56.660.774.032**	**57.876.758.414**	**55.200.786.887**	**52.057.091.208**

Fonte: Balanço Orçamentário – SIAFIWEB2024.

4.5.1.3.3 INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR

Os Restos a Pagar representam as despesas empenhadas e não pagas no exercício financeiro.

Em 31 de dezembro de 2023, foi inscrito o montante de R$ 3.033.714.095 em Restos a Pagar Processados, dos quais foram pagos R$ 3.033.652.800 no início do mês de janeiro de 2024, referente à folha de pagamento de pessoal ativo, inativo, pensionista e anistiados, restando, ao final do exercício financeiro de 2024, o montante de R$ 20.330 para pagamento de outras despesas orçamentárias, com destaque para os fornecedores.

4.5.1.3.4 EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Os Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores e executados, no ano de 2024, são os constantes das tabelas abaixo:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

CATEGORIAS	INSCRITOS (R$)	LIQUIDADOS (R$)	PAGOS (R$)	CANCELADOS (R$)
CORRENTES	1.618.127.584	1.425.128.930	1.413.310.330	31.518.465
PESSOAL E ENCARGOS	1.650.914	1.631.343	1.631.343	19.571
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.616.476.670	1.423.497.587	1.411.678.987	31.498.894
CAPITAL	1.630.957.854	1.472.260.891	1.282.775.273	43.809.505
INVESTIMENTOS	1.630.957.854	1.472.260.891	1.282.775.273	43.809.505
TOTAL	**3.249.085.438**	**2.897.389.821**	**2.696.085.603**	**75.327.970**

Fonte: Balanço Orçamentário – SIAFIWEB2024.

O saldo de R$ 477.671.865, apurado no Balanço Orçamentário por meio da diferença entre o montante inscrito, o pago e o cancelado está pendente de execução ou cancelamento a partir de 2025.

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

CATEGORIAS	INSCRITOS (R$)	PAGOS (R$)	CANCELADOS (R$)
CORRENTES	3.015.456.796	3.015.399.756	78.504
PESSOAL E ENCARGOS	2.843.602.117	2.843.602.117	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	171.854.679	171.797.640	78.504
CAPITAL	18.257.300	18.253.044	3.121
INVESTIMENTOS	18.257.300	18.253.044	3.121
TOTAL	**3.033.714.096**	**3.033.652.800**	**81.625**

Fonte: Balanço Orçamentário – SIAFIWEB2024.

Considerando o saldo de R$ 1.125.327 inscrito em exercícios anteriores, bem como o montante resultante da diferença entre o inscrito, o pago e o cancelado no exercício financeiro de 2024, o valor pendente de execução ou cancelamento constante a partir de 2025 é de R$ 1.104.997.

MENSAGEM DO CHEFE DO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
EME
RICHARD
EXÉRCITO

O Estado-Maior do Exército (EME) tem, entre suas diversas atribuições, a responsabilidade de coordenar a Prestação de Contas Anual (PCA) do Comando do Exército, bem como a elaboração do Relatório de Gestão do Comando do Exército (RGCE), envolvendo a colaboração de todos os órgãos do Exército Brasileiro.

Os desafios enfrentados, ao longo de 2024, evidenciaram a capacidade de resposta rápida e eficaz do Exército. Sem se olvidar do Braço Forte, a Instituição estende a Mão Amiga na participação em três comandos conjuntos ativados: na Operação Catrimani, na Amazônia, para contribuir com a proteção a comunidades indígenas e a repressão a crimes ambientais e transfronteiriços; e nas operações Taquari II (no Rio Grande do Sul) e Pantanal, em apoio à Defesa Civil, para salvar vidas e controlar os danos causados por enchentes e incêndios florestais, demonstrando o espírito de sacrifício, solidariedade e comprometimento com o povo brasileiro.

No cenário internacional, em todos os continentes, países incrementam seus orçamentos de defesa e renovam seus arsenais com armamentos convencionais e recursos tecnológicos disruptivos, com destaque para o crescente emprego da inteligência artificial.

A judiciosa gestão dos recursos públicos, orientada pelos Objetivos Estratégicos do Exército do Plano Estratégico do Exército (PEEx), resultou em significativos avanços operacionais. O trabalho meticuloso no planejamento e na execução das atividades, com foco na eficiência, eficácia e efetividade, permitiu a manutenção e o aprimoramento das capacidades operacionais. Ao investir na modernização e transformação da Força, o Exército Brasileiro se fortalece para enfrentar os desafios futuros e proteger a soberania da Pátria, em estado de permanente prontidão.

O RGCE não é apenas um instrumento de prestação de contas anual, mas se configura como uma ferramenta de comunicação estratégica que documenta as principais contribuições do Exército à sociedade, evidenciando a sinergia da Força no cumprimento de sua missão constitucional. Este relatório também resgata e celebra a rica história da Instituição, que se forjou no legado de Guararapes, na luta pela independência do Brasil e, de maneira marcante, na participação decisiva do Exército Brasileiro na II Guerra Mundial. São fatos importantes, que consolidaram o território nacional como berço da nacionalidade brasileira e contribuíram para a gênese do Exército que conhecemos hoje.

Ao encerrar o RGCE 2024, reafirma-se o compromisso inabalável do Exército Brasileiro com a defesa da Pátria, a promoção da paz e a permanente prontidão da Força Terrestre, coerente com os valores inscritos na sua Cadeia de Valor Agregado, com coesão, fé na missão, dedicação, profissionalismo e transparência.

General de Exército RICHARD FERNANDEZ NUNES
Chefe do Estado-Maior do Exército

Foto: Marcos Antonio Corrêa dos Santos

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ACE	Alto-Comando do Exército
AGG	Assessoria de Governança e Gestão
AGGOp	Assessoria de Governança e Gestão Operacional
AGGSet	Assessoria de Governança e Gestão Setorial
AGRiC	Assessoria de Gestão de Riscos e Controles
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
AO	Ação Orçamentária
Av Ex	Aviação do Exército
B Av Ex	Batalhão de Aviação do Exército
B Com GE SI	Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva
B Fv	Batalhão Ferroviário
BC	Banco Central
Bda	Brigada
Bda Inf SI	Brigada de Infantaria de Selva
BEC	Batalhão de Engenharia de Construção
BE Cmb	Batalhão de Engenharia de Combate
BE Cmb Bld	Batalhão de Engenharia de Combate Blindado
BID	Base Industrial de Defesa
BIS	Batalhão de Infantaria de Selva
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPE	Batalhão de Polícia do Exército
BPFRON	Batalhão de Polícia de Fronteira
BSC	Balanced Scorecard
C^2	Comando e Controle
C Mil A	Comando Militar de Área
CADBEN	Cadastro de Beneficiários
CAEx	Centro de Avaliação do Exército
CAM	Certificado de Alistamento Militar
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBEM	Conferências Bilaterais de Estado-Maior
CCIEx	Centro de Controle Interno do Exército
CCOMSEx	Centro de Comunicação Social do Exército
CDE	Comissão de Desportos do Exército
CDM	Comprovante de Despesas Médicas
CECMA	Centro de Estudos do Comando Militar da Amazônia
CEEEx	Centro de Estudos Estratégicos do Exército
CEEx	Concepção Estratégica do Exército
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CET	Cabo Especialista Técnico
CF	Constituição Federal
CFGS	Curso de Formação e Graduação de Sargentos
CGCFEx	Centro de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército
CGD	Comitê de Governança Digital
CGOM	Comitê de Gestão de Obras Militares
CGPT	Comitê Gestor do Processo de Transformação
CGRiCEx	Comitê de Governança, Riscos e Controles do Exército
CGU	Controladoria-Geral da União
CGV	Contratos de Grande Vulto
CI Eng	Centro de Instrução de Engenharia
Cia E Cnst	Companhia de Engenharia de Construção
Cia E Eqp Mnt	Companhia de Engenharia de Equipamento e Manutenção
CIAvEx	Centro de Instrução de Aviação do Exército
CIDES	Centro Internacional de Desminagem
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CIG	Comitê Interministerial de Governança
CM	Colégios Militares
CMA	Comando Militar da Amazônia
CMBel	Colégio Militar de Belém
Cmdo	Comando
Cmdo Ex	Comando do Exército
CML	Comando Militar do Leste
CMN	Comando Militar do Norte
CMNE	Comando Militar do Nordeste
CMO	Comando Militar do Oeste
CMP	Comando Militar do Planalto
CMS	Comando Militar do Sul
CMSE	Comando Militar do Sudeste
CMSP	Colégio Militar de São Paulo
Cmt Ex	Comandante do Exército
CMVM	Colégio Militar da Vila Militar
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COLOG	Comando Logístico
ComDCiber	Comando de Defesa Cibernética
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CONJUR-EB	Consultoria Jurídica-Adjunta ao Comando do Exército
CONSEF	Conselho Superior de Economia e Finanças
CONSUG-MD	Conselho Superior de Governança do Ministério da Defesa
CONSURT	Conselho Superior de Racionalização e Transformação
CONTIEx	Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército
CORE	Combined Operations and Rotation Exercises
COTER	Comando de Operações Terrestres
CP-QAO	Comissão de Promoção do Quadro Auxiliar de Oficiais
CPO	Comissão de Promoção de Oficiais
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CPS	Comissão de Promoção de Sargentos
CPV	Contratos de Pequeno Vulto
CRAF	Certificado de Registro de Arma de Fogo
CREMA	Contrato de Recuperação e Manutenção Rodoviária
CVA	Cadeia de Valor Agregado
CVA-EB	Cadeia de Valor Agregado do Exército Brasileiro
C&T	Ciência e Tecnologia
D A Prom	Diretoria de Avaliação e Promoções
D Cont	Diretoria de Contabilidade
DAAE	Defesa Antiaérea do Exército
DAEBAI	Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional
DAP	Diretoria de Assistência ao Pessoal
DCT	Departamento de Ciência e Tecnologia
DEA	Despesa de Exercícios Anteriores
DEC	Departamento de Engenharia e Construção
DECEx	Departamento de Educação e Cultura do Exército
DGP	Departamento-Geral do Pessoal
DMT	Doutrina Militar Terrestre
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOF	Departamento de Operações de Fronteira
DPF	Departamento de Polícia Federal
DPIMA	Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
DPU	Defensoria Pública da União
DSEI	Distritos Sanitários Especiais Indígenas

Dst Av Ex	Destacamento de Aviação do Exército
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
EB	Exército Brasileiro
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EECN	Estabelecimentos de Ensino Civis Nacionais
EGRiC	Equipes de Gestão de Riscos e Controles
EGRiCEx	Escritório de Gestão de Riscos e Controles do Exército
EME	Estado-Maior do Exército
EMiD	Estratégia Militar de Defesa
EMT	Estratégia Militar Terrestre
ENaDCiber	Escola Nacional de Defesa Cibernética
END	Estratégia Nacional de Defesa
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPEx	Escritório de Projetos do Exército
ESA	Escola de Sargentos das Armas
EsCom	Escola de Comunicações
ESD	Estratégia Setorial de Defesa
EsEFEx	Escola de Educação Física do Exército
ESFCEx	Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército
ESG	Environmental, Social and Governance
EsPCEx	Escola Preparatória de Cadetes do Exército
EsSLog	Escola de Sargentos de Logística
FEx	Fundo do Exército
FQI	Ficha de Qualificação dos Indicadores
F Ter	Força Terrestre
FA	Forças Armadas
FEEE	Forças Especializadas de Emprego Estratégico
FHE	Fundação Habitacional do Exército
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIOL	Ferrovia de Integração Oeste-Leste
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNF	Força da Nossa Força
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública
FORPRON	Força de Prontidão Operacional
FSB	Forte Santa Bárbara
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUSEX	Fundo de Saúde do Exército
Gab Cmt Ex	Gabinete do Comandante do Exército
GATI	Grupo de Assessores Técnicos Interamericanos
GDACE	Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos
GDPGPE	Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
GE	Guerra Eletrônica
Gefron	Grupo Especial de Fronteira
GMI	Grupo de Monitores Interamericanos
GOINFRA	Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes
Gpt E	Grupamento de Engenharia
Gpt Log	Grupamento Logístico
GU	Grande Unidade
HCE	Hospital Central do Exército
HE	Hipóteses de Emprego
IA	Inteligência Artificial
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEPEB	Índice de Execução dos Programas e Projetos do Exército Brasileiro
IESEP	Instituições de Educação Superior, de Extensão e de Pesquisa do Exército
IESGo	Índice ESG (Environmental, Social and Governance)
iGG	Índice integrado de Governança e Gestão Públicas
IMBEL	Indústria de Material Bélico do Brasil
IME	Instituto Militar de Engenharia
IMM	Instituto Meira Mattos
Instr	Instrução
IPCFEx	Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército
IR	Indicador de Resultado
LAI	Lei de Acesso à Informação
LBDN	Livro Branco da Defesa Nacional
LC	Lei Complementar
LOA	Lei Orçamentária Anual
LQFEx	Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD	Ministério da Defesa
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEM	Material de Emprego Militar
MG²Ex	Modelo de Governança e Gestão do Exército
MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
MIDR	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
MPI	Ministério dos Povos Indígenas
MPM	Ministério Público Militar
MPT	Ministério Público do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTMGR-EB	Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro
NFBR	Nova Família de Blindados sobre Rodas
NPOR	Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva
O Ap	Órgãos de Apoio
OADI	Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Comandante do Exército
OCOP	Obtenção da Capacidade Operacional Plena
OCS	Organizações Civis de Saúde
OCT	Oficial Combatente Temporário
ODG	Órgão de Direção Geral
ODOp	Órgão de Direção Operacional
ODS	Órgão de Direção Setorial
OEE	Objetivo Estratégico do Exército
OM	Organização Militar
OME	Organizações Militares de Engenharia
OMS	Organizações Militares de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
Op	Operação
OSD	Objetivo Setorial de Defesa
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
OTT	Oficial Técnico Temporário
PAAR	Programa de Atletas de Alto Rendimento
PAASSEx	Planejamento Anual das Atividades do Sistema de Saúde do Exército
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAINT	Plano Anual de Auditoria Interna
PASEx	Plano de Assistência Social do Exército

PASS	Prestação à Assistência de Saúde Suplementar
PBC	Plano Básico de Construção
PC	Polícia Civil
PCA	Plano de Contratações Anual
PCA	Prestação de Contas Anual
PCCTM	Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar
PCE	Produto Controlado do Exército
PDCDN	Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional
PDR	Plano de Descentralização de Recursos
PDRAEng	Planos de Descentralização de Recursos para as Atividades de Engenharia
PDSEB	Política de Desenvolvimento Sustentável do Exército Brasileiro
PEEx	Plano Estratégico do Exército
PEF	Pelotões Especiais de Fronteira
PES	Plano Estratégico Setorial
PESD	Planejamento Estratégico Setorial de Defesa
PF	Polícia Federal
PGA	Plano de Gestão Ambiental
PGC	Planejamento e Gerenciamento de Contratações
PGPE	Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PGR-EB	Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro
PGRS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PI	Propriedade Intelectual
PIA	Programa Irmãos de Armas
PIM	Programa de Instrução Militar
PJ	Pessoa Jurídica
PJP	Projeto João do Pulo
Pjt	Projeto
Pjt EE	Projeto Estratégico do Exército
Pjt SAD	Projeto Sensoriamento e Apoio à Decisão
PI I-EB	Plano de Integridade do Exército Brasileiro
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMiD	Política Militar de Defesa
PMJP	Projeto Marechal José Pessôa
PMT	Política Militar Terrestre
PND	Política Nacional de Defesa
PNR	Próprio Nacional Residencial
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PO	Plano Orçamentário
PPA	Plano Plurianual
PPED	Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa
PRF	Polícia Rodoviária Federal
Prg EE	Programa Estratégico do Exército
Prg EE Amz Ptg	Programa Estratégico do Exército Amazônia Protegida
Prg EE ASTROS	Programa Estratégico do Exército ASTROS
Prg EE Av Ex	Programa Estratégico do Exército Aviação do Exército
Prg EE DAAE	Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea
Prg EE DCiber	Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética
Prg EE PDCDN	Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética na Defesa Nacional
Prg EE F Bld	Programa Estratégico do Exército Forças Blindadas
Prg EE LUCERNA	Programa Estratégico do Exército LUCERNA
Prg EE OCOP	Programa Estratégico do Exército de Obtenção da Capacidade Operacional Plena
Prg EE PENEC	Programa Estratégico do Exército Sistema de Educação, Cultura e Desporto do Exército
Prg EE Sent Pátria	Programa Estratégico do Exército Sentinela da Pátria
Prg EE SISFRON	Programa Estratégico do Exército Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
Prg EE SISOMT	Programa Estratégico do Exército Modernização do Sistema Operacional Militar Terrestre
Prg EE SLMT	Programa Estratégico do Exército Sistema Logístico Militar Terrestre
Prg S FNF	Programa Setorial Força da Nossa Força
Prg S PENSE	Programa Setorial Sistema de Engenharia do Exército
PRisC	Proprietários de Riscos e Controles
PRODE	Produtos de Defesa
PROFESP	Projeto Força no Esporte
PSA	Prestadores de Serviço Autônomos
PSD	Política Setorial de Defesa
Ptf EE	Portfólio Estratégico do Exército
PTTC	Prestador de Tarefa por Tempo Certo
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
QA	Quadros de Acesso
QAA	Quadro de Acesso por Antiguidade
QAE	Quadro de Acesso por Escolha
QAM	Quadro de Acesso por Merecimento
QGEx	Quartel-General do Exército
RACE	Reunião do Alto-Comando do Exército
RAINT	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RCG	Regimento de Cavalaria e Guarda
RDE	Regulamento Disciplinar do Exército
RESISCOMSEx	Rede do Sistema de Comunicação Social do Exército
RFB	Receita Federal do Brasil
RGCE	Relatório de Gestão do Comando do Exército
RM	Região Militar
RRIM	Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar
SSect	Subsecretário
SAC	Secretaria de Aviação Civil
SAD	Sensoriamento e Apoio à Decisão
SARP	Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas
SC^{2}Ex	Sistema de Comando e Controle do Exército
SCh	Subchefe, Subchefia
SCMB	Sistema Colégio Militar do Brasil
SCmt	Subcomandante
SCTIEx	Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército
SECEx	Sistema de Educação e Cultura do Exército
SEC^{2}Ex	Sistema Estratégico de Comando e Controle do Exército
SEEx	Sistema de Engenharia do Exército
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SEF	Secretaria de Economia e Finanças
SGD	Sistema de Gestão do Desempenho
SGEx	Secretaria-Geral do Exército
SG^{2}Ex	Sistema de Governança e Gestão do Exército
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIC	Sistema de Informações de Custos do Governo Federal
SIC-EB	Serviço de Informações ao Cidadão do Exército Brasileiro
SiCaPEx	Sistema de Cadastramento do Pessoal do Exército
SIDOMT	Sistema de Doutrina Militar Terrestre
SIGAEB	Sistema de Gestão Ambiental do Exército
SIGELOG	Sistema Integrado de Gestão Logística
SIGPIMA	Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente
SIH-EB	Sistema de Informações Hospitalares do Exército Brasileiro

SIMATEx	Sistema de Material do Exército
SIMEB	Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro
SINFOEx	Sistema de Informação do Exército
SINFOTER	Sistema de Informações Operacionais Terrestres
SINFRA	Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SIPLEx	Sistema de Planejamento Estratégico do Exército Brasileiro
SIRE	Sistema de Registros Médicos do Exército
SIS-ASTROS	Sistema Integrado de Simulação ASTROS
SisCEx	Sistema Cultural do Exército
SisCIEx	Sistema de Controle Interno do Comando do Exército
SISCOFIS	Sistema de Controle Físico
SisCoGeP	Sistema Corporativo de Gestão do Pessoal
SISCOMSEx	Sistema de Comunicação Social do Exército
SISEMP	Sistema de Emprego
SisFPC	Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SISOMT	Sistema Operacional Militar Terrestre
SISPREPARO	Sistema de Preparo da Força Terrestre
SISPRON	Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre
SLMT	Sistema Logístico Militar Terrestre
SMDC	Sistema Militar de Defesa Cibernética
SMEM	Sistema de Material de Emprego Militar
SMO	Serviço Militar Obrigatório
SPSM	Sistema de Proteção Social dos Militares
SPSMFA	Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SSEx	Sistema de Saúde do Exército
SSFTer	Sistema de Simulação da Força Terrestre
STF	Supremo Tribunal Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
STREV	Sistema Transportável de Rastreio de Engenhos em Voo
STT	Sargento Técnico Temporário
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
TG	Tiro de Guerra
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TIKA	Terra Indígena Karipuna
TIY	Terra Indígena Yanomami
T&A	Teste e Avaliação
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UG	Unidade Gestora
UPC	Unidade Prestadora de Contas
VBC	Viatura Blindada de Combate
VBC CC	Viatura Blindada de Combate Carro de Combate
VBMT-LSR	Viatura Blindada Multitarefa Leve Sobre Rodas
VBTP	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal
VBTP-MSR	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal Média Sobre Rodas
VOT	Visita de Orientação Técnica
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas
VTP	Viatura de Transporte de Pessoal
Vtr	Viatura

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 jan. 2025.

_______. Decreto nº 3.213, de 19 de outubro de 1999. Dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Comandos Militares de Área e das Regiões Militares no Exército Brasileiro, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3213.htm#:~:text=DECRETO%20No%203.213%2C%20DE,Brasileiro%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 3 jan. 2025.

_______. Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm. Acesso em: 6 jan. 2025.

_______. Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Comando do Exército do Ministério da Defesa, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5751.htm. Acesso em: 9 jan. 2025.

_______. Decreto nº 11.884, de 18 de janeiro de 2024. Distribui o efetivo de Oficiais e Praças do Exército em tempo de paz para 2024. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d11884.htm. Acesso em: 8 jan. 2025.

_______. Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972. Dispõe sobre o Conselho de Disciplina e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1972]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D71500.htm. Acesso em: 6 jan. 2025.

_______. Decreto Legislativo nº 186, de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

_______. Lei n° 3.765, 4 de maio de 1960. Dispõe sobre as Pensões Militares. Brasília, DF: Presidência da República, [1960]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3765.htm. Acesso em: 9 jan. 2025.

_______. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. DF: Presidência da República, [1964]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.

_______. Lei nº 5.836, de 5 de dezembro de 1972. Dispõe sobre o Conselho de Justificação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1972]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l5836.htm. Acesso em: 17 jan. 2025.

_______. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o estatuto dos militares. Brasília, DF: Presidência da República, [1980]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6880.htm. Acesso em: 16 jan. 2025.

_______. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1981]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 22 jan. 2025.

_______. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 13 jan. 2025.

_______. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 jan. 2025.

_______. Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9786.htm. Acesso em: 29 jan. 2025.

_______. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 23 jan. 2025.

_______. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). (Redação dada pela Lei nº 13.853, 2019) Vigência. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 23 jan. 2025.

_______. Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13954.htm. Acesso em: 22 jan. 2025.

_______. Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14802.htm. Acesso em: 29 jan. 2025.

_______. Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14822.htm. Acesso em: 29 jan. 2025.

_______. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm. Acesso em: 22 jan. 2025.

_______. Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp117.htm. Acesso em: 22 jan. 2025.

_______. Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que "dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas", para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.

_______. Medida Provisória n° 2.215-10, de 31 de agosto de 2001. Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nos 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2215-10.htm. Acesso em: 14 jan. 2025.

_______. Ministério da Defesa. Planejamento Estratégico Setorial: 2020-2031. Brasília, DF: Ministério da Defesa, [2020]. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/lai/institucional/diagra_planejamentoa_estrategicoa_17a_04a_2020.pdf. Acesso em: 29 jan. 2025.

_______. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, DF: Ministério da Defesa, [2020]. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 29 jan. 2025.

_______. Exército. Diretriz do Comandante do Exército: 2023 – 2026. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/central-de-conteudos/central-de-conteudos. Acesso em: 8 jan. 2025.

_______. Exército. Diretriz especial de economia e finanças do Comandante do Exército: 2023/2024. Disponível em: https://www.sef.eb.mil.br/images/pdf/DIRETRIZ_ORCAMENTARIA_FINANCEIRA_2023_1.pdf. Acesso em: 27 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria nº 004-Cmt Ex, de 3 de janeiro de 2019. Aprova a Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB10-P-01.004), 2ª Edição, 2018. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 3, jan. 2019. Disponível em: https://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 2 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria nº 386, de 9 de junho de 2008. Aprova as Instruções Gerais para o Sistema de Gestão Ambiental no Âmbito do Exército (IG 20-10) e dá outras providências. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 26, jun. 2008. Disponível em: https://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria nº 571, de 6 de novembro de 2001. Aprova a Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 46, nov. 2001. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 14 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria nº 737, de 28 de julho de 2020. Aprova a Diretriz para ações voltadas ao meio ambiente no âmbito do Exército Brasileiro (EB10-D-04.001). Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 31, jul. 2020. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 13 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria nº 816, de 19 de dezembro de 2003. Aprova o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (R - 1). Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 51, dez. 2003. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria nº 856, de 12 de junho de 2019. Aprova a Política de Informação do Exército (EB10-P-01.006) e dá outras providências. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 25, jun. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 13 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria nº 1.127, de 20 de julho de 2018. Designa a Unidade de Gestão da Integridade no âmbito do Exército Brasileiro e dá outras providências. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 31, ago. 2018. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria nº 1.138, de 22 de novembro de 2010. Aprova a Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 47, nov. 2010. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 9 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria nº 1.275, de 28 de dezembro de 2010. Aprova a Diretriz para adequação do Exército Brasileiro à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 52, dez. 2010. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria nº 1.963, de 3 de dezembro de 2019. Aprova a Diretriz Geral para a Execução das Relações Institucionais no âmbito do Exército. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 49, dez. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 2 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria C Ex nº 987, de 18 de setembro de 2020. Institui a Política de Governança do Exército Brasileiro (EB10-P-01.007). Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 39, set. 2020. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 6 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria C Ex nº 1.545, de 30 de junho de 2021. Aprova a Política de Tecnologia da Informação e Comunicações do Exército (EB10-P-01.000). Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 27, jul. 2021. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 9 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria C Ex nº 1.586, de 10 de setembro de 2021. Aprova o Regulamento do Departamento de Engenharia e Construção (EB10-R-04.001), 1ª Edição. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 37, set. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria C Ex nº 1.714, de 5 de abril de 2022. Aprova o Regulamento dos Colégios Militares (EB10-R-05.173), 2ª Edição, 2022. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 15, abril, 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria C Ex nº 1.743, de 19 de maio de 2022. Aprova as Normas Aplicadas à Gestão de Custos no Âmbito do Comando do Exército (EB10-N-08.007), 1ª Edição, 2022. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 21, maio 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 7 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria C Ex nº 1.746, de 19 de maio de 2022. Aprova as Normas para o Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores no Âmbito do Comando do Exército (EB10-N-08.002), 1ª Edição, 2022. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 21, maio 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 7 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria C Ex nº 1.813, de 22 de agosto de 2022. Aprova o Regulamento do Gabinete do Comandante do Exército (EB10-R-09.001), 2ª Edição, 2022. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 35, set. 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria C Ex nº 1.845, de 29 de setembro de 2022. Aprova as Normas para a Apuração de Irregularidades Administrativas no âmbito do Comando do Exército (EB10-N-13.007), 2ª Edição, 2022, e dá outras providências. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 40, out. 2022. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 7 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria C Ex nº 1.934, de 8 de fevereiro de 2023. Aprova o Regulamento da Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (EB10-R-04.003), 1ª Edição, 2023. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 7, fev. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 7 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria C Ex nº 2.146, de 20 de dezembro de 2023. Aprova a Missão do Exército (Plano) – Fase 1 do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército para o ciclo 2024-2027 (EB10-P-01.014), 1ª Edição, 2023. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 51-A, dez. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria C Ex nº 2.147, de 20 de dezembro de 2023. Aprova a Política Militar Terrestre – Fase 3 do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército para o ciclo 2024-2027 (EB10-P-01.016), 1ª Edição, 2023. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 51-A, dez. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria C Ex nº 2.148, de 20 de dezembro de 2023. Aprova a Concepção Estratégica do Exército (Plano) – integrante da Fase 4 do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército para o ciclo 2024-2027 (EB10-P-01.017), 1ª Edição, 2023. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 51-A, dez. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria C Ex nº 2.150, de 20 de dezembro de 2023. Aprova a Estratégia Militar Terrestre (Plano) – integrante da Fase 4 do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército para o ciclo 2024-2027 (EB10-P-01.018), 1ª Edição, 2023. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 51-A, dez. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria C Ex nº 2.151, de 21 de dezembro de 2023. Aprova o Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2024 (EB10-P-13.001). 6ª Edição, 2023. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 52, dez. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria nº 225-EME, de 26 de julho de 2019. Aprova a Diretriz Reguladora da Política de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB20-D-02.010), 1ª Edição, 2019. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 32, ago. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 6 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria nº 292-EME, de 2 de outubro de 2019. Aprova o Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB20-MT-02.001), 1ª Edição, 2019. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 41, out. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 6 jan. 2025.

______. Exército. Portaria nº 316-EME, de 30 de novembro de 2018. Aprova o Plano de Integridade do Exército Brasileiro, 1ª Edição, 2018. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 52, dez. 2018. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

______. Exército. Portaria EME/C Ex nº 505, de 9 de setembro 2021. Aprova a Política de Desenvolvimento Sustentável do Exército Brasileiro (PDSEB) (EB20-P-05.001). Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 37, set. 2021. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 2 jan. 2025.

______. Exército. Portaria EME/C Ex nº 528, de 21 de setembro de 2021. Aprova a Diretriz Organizadora do Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT) (EB20-D-03.018) e dá outras providências. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 39, out. 2021. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

______. Exército. Portaria EME/C Ex nº 971, de 10 de fevereiro de 2023. Aprova o Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro – Operações de Convergência 2040 (EB20-MF-07.001), 1ª Edição, 2023. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 7, fev. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

______. Exército. Portaria EME/C Ex nº 1.066, de 3 de julho de 2023. Altera a Portaria – EME/C Ex nº 453, de 19 de julho de 2021, que aprova as Normas para Criação e Gerenciamento das Mídias Sociais no Âmbito do Exército Brasileiro. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 29, jul. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

______. Exército. Portaria EME/C Ex nº 1.411, de 4 de outubro de 2024. Aprova as condições de monitoramento dos Objetivos Estratégicos do Exército, conforme determina a Portaria – C Ex nº 2.147, de 20 de dezembro de 2023, do Comandante do Exército. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 41, out. 2024. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

______. Exército. Portaria nº 001-DEC, de 26 de setembro de 2011. Aprova as Instruções Reguladoras para o Sistema de Gestão Ambiental no Âmbito do Exército (IR 50 - 20). Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 41, out. 2011. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 2 jan. 2025.

______. Exército. Portaria nº 003-DEC, de 19 de dezembro de 2012. Aprova o Caderno de Instrução de orientação técnica ambiental para instalação e operação dos módulos de abastecimento de combustível em apoio à Operação Pipa e demais programas, 1ª Edição, 2012. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 2, jan. 2013. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

______. Exército. Portaria nº 005-DEC, de 23 de janeiro de 2019. Aprova o Caderno de Instrução sobre Orientações Práticas para Adequação Ambiental em Organizações Militares (EB50-CI-04.006). Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 6, fev. 2019. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

______. Exército. Portaria nº 044-DEC, de 7 de dezembro de 2017. Aprova o Caderno de Orientação para as práticas ambientais do Exército Brasileiro em missões sob a égide de Organismos Internacionais, 1ª Edição, 2017. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 52, dez. 2017. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

______. Exército. Portaria nº 070-DEC, de 10 de outubro de 2018. Aprova o Caderno de Instrução para Instalação, Operação e Remoção de Tanques Subterrâneos de Combustível no âmbito do Exército Brasileiro (EB50-CI-04.003). Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 44, nov. 2018. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

______. Exército. Portaria nº 136–DEC, de 31 de julho de 2020. Aprova as Normas Relativas a Animais Silvestres nas Organizações Militares do Exército Brasileiro. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 33, ago. 2020. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 2 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria DEC/C Ex nº 066, de 13 de março de 2023. Aprova o Caderno de Instrução sobre Orientações Práticas relacionadas aos Serviços Florestais em Organizações Militares (EB50-CI-04.007). Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 11, mar. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 29 jan. 2025.

_______. Exército. Portaria DEC/C Ex nº 075, de 25 de setembro de 2023. Aprova a Diretriz do Programa de Conformidade Ambiental do Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (EB50-D-04-001), 2ª Edição, 2023. Boletim do Exército, Brasília, DF, n. 40, out. 2023. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/boletim_do_exercito/boletim_be.php. Acesso em: 7 jan. 2025.

_______. Exército. Transparência e prestação de contas. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/ouvidoria/transparencia-e-prestacao-de-contas. Acesso em: 20 jan. 2025.

_______. Estado-Maior do Exército. Escritório de Projetos do Exército. Portfólio Estratégico do Exército. Disponível em: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/texto-explicativo. Acesso em: 31 jan. 2025.

_______. Estado-Maior do Exército. Escritório de Projetos do Exército. Programas Estratégicos do Exército. Disponível em: http://www.epex.eb.mil.br/. Acesso em: 31 jan. 2025.

_______. Exército. Centro de Controle Interno do Exército. Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT). Disponível em: http://www.cciex.eb.mil.br/index.php/en/auditorias. Acesso em: 28 jan. 2025.

_______. Tribunal de Contas da União. Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020. Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992, e revoga as Instruções Normativas TCU 63 e 72, de 1º de setembro de 2010 e de 15 de maio de 2013, respectivamente. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, [2020]. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-84-de-22-de-abril-de-2020-254756795. Acesso em: 6 jan. 2025.

_______. Tribunal de Contas da União. Decisão Normativa nº 198, de 23 de março de 2022. Estabelece normas complementares para a prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, nos termos do inciso I do art. 2º; § 1º do art. 5º; inciso 3º e § 3º do art. 8º; § 3º do art. 9º; e art. 14 da Instrução Normativa-TCU nº 84, de 22 de abril de 2020. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, [2023]. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/contas/prestacao-de-contas#normas. Acesso em: 6 jan. 2025.

EDITORIAL

COORDENAÇÃO

Assessoria de Governança e Gestão - AGG/EME

REVISÃO E EDITORAÇÃO

Estado-Maior do Exército - EME
Gabinete do Comandante do Exército - Gab Cmt Ex
Comando de Operações Terrestres - COTER
Comando Logístico - COLOG
Departamento de Engenharia e Construção - DEC
Secretaria de Economia e Finanças - SEF
Departamento-Geral do Pessoal - DGP
Departamento de Ciência e Tecnologia - DCT
Departamento de Educação e Cultura do Exército - DECEx
Centro de Controle Interno do Exército - CCIEx
Centro de Inteligência do Exército - CIE
Centro de Comunicação Social do Exército - CCOMSEx
Secretaria-Geral do Exército - SGEx

DIAGRAMAÇÃO

Centro de Comunicação Social do Exército - CCOMSEx

IMPRESSÃO

Gráfica do Exército

O Exército Brasileiro envidou todos os esforços para apoiar os irmãos gaúchos e minimizar os efeitos da catastrofe que assolou o Rio Grande do Sul.

Estaremos sempre prontos e preparados para o futuro.

FEB
FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA
FEB

80
BRASIL
ANOS

HERÓIS SEMPRE LEMBRADOS

Projeto Gráfico: Centro de Comunicação Social do Exército/ 2024 - Cb Passos

EXÉRCITO BRASILEIRO

Braço Forte - Mão Amiga